

Organizadoras

Cristiane Sousa da Silva
Daniela Fernandes Rodrigues
Tatiana Santos da Paz

**NÚCLEOS DE ESTUDOS
AFRO-BRASILEIROS
E INDÍGENAS - NEABIS:
EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS NO
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO CEARÁ - IFCE**



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

**NÚCLEOS DE ESTUDOS
AFRO-BRASILEIROS
E INDÍGENAS - NEABIS:
EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS NO
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO CEARÁ - IFCE**



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE

Reitor

José Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Extensão

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Marcel Ribeiro Mendonça



EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS NATOS

Ana Cláudia Uchoa Araújo

Cristiane Borges Braga

Joélia Marques de Carvalho

Sara Maria Peres de Moraes

Tiago Estevam Gonçalves (Presidente)

CONSELHEIROS TITULARES

Alisandra Cavalcante Fernandes de Almeida

Ana Cristina da Silva Moraes (in memoriam)

Anderson Ibsen Lopes de Souza

Anna Erika Ferreira Lima (in memoriam)

Antônio Cavalcante de Almeida

Antônio Wendel de Oliveira Rodrigues

Auzuir Ripardo de Alexandria

Barbara Suellen Ferreira Rodrigues

Beatriz Helena Peixoto Brandão

Cristiane Sousa da Silva

Francisco Régis Vieira Alves

Glauber Carvalho Nobre

Glendo de Freitas Guimarães

Iara Rafaela Gomes (UFC)

Igor de Moraes Paim

José Eranildo Teles do Nascimento

Keila Cristina Nicolau Mota

Leonardo Araújo da Costa (UFC)

Marcílio Costa Teixeira

Maria do Socorro de Assis Braun

Marieta Maria Martins Lauar

Marilene Barbosa Pinheiro

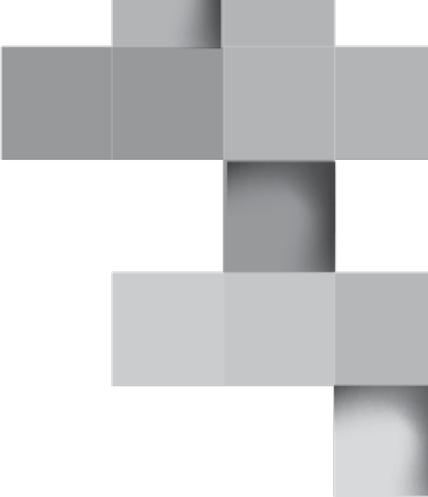
Nara Lidia Mendes Alencar

Rômulo Celly Lima Siqueira

Sandro César Silveira Jucá

Sarah Mesquita Lima

Wendel Alves de Medeiros



Organizadoras

Cristiane Sousa da Silva

Daniela Fernandes Rodrigues

Tatiana Santos da Paz

**NÚCLEOS DE ESTUDOS
AFRO-BRASILEIROS
E INDÍGENAS - NEABIS:
EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS NO
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO CEARÁ - IFCE**

Fortaleza-CE
2023



INSTITUTO FEDERAL
Ceará

Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABIS: experiências extensionistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Cristiane Sousa da Silva, Daniela Fernandes Rodrigues, Tatiana Santos da Paz (orgs.).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI
Editora IFCE – EDIFCE

As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

Editora Adjunta

Sara Maria Peres de Moraes

Diagramação e Capa

Editora SertãoCult



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Editora IFCE - EDIFCE

N964 Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABIS: experiências extensionistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. / Organizadoras: Cristiane Sousa da Silva, Daniela Fernandes Rodrigues e Tatiana Santos da Paz. --. Fortaleza: EDIFCE, 2023.

189 p. il. (Coleção extensão: trilhando e compartilhando caminhos, 4)

E-book no formato PDF 4.391 KB
ISBN: 978-65-84792-11-1 (*e-book*)
ISBN: 978-65-84792-12-8 (impresso)
DOI: 10.21439/EDIFCE.44

1. Africanidade. 2. Indígena. 3. Estudo Extensão. I. Silva, Cristiane Sousa da (org.). II. Rodrigues, Daniela Fernandes (org.). III. Paz, Tatiana Santos da (org.). IV. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (EDIFCE). V. Título.

CDD 370

Bibliotecária responsável: Sara Maria Peres de Moraes CRB Nº 3/901



Contato
Rua Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426.
Fone: (85)34012263 / E-mail: edifce@ifce.edu.br / Site: editora.ifce.edu.br.

AGRADECIMENTOS

À comunidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, com seus servidores técnicos, administrativos, docentes, terceirizados e estudantes que contribuíram efetivamente com a construção destes Núcleos que, de forma colaborativa e coletiva, constroem a pauta étnico-racial no IFCE.

Aos membros dos vinte e oito NEABIs distribuídos nos trinta e três campi do IFCE, que buscam cotidianamente construir experiências referenciadas nas contribuições epistêmicas dos povos indígenas, africanos e afrobrasileiros nos âmbitos da Extensão, do Ensino e da Pesquisa. E, com isso, constroem uma instituição de ensino mais plural e diversa.

Ao Reitor José Wally Mendonça Menezes, às Pró- Reitorias, especialmente à Pró-reitora de Extensão, Ana Cláudia Uchôa Araújo, dedicamos nossos agradecimentos pelo apoio na realização dos programas, projetos e ações desenvolvidas pelos NEABIs.

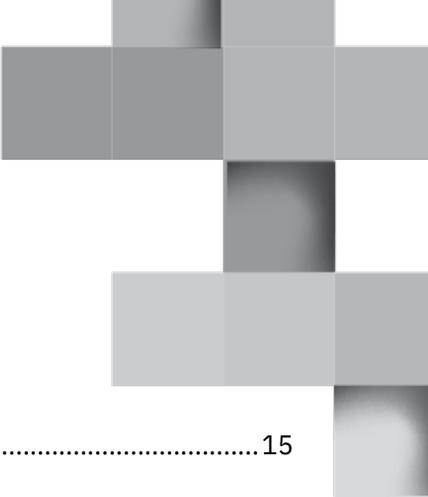
À Chefe do Departamento de Extensão Social e Cultural - DESC, Cristiane Sousa da Silva, e a Coordenadoria de Diversidade Étnico-Racial, Tatiana Santos da Paz, por acolher no seio da PROEXT a discussão das relações étnico-raciais, uma temática que atravessa toda a instituição e que faz morada neste departamento e nesta coordenação na contribuição para o enfrentamento do racismo e de toda forma de discriminação no IFCE.

À Editora do IFCE - EDIFCE, por fomentar a socialização das vivências e experiências construídas pelos NEABIs, tornando assim publicizada e registrada a trajetória de trabalhos em busca de uma educação para as questões étnico-raciais no IFCE.

Aos povos tradicionais, indígenas, negros, quilombolas e africanos que nos possibilitaram diálogos e experiências, compartilharam seus conhecimentos conosco e nos proporcionaram e proporcionam uma formação mais inclusiva do ponto de vista étnico-racial.

À nossa eterna Professora Dr^a Anna Erika Ferreira Lima Meireles (*in memoriam*), por sua dedicação e luta incansável pelos direitos dos povos tradicionais, indígenas, negros, quilombolas e africanos. Sua contribuição jamais será esquecida. E temos certeza que esta coletânea de textos e relatos de experiências foi possível por você ter iniciado este protagonismo na nossa instituição. Você iniciou essa semente e nós vamos cuidar e continuar por aqui.

Dedicamos este livro aos que vieram antes de nós, aos que estão conosco e aos que virão. Aos nossos ancestrais, que travaram lutas e permitiram que nós estivéssemos aqui. Aos que estão conosco e contribuem com essa luta. E aos que virão, firmamos o compromisso de continuar em busca de uma sociedade equânime e justa.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO15

1 O ESCRITO E O VIVIDO: I SEMANA DA MULHER NEGRA E TEREZA DE BENGUELA DO IFCE CEDRO19

Daniela Fernandes Rodrigues

Deyseane Pereira dos Santos Araújo

2 GRUPO DE ESTUDOS ENSINO DE CIÊNCIAS E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E OS CAMINHOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI 11.645/2008.....33

Beatriz de Sousa Vieira

Iara Saraiva Martins

Ileane Oliveira Barros

Paulo Gomes Barroso

3 10 ANOS DA LEI DE COTAS E AS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA47

Jean Luís Caetano Sousa Silva

Francisco Deivison Rodrigues

Luana Maria Moura de Oliveira

Maria Aline da Silva

Iziane Silvestre Nobrer

4 GUERREIRAS DAS ÁGUAS: EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA MULHERES MARISQUEIRAS E PESCADORAS DO MUNICÍPIO DE PARACURU63

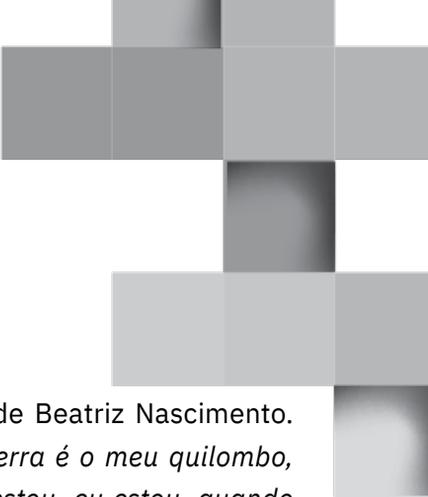
Iara Saraiva Martins

Lidiane Ramos Lima

Camila Maria Souza dos Santos

Paulo Gomes

5 EDUCAÇÃO, MÍDIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE ENSINO, APRENDIZAGEM E EXTENSÃO NO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – NEABI IFCE CAMPUS PARACURU.....	77
<i>Paulo Gomes Barroso Iara Saraiva Martins Helen Monteiro Lima</i>	
6 MINICURSO HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA DURANTE A PANDEMIA.....	89
<i>Emerson de Melo Freitas¹</i>	
7 PROJETO DE EXTENSÃO NEABI INDICA: INTERFACES ENTRE CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO ANTICOLONIAL	103
<i>Annalies Barbosa Borges Antônio Wirly de Souza Lima Marla Solara Pontes Mota Tatiana Santos da Paz</i>	
8 PROJETO IDENTIDADE NEGRA: CAMINHOS PARA A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO NA CIDADE DE JAGUARIBE – CE	123
<i>Francisco Mateus Bezerra Augusto Cristiane Sousa da Silva</i>	
9 LEMBRANÇAS DE INFÂNCIA: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA	143
<i>Cristiane de Sousa Florêncio Francélio Angelo de Oliveira</i>	
10 O IMPACTO DA COVID-19 NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE DO CEARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COLETIVA	163
<i>Cristiane de Sousa Florêncio Iziane Silvestre Nobre Emerson de Melo Freitas</i>	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	181
SOBRE OS AUTORES	183



PREFÁCIO

Demorei muito a encontrar os escritos de Beatriz Nascimento. Foi uma grande descoberta saber que “*A terra é o meu quilombo, o meu espaço é o meu quilombo. Onde eu estou, eu estou, quando estou eu sou*”. Sabe o porquê? Passei muito tempo na solidão. Na infância, na adolescência, especialmente quando entrei na escola. Muitas vezes pensei em desistir, pois não me via naquele espaço. Me perguntava o que estava faltando. Mas, continuei, pois minha mãe sempre me lembrava que era a única saída para quem é pobre e mora longe, na periferia.

Quando entrei na Universidade, esta solidão foi avassaladora. Tinha uma única colega negra e, depois, a chegada de uma professora negra, da qual lembro aqui o nome – Isaíra Silvino. Quantas vezes ela nos acolhia com seu olhar, sorriso e abraço! Eu ainda nem imaginava o que era um quilombo. Na caminhada estudantil, fui encontrando outros jovens negros e registro aqui o nome de Hilário Marques que, muito cedo, olhava para aqueles poucos corpos negros na universidade e dizia que a gente precisava se juntar e conhecer nossas origens ancestrais.

Durante a graduação e pós-graduação fomos, muitas vezes, mesmo devagar, juntando nosso povo. Foi o momento em que começamos a ler teóricos negros que nunca passaram pela indicação bibliográfica básica ou complementar proposta indicada pelos professores. Nunca, em sala de aula, me falaram de Lélia Gonzalez ou Beatriz Nascimento; nem de Franz Fanon ou Achille Mbembe. Foram nas forma-

ções e rodas de movimentos sociais que me apareceram falando da necessidade de “se reconhecer negro”. Já como docente e doutora, na relação com os movimentos de mulheres e do povo negro encontro os escritos de Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Bell Hooks, Grada Kilomba e, no Brasil, Djamila Ribeiro.

Trago este percurso para entender e fazer conhecer para quem vai ler este livro o que significa a sua escrita para nós negros no Brasil, em especial aqui no Nordeste. É importante lembrar que estas possibilidades se concretizaram com muita luta travada para ter o direito de estudar e de ler as fontes que falassem sobre nós. Foi assim que nas últimas décadas conquistamos o Estatuto da Igualdade Racial, as leis 10.639/2003 e 11645/2008, e a Lei das cotas raciais, nº 12.711/2012.

Com este ordenamento legal, se fazia necessário ter os espaços dentro das instituições, especialmente as educacionais, para que a política de combate à invisibilidade deliberada desse lugar à nossa produção acadêmica na relação com os movimentos sociais e no aquilombamento do povo negro. Assim nascem os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), com a intenção de auxiliar nos estudos, pesquisas e ações de extensão que promovam o conhecimento e reflexão sobre as questões étnico-raciais. Seus enraizamentos, mas especificamente nos Institutos Federais, foram capazes de colocar na centralidade a potência dos saberes ancestrais africano, afro-brasileiro, afro-latino-americano e afro-indígena.

Nesta publicação, temos a oportunidade de encontrar relatos in-críveis do que podemos realizar nas mais diversas áreas do conhecimento e fortalecer a diáspora negra. Falando de experiências vividas a partir do estudo das temáticas: mulher negra, ensino de ciências e relações étnico-raciais; da lei de cotas e das bancas de heteroidentificação como mecanismo de controle de uma política pública; da educa-

ção socioambiental para mulheres marisqueiras e pescadoras; da educação e mídia nas suas relações étnico-raciais; da prática de ensino através de minicurso sobre a história e cultura afro-brasileira; a colonização e o processo de resistência das populações negras e indígenas; a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e indígena a partir de lembranças de infância; experiências antirracistas bem-sucedidas e o impacto da Covid-19 em territórios indígenas. Os autores e autoras têm, em comum, a ideia de apresentar para todos, todas e todes experiências na formação antirracista. As ações foram realizadas nas escolas, na relação com a sociedade e apresenta elementos contemporâneos pra *linkar* com a juventude quando traz a cibercultura.

Além de ser uma rica fonte para formação docente, os escritos aqui realizados são conhecimentos importantes que pautam nossa produção acadêmica nesta disputa de narrativas sobre o que é e quem pode produzir conhecimento neste Brasil.

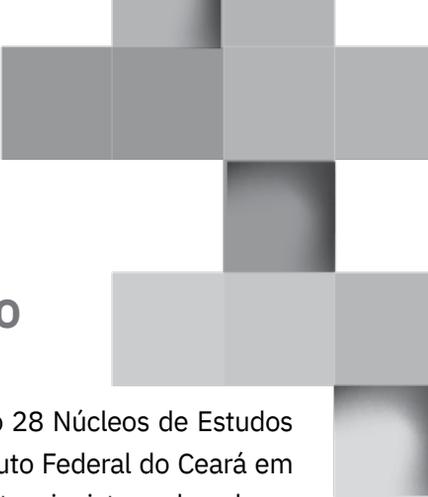
Foi assim, após sua leitura, que me senti capaz de lembrar meus primeiros passos como estudiosa e pesquisadora, pois estes escritos materializam o que Angela Davis nos afirma a todo momento quando diz: “Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Olho para frente e já sei o que precisamos fazer. Durante todas as nossas vidas, nossa ação docente é encontrar meios para o reconhecimento de que o racismo é um problema estrutural da sociedade, e não apenas uma questão de indivíduos. Compreendendo o mundo desta forma eu não estarei caminhando mais sozinha. Olho para o lado e vejo muitos comigo. Pronto, o quilombo se constituiu.

Gratidão por me tirarem da solidão!

Prof^a Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz





APRESENTAÇÃO

São 10 anos da Lei de Cotas no Brasil. São 28 Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABIS) no Instituto Federal do Ceará em pleno funcionamento. São pesquisadores-extensionistas-educadores potentes, dentre eles, estudantes, servidores técnico-administrativos, servidores docentes e membros da comunidade externa que juntos difundem, criam, recriam saberes/sabores ancestrais e conhecimentos em nossa instituição e, para além dela, como ação perene de resistência.

Há aqui um ato político intencional; um sentido educativo de levar adiante o renovo que esses agentes trazem a esta e a outras instâncias formativas. E não nos enganemos, tal ação não finda nunca, sobretudo, pelo vivenciado na presente década do século XXI, em que vimos recrudescerem o racismo, os preconceitos, a guerra, a fome, a desigualdade social, a violência, a indiferença e a perseguição a quem pensa diferente “de nós”, quando o pensar diferente se resume à defesa da vida e ao direito à humanidade. É para demarcar posição e ser vigilante quanto a esses horrores que teimam em existir e resistir. Que as Ciências, as Artes, a Cultura, a Transcendência, a Ancestralidade, a Alegria, a Sociedade e os Movimentos Sociais e Populares também existam e persistam.

É diante dessa situação, traduzida como encruzilhada pedagógica, que o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Inovação acadêmicas se fundem à sabedoria negra/indígena dos nossos Brasis e nossas Áfricas, explicitando que há espaços, diálogos, escutas, práticas, reflexões, metodologias e vivências a serem criados e mantidos em conjunto, porque é assim que a gira do conhecimento acontece.

E este material que chega até você espelha tudo isso. São textos oriundos de práticas diversas de Extensão/Ensino/Pesquisa desenvolvidas pelas gentes que fazem os NEABIS do IFCE, que têm por objetivo refletir/provocar/suscitar o debate acerca das questões educativas étnico-raciais e a sua materialização nos espaços de formação.

Assim, o primeiro capítulo traz um estudo sobre a celebração institucional a Tereza de Benguela, por meio da I Semana da Mulher Negra e Tereza de Benguela, ocorrida em 2021, no *campus* do IFCE, no município de Cedro-CE, desenvolvida e apresentada enquanto mecanismo de resistência e visibilidade das mulheres negras.

O segundo capítulo traz o relato acerca das metodologias, textos e resultados do projeto de extensão Grupo de Estudos do Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais, criado e mantido no *campus* do IFCE, no município de Paracuru-CE, espaço profícuo de geração de conhecimentos sobre descolonização curricular e ações educativas de combate ao Racismo Estrutural.

O terceiro capítulo discute sobre os 10 anos da Lei de Cotas e as bancas de heteroidentificação como política pública nacional. É um relato de experiência, assentado nas discussões oriundas do evento promovido pelo NEABI, intitulado *10 anos da Lei de Cotas e as bancas de heteroidentificação como mecanismo de controle de uma política pública*, realizado no IFCE, no *campus* sediado no município de Camocim-CE, tendo como focos o processo de pardalização do negro e os desafios das bancas de heteroidentificação do/no IFCE.

O quarto capítulo traz um relato de experiência sobre a ação de extensão intitulada “Guerreiras das águas”, voltada às necessidades das Comunidades Tradicionais, notadamente, mulheres marisqueiras e pescadoras, sendo desenvolvida pelo IFCE, em seu *campus*, no município de Paracuru. A ação é composta por oficinas de educação socioambiental para aquelas mulheres, as quais contribuem com os

processos de reconhecimento, valorização e (re)construção da identidade desta categoria.

O quinto capítulo trata de uma pesquisa documental acerca das ações virtuais relacionadas ao Programa de Extensão Leituras Étnico-Raciais, promovidas pelo IFCE, no *campus*, no município de Paracuru, com o objetivo de identificar de que modo as redes sociais se efetivam como método de ensino, aprendizagem e extensão para a publicização e a discussão das pautas étnico-raciais junto aos públicos internos e externos àquele *campus*.

O sexto capítulo vem relatar as experiências na elaboração e execução do minicurso de extensão História e Cultura Afro-brasileira, promovido pelo IFCE, no *campus* sediado no município de Sobral. Através de uma abordagem metodológica descritiva sobre a realização do minicurso e a análise discursiva sobre os resultados das experiências vivenciadas, buscou-se trazer uma compreensão de sua pertinência e alcance pedagógico.

O sétimo capítulo trata do *NEABI Indica: Produções artístico-culturais com protagonismo Negro e Indígena*, ação promovida pelo IFCE, no *campus* localizado no município de Baturité-CE. Essa ação buscou difundir informações sobre produções artístico-culturais de autoria indígena e negra em plataformas de redes sociais. Procurou-se, com isso, a compreensão acerca das narrativas produzidas no ciberespaço, visando à compreensão e ao rompimento com a colonialidade.

O oitavo capítulo aborda o relato de experiências antirracistas bem-sucedidas, desenvolvidas através de ações formativas voltadas a estudantes do ensino fundamental nos anos finais, em uma escola pública da rede municipal de Jaguaribe-CE. O Projeto Identidade Negra foi uma parceria entre uma escola pública do interior do Ceará e o IFCE, através de seu *campus* localizado em Jaguaribe. A parceria resultou em atividades que buscavam a reflexão dos educandos, propondo mudan-

ças de comportamento, contribuindo na formação da identidade racial de estudantes negros e não-negros e procurando romper com o pacto pedagógico do silêncio, ainda muito presente nos sistemas escolares.

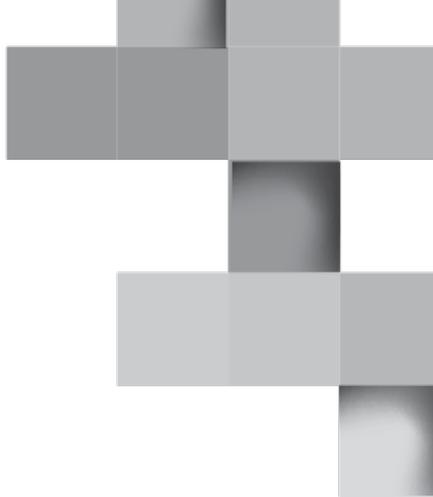
O nono capítulo trata da experiência vivenciada no projeto de extensão intitulado *Lembranças de infância: valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e indígena*. A ação foi desenvolvida pelo campus do IFCE, sediado no município de Acaraú-CE, contemplando um público de 290 pessoas e possibilitando o levantamento e a documentação do patrimônio histórico imaterial e cultural dos Tremembés da Varjota e Quilombolas do córrego dos Iús, ao mesmo tempo contribuindo para o reconhecimento e a valorização da contribuição histórica e cultural no processo de formação de Acaraú e das heranças que permanecem no cotidiano dos moradores da região.

Finalmente, o décimo capítulo aborda a ação de extensão intitulada “O impacto da COVID- 19 nos territórios indígenas da região Norte do Estado do Ceará” e os seus resultados. Esta ação contou com a articulação dos *campi* do IFCE, nos municípios de Acaraú, Camocim, Itapipoca, Sobral e Tianguá, e se deu no formato de *webinário*, contribuindo com o conhecimento sobre o contexto histórico de políticas públicas e a necessidade de proteção dos direitos indígenas.

Esperamos que você, car@ leit@r, ao tomar contato com estes capítulos, perceba o vigor da Extensão-Ensino-Pesquisa-Inovação, alavancado pelo coletivo vigoroso dos NEABIS e, ao mesmo tempo, o potencial pedagógico, social e transformador de nossa Instituição.

Desde já, saboreie a leitura!

Dra. Ana Cláudia Uchôa Araújo



O ESCRITO E O VIVIDO: I SEMANA DA MULHER NEGRA E TEREZA DE BENGUELA DO IFCE CEDRO

*Daniela Fernandes Rodrigues
Deyseane Pereira dos Santos Araújo*

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo

INTRODUÇÃO

A escrita deste artigo sobre a I Semana da Mulher Negra e Tereza de Benguela do IFCE Cedro transporta, da esfera do vivido para o do escrito, uma potente experiência vivenciada através da experimentação dos aspectos teóricos e práticos que envolvem a questão racial. Tal experiência apresenta um percurso de ações, realizadas no ano de 2021, que visaram sensibilizar os/as estudantes e participantes da comunidade interna e externa ao IFCE campus Cedro para as questões raciais e de gênero que envolvem as mulheres negras.

As atividades propostas na semana buscaram, por meio de mesas redondas, rodas de conversa e atividades culturais diversas, construir um percurso simbólico da realidade, ao atentar para os atravessamentos e vivências das mulheres negras presentes nos mais diversos contextos, bem como dar visibilidade a esta parcela da população que ainda é, segundo Djamila Ribeiro (2019), a base da pirâmide social, ou seja, é fonte de sustento, mas, e superior a isso, vítima de marginalização e discriminações simultâneas.

Diante desses aspectos, este artigo aponta para um caminho: o da visibilidade à inclusão da mulher negra, e justifica-se pelo fato de acreditarmos ser necessário o desenvolvimento de ações que oportunizem a construção de espaços, reflexões e práticas étnico-raciais cada vez mais efetivas. Uma das possíveis, como cremos, se dá pela valorização da produção científica e pelo compartilhamento das percepções e das vivências das mulheres negras, visando, com isso, combater a interseccionalidade de opressões e fortalecer a luta pela garantia dos direitos.

Compreendemos que o racismo é uma violência que deve ser combatida, fruto da sociedade eurocêntrica e excludente na qual vivemos (MUNANGA, 2016), e que, como tal, apresenta-se de várias

maneiras, sejam elas simbólicas, físicas, verbais, psicológicas, dentre outras. Neste contexto, divulgar a I edição da Semana da Mulher Negra e Tereza de Benguela do IFCE Cedro é um instrumento de combate a esta prática, uma vez que publiciza o dia 25 de julho como uma importante data histórica e simbólica, denominada de dia internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Criada em 1992 a partir do primeiro Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, em Santo Domingos, República Dominicana, tal marco histórico, e a evidência dada a ele, é um movimento de des-territorialização (DELEUZE, GATARRI, 2009) da realidade excludente que vivenciamos, uma linha de fuga para aquilo que indiscutivelmente deve ser construído, a saber, a promoção da igualdade.

Imagem 1: Comunicação Visual do evento



Fonte: Instagram IFCE Cedro.

Como caminho efetivo para esta promoção, o dia nacional de Tereza de Benguela e da mulher Negra foi determinado em homenagem à líder quilombola, nascida no século XVIII, e expresso por meio da Lei nº 12.987/2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Esta data é considerada como dia de luta contra o sexismo, racismo e discriminação de classe social.

Para o campus Cedro, especificamente para o Neabi, a realização dos eventos em alusão a esta data simbolizou os primeiros passos teóricos e práticos em busca do reconhecimento e da valorização dos direitos das mulheres negras. Dessa forma, a semana constituiu-se como o início de uma longa caminhada em direção à mudança de percepção e de atitude perante a luta contra as opressões racistas e sexistas sofridas por este grupo, pois, como salienta Werneck (2016, conforme consta nas referências, p. 11):

Ao associar-se ao sexismo, o racismo vai determinar sobrecargas adicionais às mulheres negras, desafios nem sempre traduzidos em números, conferindo a elas maior participação na pobreza e indigência quando comparadas às mulheres e homens brancos ou aos homens negros.

Dito isto, o presente relato tem por objetivo maior apresentar as experiências das atividades desenvolvidas na I Semana da Mulher Negra e Tereza de Benguela do Instituto Federal do Ceará - IFCE, campus Cedro, intitulada de *Percepções e vivências sobre a saúde física e mental de mulheres negras no período pandêmico*, realizada no ano de 2021, e promovida pelo Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI do referido campus. Entendemos que somente através do diálogo, do debate e de outras ações, individuais e/ou coletivas promovidas em eventos como este, teremos a oportunidade de construir a igualdade racial e de gênero e de promover, no espaço escolar, e fora dele, uma educação antirracista.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho é de cunho qualitativo, caráter descritivo reflexivo, tendo como unidade de análise as atividades vivenciadas na I Semana da Mulher Negra e Tereza de Benguela do Ins-

tituto Federal do Ceará - IFCE, campus Cedro, realizadas de modo online no ano de 2021, com atividades como palestras, debates, roda de conversas e manifestações artístico-culturais, desenvolvidas na segunda-feira, dia 27/07/2021, na quarta-feira, dia 28/07/2021, e na sexta-feira, dia 30/07/2021. Importante ressaltar o patrocínio da Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – FAIFCE para a realização deste evento.

As atividades da semana foram planejadas em reuniões periódicas com a comissão organizadora, divididas em três etapas e descritas a seguir:

- Na primeira etapa, foi construído o planejamento do evento, com reuniões periódicas para organização da temática, pré-programação, grupos de trabalho-GT e convite para as/os participantes.
- Na segunda etapa, o planejamento voltou-se para as ações que viabilizassem a realização do evento, desenvolvidas pelos GT, tais como: fechamento da programação, convite e confirmação dos convidados, atividade cultural, elaboração da identidade visual do evento, produção de vídeo para divulgação nas redes sociais oficiais do campus, nas salas de aula, e elaboração e disponibilização de formulário de inscrições do *Google forms*, no *Instagram* do campus e do núcleo Neabi.

Na terceira etapa, aconteceu a realização do evento para um público estimado de 120 pessoas, com frequência e avaliação por meio de uma lista de presença, preenchida pelos participantes através de formulário disponibilizado pela comissão organizadora do evento. Posteriormente, ocorreu a avaliação geral do evento em reunião do núcleo.

Os resultados obtidos na realização da semana em alusão ao dia da mulher negra encontram-se descritos abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

I Semana da mulher Negra e Tereza de Benguela do IFCE Cedro

A ideiação da I Semana em alusão à representatividade da mulher negra em pleno período de Pandemia do Covid-19 teve motivações pedagógicas e uma ancestral necessidade de aquilombamento, que, como destaca Joselício Junior (2019), “[...] é uma necessidade histórica, é um chamado, uma reconexão com nossa ancestralidade para atuar no presente, é construir esperança, é construir força, é construir sonho, é construir um futuro melhor! ”. Esta atitude de resistência frente ao devastador período de sofrimento físico e psíquico enfrentado pela população brasileira e mundial, mais precisamente pelo recorte de classe, gênero e raça, ou seja, mulheres negras e pobres, deu-se como uma estratégia encontrada para corrigir as assimetrias nas questões étnico-raciais, visto que:

A luta contra toda e qualquer forma de naturalização e estigmatização das diferenças tornou-se um dever da humanidade, pois as experiências humanas já vividas e as que assistimos nesse início do século XXI, têm-nos revelado que a intolerância, o racismo e a discriminação, ou seja, formas negativas de lidar com as diferenças, poderão nos levar a intensos processos de desumanização (GOMES, 2006, p. 28).

A temática da I semana foi norteadas pelas “Percepções e vivências sobre a saúde física e mental de mulheres negras no período pandêmico”. Dentre as atividades planejadas, tivemos, ao longo da semana, as seguintes ações: Abertura do evento, atividade artística cultural, palestra, oficinas, ciclo de estudos e roda de conversas. Ao observarmos as ações, percebemos um verdadeiro movimento de busca por externalizar as conflituosas facetas do cenário emocional

que nos mobilizava, bem como o profundo desejo de conhecer e valorar as trajetórias das mulheres negras, que são muitas, mas que, ao mesmo tempo, nos unem através das amargas marcas do racismo.

Essas trajetórias de luta, resistência, sobrevivência e encantamentos foram tecidas e descortinadas por nossas ancestrais e foram veemente publicizadas na abertura do evento pela coordenadora do Neabi, Daniela Fernandes, ao reverenciar sua amada mãe, Francisca Fernandes Rodrigues, como “princesa”, “amor”, “Dona Dunga”, que, na ocasião, aproximava-se do período de 1 ano de seu encantamento. A história da nossa ancestralidade foi validada por meio da filosofia Africana Ubuntu, “eu sou porque nós somos”, através da existência e resistência de mulheres como Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Mariele Franco, dentre outras mulheres pretas que foram e são a corporificação da luta contra o silenciamento e o território do não-ser.

Diante da alusão feita pela coordenadora do Neabi, campus Cedro, ficou evidente o objetivo central da I Semana da mulher negra no instituto, a saber, divulgar o dia 25 de julho como uma data significativa, simbólica e histórica que versa sobre reflexões e lutas políticas, educacionais e humanitárias, bem como sobre o combate à interseccionalidade de opressões relacionadas às mulheres negras, partindo, para tanto, das percepções e experiências destas sobre a saúde física e mental no período pandêmico. Como objetivo específico, visamos refletir, pela lente da psicologia, sobre os impactos do racismo na saúde mental das mulheres negras, potencializados no período pandêmico devido ao fato de este grupo ter sido o mais atingido pela Covid-19, não somente em números de mortos, mas também na elevação da taxa de desemprego e violência doméstica, como nos apontou Tatiana Souza na palestra de abertura do evento, denominada “Saúde Mental da Mulher Negra: sufocada entre as violências e a pandemia. Como resistir?”.

Na palestra citada, a psicóloga discutiu sobre como o adoecimento mental está atrelado, muitas vezes, a indicadores sociais, tais como os aspectos de classe e raça, e de como essas interseções estiveram em evidência no período pandêmico. Segundo a psicóloga, neste período não foi dada a esta classe a oportunidade de isolamento e manutenção de emprego. A pandemia acentuou ainda mais as desigualdades de gênero, raça e classe no Brasil. Para Tatiana Souza, a psicologia não pode se furtar dessas questões enfrentadas cotidianamente por esta parcela da população, dada a ausência de políticas públicas de inclusão. Embora sejam ainda poucos os estudos relacionados a isso, é necessário um olhar mais aguçado sobre como a interseccionalidade afeta ou não a saúde mental das mulheres negras no Brasil.

Ainda foi objetivo da semana promover espaços de discussões, enfrentamento e construção de uma educação antirracista. Tal aspecto pode ser construído através da promoção de atividades artísticas, como a composta pelo grupo Ariel Coletivo Literário, da oficina sobre a representação da literatura de cordel como instrumento antirracista e do encontro do Ciclo de estudos horizontais sobre Educação para as Relações étnico-raciais.

A atividade artística-cultural promovida pelo Grupo Ariel Coletivo Literário foi feita através da exibição de um vídeo-poema intitulado de “Negras vozes, negras histórias: eu sou porque nós somos”. A produção apresentou uma reflexão poética sobre a mulher negra latino-americana e caribenha, evidenciando os aspectos de ancestralidade e potencialidade da mulher negra ao longo da história. Inspiradas em vozes como as de Victoria Santa Cruz, Conceição Evaristo e Teresa Cárdenas, as integrantes do coletivo expressaram, em prosa e verso, as inquietações sobre ser e estar neste território *Abya Yala*, bem

como os desafios históricos e atuais das mulheres negras, evidenciando a construção de um futuro possível.

A oficina “Como a literatura de cordel pode ser antirracista nesse período pandêmico? Uma leitura de Heroínas Negras de Jarrid Arraes”, promovida pela professora Deyseane Araújo, evidenciou os aspectos discursivos envolvidos na representação do negro, em especial da mulher negra, na literatura de cordel. A literatura foi vista aqui como “um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (CÂNDIDO, 1989, p. 122). É por estas razões que, como foi posto na oficina, a literatura está relacionada com a luta pelos direitos humanos.

Neste sentido, na oficina, foi possível perceber como, historicamente, a literatura foi tida como veículo de reforço de preconceitos e estereótipos. Em se tratando do negro, por muitas vezes, seja na presença ou na ausência deste indivíduo, vimos reforçadas nas construções literárias algumas características centrais da sociedade brasileira, marcada pelo racismo estrutural, que afasta dos espaços de poder e de produção de discurso os marginalizados, a exemplo das mulheres negras. Através de análise de cordéis, foi possível perceber as marginalizações e preconceitos sofridos pelos negros, bem como as potencialidades desta população, em especial, das mulheres, evidenciadas nas produções de Jarrid Arraes.

O 2º Encontro do I Ciclo de estudos horizontais sobre Educação para as Relações étnico-raciais – ERER teve como tema os “Diálogos sobre o livro: Pequeno manual antirracista”, de autoria da filósofa, escritora e feminista negra, Djamilia Ribeiro. As mediadoras deste momento foram as mulheres do núcleo Neabi - Cedro. O ciclo possibilitou um momento de discussões a partir da escrita e das problematizações provocadas pelo livro sobre a sociedade estruturalmente

racista, e a urgente e necessária construção de práticas antirracistas. Como destaca Ribeiro (2019, p. 51), é preciso “acordar para os privilégios que certos grupos sociais têm e praticar pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não seriam questionadas”.

Por último, tivemos a mesa redonda com o tema “Narrativas e vivências de mulheres negras sobre a saúde física e mental no período pandêmico”, coadunando com o nosso objetivo de conhecer as vivências e narrativas relacionadas à saúde física e mental das mulheres negras no período pandêmico em diversos contextos. Para tanto, contamos com a participação de mulheres que estavam geograficamente situadas em várias regiões do Brasil.

Nos seus discursos, mulheres como Eridan Bandeira Julião, representante indígena, Cleomar Ribeiro da Rocha, representante quilombola do Cumbe, Maria Deyvianne dos Anjos, representante de linha de frente no trabalho contra a Covid no Ceará, e Alêssandra Felix Xavier, representante da Rede de Mulheres Negras do Ceará, apresentaram e denunciaram como que o racismo rompe fronteiras e nos une pela opressão dos nossos corpos e do adoecimento psíquico.

É oportuno destacarmos que fizemos parte da agenda coletiva de atividades da 9ª Edição do Julho das Pretas – Para o Brasil Genocida, Mulheres Negras apontam a Solução, evento que se consolida como uma ação política com agenda conjunta e propositiva, com organizações e movimento de mulheres negras do Brasil, direcionada ao fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade brasileira. A ação foi criada em 2013 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra - e celebra o 25 de Julho, dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha. Desde o início, o mês de julho foi abraçado e potencializado pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste, ganhando em poucos anos toda a região e, logo depois, o Brasil. Hoje é também organizado pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) (ODARA, 2021).

Sabemos que a pandemia atingiu todos os segmentos sociais, mais nitidamente e gravemente a camada social mais vulnerável economicamente, produzindo situações de vulnerabilidades sociais e muita pobreza. Conforme Rocha (2003), esse aspecto é um fenômeno complexo, uma situação na qual as necessidades dos indivíduos não são atendidas de forma adequada. Nesse dramático contexto de crise sanitária, econômica, política, educacional e social, movidas pela energia ancestral do aquilombamento e como estratégia de resistência, realizamos uma campanha online de doações em dinheiro, em parceria com os Núcleos Neabis do Instituto Federal do Ceará e a FAIFCE, no valor de 10 reais, que foram revertidos em cestas básicas, visando contribuir com a luta contra a pobreza alimentar e menstrual de mulheres negras da cidade de Cedro-Ceará.

A campanha, denominada de I Neabi solidário, na esteira dos vastos e variados impactos ocasionados pela pandemia da Covid-19, proporcionou reflexões e enfrentamentos contra a produção e a intensificação das vulnerabilidades sociais e da situação de pobreza de muitas famílias, denunciando que a questão alimentar, em seu aspecto mais agravante, tem raça e gênero. Sendo a alimentação uma necessidade básica e necessária ao desenvolvimento humano, a insegurança relativa a este aspecto tem atingido milhões de pessoas, na sua maioria, mulheres negras, e em Cedro-CE, por exemplo, essa situação não foi diferente.

Além desse aspecto, acrescentamos a pobreza menstrual, que, como a alimentar, continua impondo à mulher, na maioria, a negra, a negação do direito à higiene íntima, à saúde, em detrimento do uso dos escassos recursos para garantir o mínimo de alimentos para a sobrevivência familiar. Conforme dados do Ipea (2013) e Osorio (2019), a desigualdade racial de renda é tão elevada quanto persistente no Brasil. Assim sendo, contra a pobreza alimentar e menstrual e pela dignidade, nós mulheres negras lutamos e reivindicamos por saídas e soluções.

Imagem 2: Comunicação Visual do evento

I NEABI Solidário

1 a 31 de julho
Doações no valor de **R\$ 10,00**

"Quem deita com FOME não dorme!"

CAROLINA MARIA DE JESUS

DOAÇÕES:
FAIFCE
CPF: 07.916.713/0001-41 (CNPJ)
Banco do Brasil - 001
Agência 0006-B, Conta Corrente: 38.939-B
CDD: 77.440.73280001-4

INEABI

Campanha online promovida pelo **Neabi Cedro** em parceria com os demais **Neabis do IFCE**.

Os valores arrecadados serão revertidos em **cestas básicas para mulheres** da cidade de Cedro que estão em situação de **vulnerabilidade socioeconômica**.

IMPORTANTE
Enviar o comprovante para o site da FAIFCE (<https://faifce.ifce.edu.br/ifce-solidario>), clicando em IFCE Solidário e em seguida em **I Neabi Solidário**.

FAIFCE **PREFEITURA DE CEDRO** **INEABI** **PROEXT** **INSTITUTO FEDERAL do Ceará**

Fonte: Instagram IFCE Cedro.

Diante da realidade social de aviltamento da dignidade humana, conseguimos adquirir 13 cestas básicas, no valor de R\$ 72,99 cada, e 04 caixas de absorventes íntimos que foram repassadas para a secretária de assistência social do município de Cedro-CE e entregues às mulheres negras. Com este evento, esperamos ter contribuído para uma discussão essencial e urgente, que versa sobre a questão de direitos humanos e justiça. E, de forma concreta, mesmo que de maneira ínfima, minimizado a grande realidade de precariedade enfrentada por uma grande parcela das mulheres negras.

CONCLUSÃO

Diante das discussões aqui empreendidas, fica evidente a relevância da promoção, da vivência e do compartilhamento das experiências e das atividades desenvolvidas na I Semana da Mulher Negra e Tereza de Benguela do Instituto Federal do Ceará – IFCE. A necessidade de fomento no ambiente acadêmico de ações que tenham como observância a educação para as relações étnico-raciais e que valorizem os saberes e fazeres que estão para além dos muros da escola é urgente. Tendo em vista que somos seres sociais e que nos desenvolvemos

através das relações que estabelecemos no contexto social no qual estamos inseridos, e que, infelizmente, ainda temos uma sociedade que é estruturalmente racista e sexista, acreditamos que o silenciamento não é opção perante as formas de opressão que nos rodeiam. Como afirma Conceição Evaristo (2013, p. 103), precisamos falar, precisamos dar voz a nossas conquistas para que outros vivam através de nós.

Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos. Conceição Evaristo (2013, p. 103).

Nossa voz precisa ser ouvida. Nossa vida, percebida. Neste sentido, concluímos que o evento foi o primeiro passo na busca pela visibilidade, em direção a uma jornada de luta, valorização, reflexão e compartilhamento de dores e alegrias, que nós, mulheres negras, enfrentamos e concretizamos. Um movimento, nos aspectos teóricos e práticos, por uma, por todas, pela nossa ancestralidade e pela nossa posterioridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.987, de 2 junho de 2014. **Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza Benguela e da Mulher Negra**. Brasília - DF, 2014.

CÂNDIDO, Antônio. **Direitos Humanos e literatura**. In: *FESTER*, A.C.R. (Org.). *Direitos humanos E...* Cjp. Ed. Brasiliense, 1989.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 1. São Paulo: Ed. 34, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnic_o_ra_ciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf> Acesso em 14 de Abr. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE**. Brasília: Ipea, 2013. (Comunicados do Ipea, n. 159).

JUNIOR, Joselício. **É tempo de se aquilombar**. Revista Fórum, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opinioao/2019/4/29/tempo-de-se-aquilombar-55485.html>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MUNANGA. Entrevista TV USP, **Programa Travessia entrevista o Professor Kabengele Munanga**, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6iOmlZRiJeg&t=49s?>. Acesso em: 14 maio 2021.

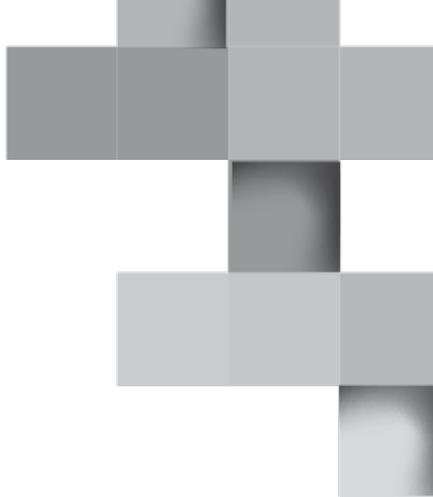
OSORIO, R. G. **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2487).

ODARA. **Instituto da Mulher Negra**. 2021. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/categoria/reportagens/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. doi: 10.1590/S0104-129020162610



GRUPO DE ESTUDOS ENSINO DE CIÊNCIAS E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E OS CAMINHOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI 11.645/2008

*Beatriz de Sousa Vieira
Iara Saraiva Martins
Ileane Oliveira Barros
Paulo Gomes Barroso*

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-Raciais foi um projeto de extensão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Paracuru. Executado no ano de 2021, o grupo foi constituído a partir da necessidade de discutir a formação de professores na área do Ensino de Ciências e refletir sobre a garantia efetiva da aplicação de uma educação antirracista, além de pensar

a construção de metodologias que articulam o ensino de Ciências à educação para as relações étnico-raciais.

As atividades de extensão promovem diálogos e debates que englobam a comunidade interna e a comunidade externa de uma instituição de ensino, trazendo a população local para o eixo acadêmico e possibilitando experiências de trocas de saberes entre os dois grupos sociais.

A Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE, 2019, p. 4) tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da extensão no âmbito da instituição e de suas atividades correlatas, junto às comunidades de abrangência. O referido documento define as atividades de extensão como aquelas relacionadas ao compartilhamento de conhecimento produzido e ampliado à comunidade externa. Nesse sentido, as atividades extensionistas devem ser articuladas às seguintes premissas:

- I) Impacto e transformação social;
- II) Desenvolvimento integral do discente;
- III) Aproximação contínua com o mundo do trabalho;
- IV) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- V) Inserção socioprofissional do discente;
- VI) Responsabilidade socioambiental;
- VII) Interdisciplinaridade;
- VIII) Contribuição à superação das desigualdades sociais;
- IX) Contribuição ao desenvolvimento local e regional.

Outro fator relevante que conduz à compreensão sobre a validade de um grupo de estudos sobre Ensino de Ciências e Relações étnico-raciais como atividade extensionista, diz respeito às normativas sobre a Curricularização da Extensão e como atividades dessa

ordem podem ser incorporadas às dinâmicas disciplinares ampliadas às comunidades.

De acordo com a resolução de normatização da Curricularização da Extensão no âmbito do IFCE (2022), as ações curriculares de extensão deverão fortalecer e priorizar a interação com a sociedade, visando “[...] impactos positivos nos âmbitos culturais, científicos, artísticos, bem como de inclusão e acessibilidade e das relações étnico-raciais, de economia e gestão criativa e de projetos em consonância com as demandas coletivas da sociedade” (IFCE, 2022, p. 2).

Assim, a escolha da temática aqui abordada justificou-se por uma perspectiva acadêmica e extensionista de difundir a experiência do projeto “Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais” como método para conduzir a aplicação da lei 11.645/08, que torna obrigatória a inclusão nos currículos oficiais da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008). Nos Institutos Federais e universidades é comum a existência de grupos de estudo, pesquisa e extensão que dialogam sobre diferentes áreas do conhecimento, promovendo o aprofundamento de determinados saberes de forma interdisciplinar associados às demandas da sociedade. O Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais foi pautado na construção de conhecimentos voltados para a solução de problemas e desenvolvimento de habilidades relevantes para a atuação profissional de docentes nas áreas do Ensino de Ciências.

Nilma Lino Gomes (2012) ressalta que a educação para as relações étnico-raciais exige uma mudança de práticas e descolonização dos currículos da Educação Superior e Básica, mudança, inclusive, na forma como se vê o negro africano, o negro afro-brasileiro e os povos indígenas.

Ainda segundo Gomes (2012), conteúdos sobre a temática afro-brasileira nos currículos das escolas são negados e silenciados. A autora aponta que a lei 10.639/2003, introduzida a partir de mudanças culturais e políticas no campo curricular e epistemológico, podem servir para vencer o silêncio, uma vez que o silenciado é representado não mais como escravizado e sofrido, mas representado como elemento importante, enfatizando sua contribuição para a construção da cultura brasileira, valorizando aquilo que era antes negligenciado.

Para Sueli Carneiro, é necessário reorganizar o modo como a história é contada, apontando o potencial da população negra na construção da sociedade e na produção de conhecimentos científicos. Tal processo é necessário para uma retomada epistemológica onde o papel de escravização seja desconstruído e substituído pelo de povo protagonista na fabricação de saberes.

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado (CARNEIRO, 2018, p. 97).

O conceito de epistemicídio foi difundido desde a Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio ocorrida no ano de 1951 e determinada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, defi-

nindo como genocídio cultural ou epistemicídio a assimilação forçada e conversão à cultura dominante; proibição do uso do idioma local em instituições públicas e em publicações como livros, revistas, entre outros; e a destruição do patrimônio cultural de determinada comunidade, como objetos históricos, museus, escolas, locais religiosos etc. (ONU, 1951).

De acordo com Fernandes (2015), é importante compreender a educação das relações étnico-raciais como um processo fundamental na formação profissional para que os docentes possam adquirir uma postura não apenas de transmissores de conteúdo didáticos no ambiente escolar, mas para a formação de um sujeito comprometido com a transformação de toda uma sociedade baseada em uma lógica excludente.

A relevância deste estudo está em discutir, por meio de um relato de experiência, a aplicação de um Grupo de Estudos de temática étnico-racial como atividade extensionista. Isto possibilita uma reflexão crítica e social sobre o tema para além dos muros da instituição acadêmica. A ação foi realizada pelo NEABI *Campus* Paracuru de forma online, tendo como público-alvo a comunidade externa e interna, estudantes e professores dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, profissionais da educação e discentes de cursos de licenciaturas.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará foi criado pela Resolução nº 71, de 31 de julho de 2017 com o objetivo de:

[...] discutir ações afirmativas sobre Africanidade, Cultura Negra e História do Negro no Brasil. [...] os NEABIs têm como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como pers-

pectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações e a ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no Instituto Federal do Ceará (IFCE, 2017).

Diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento: como os Grupos de Estudos podem servir como método de ensino, aprendizagem e extensão para aplicação da lei 11.645/08? Os debates e socializações de conhecimentos coletivos sobre o Racismo Estrutural, a necessidade de descolonização dos currículos e a promoção de uma educação antirracista auxiliaram a compreensão sobre a conjuntura brasileira e passos a serem buscados rumo a uma sociedade mais justa. A descolonização dos currículos a fim da construção de uma educação antirracista é um caminho longo que precisamos percorrer, mas contribuições que visam atingir esse objetivo são essenciais para buscarmos resultados significativos.

Este trabalho teve por objetivo geral discutir a experiência do projeto de extensão “Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais” e, especificamente, catalogar os encontros virtuais da primeira unidade da ação.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um relato de experiência orientado pela abordagem qualitativa, crítica e reflexiva. O texto discute e sistematiza ações do projeto de extensão “Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais”, executado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus* Paracuru. Para a construção deste trabalho, utilizamos a revisão de literatura e análise documental.

Os procedimentos para a catalogação dos encontros foram:

1. Listagem de temas;
2. Organização dos encontros por data;
3. Preenchimento de instrumento de coleta de dados;
4. Análise de dados;
5. Registro de resultados.

O grupo contou com a participação de discentes e docentes que atuam no Ensino de Ciências em instituições do Ceará, Bahia e Paraná. Foram realizados encontros quinzenais para contextualizar historicamente o Ensino de Ciências no Brasil, bem como a relação deste com a abordagem das relações étnico-raciais a partir de leis e documentos.

O grupo promoveu, através de encontros virtuais, a reflexão sobre a descolonização dos currículos e sobre a construção de práticas educativas desarticuladas do Racismo Estrutural. Neste relato, apresentaremos as metodologias, textos e resultados do projeto de extensão Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais.

O Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais ocorreu a partir de encontros quinzenais divididos em três módulos durante o segundo semestre de 2021, nos quais foram debatidas experiências discentes e docentes sobre as dificuldades e desafios de trabalhar as questões étnico-raciais dentro dos currículos de escolas e universidades. Neste trabalho, abordaremos especificamente as experiências da primeira unidade/módulo.

Os módulos planejados tiveram as seguintes temáticas:

- A lei 11.645/08 e as bases para a construção de uma educação antirracista;
- O Ensino de Ciências por outra perspectiva: crítica e decolonial;
- Metodologias para uma abordagem étnico-racial no Ensino de Ciências.

Os encontros ocorreram de forma virtual em decorrência do contexto pandêmico ainda expressivo no ano de 2021. Os links para as atividades foram previamente gerados pela plataforma *Google Meet* e divulgados através de postagens nas redes sociais e lista de e-mails. As inscrições foram realizadas por meio do preenchimento de formulários eletrônicos.

Dentre os mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto de extensão, utilizamos os formulários de frequência; formulários de avaliação dos conteúdos e de sugestão para as atividades do grupo; Grupos no WhatsApp; mediações compartilhadas, entre outras estratégias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os encontros da Unidade 1 do Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico- raciais ocorreram nos meses de março, abril e junho de 2021 e tiveram como tema central a Lei 11.645/08 e as bases para uma educação antirracista. Os encontros e textos trabalhados foram catalogados no quadro a seguir:

Quadro 1: Data e textos trabalhados nos encontros da primeira unidade do Grupo de Estudos: Ensino de Ciências e relações étnico-raciais

Data	Texto trabalhado
------	------------------

20/03/2021	Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Nilma Lino Gomes
07/04/2021	Quem vai chegar primeiro: a bala ou a Ciência? Kananda Eller Sousa da Paixão
02/06/2021	Biologia, educação das relações étnico-raciais e inversão epistemológica. Kelly Menezes Fernandes

Fonte: Elaborado pelos autores.

A primeira Unidade do Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-raciais foi constituída por três encontros, duas autoras convidadas e um total de 50 participantes. A escolha dos textos foi fundamental para a socialização do conhecimento científico produzido por mulheres negras brasileiras que comumente têm seus trabalhos camuflados por uma ótica acadêmica eurocêntrica e machista.

Dentre as questões destacadas nos debates do grupo, a pertinência da socialização de mulheres negras cientistas foi abordada por várias vezes, pois além de estudar sobre construções teóricas, apresentávamos também suas biografias. Nesse sentido, na contramão da divulgação da ciência produzida apenas por homens brancos, trabalhamos textos de mulheres pretas e cientistas ainda vivas.

Esse fato fez com que mulheres negras participantes do grupo e membros da comunidade interna e externa ao IFCE *Campus* Paracuru realizassem a releitura de si como pesquisadoras e cientistas, principalmente após as contribuições em tempo real de Kananda Eller Sousa da Paixão e Kelly Menezes Fernandes, duas pesquisadoras negras que também já tinham em Nilma Lino Gomes uma referência.

No primeiro encontro (20/03/2021), discutimos relações étnico-raciais, educação e decolonização dos currículos a partir da perspectiva da pedagoga mineira Nilma Lino Gomes, importante referência para a estruturação de uma educação antirracista. Nilma Lino

Gomes foi a primeira mulher negra do Brasil reitora de uma universidade pública federal (UNILAB). Chefiou, entre os anos de 2015 e 2016, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Presidiu, entre 2004 e 2006, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). A pesquisadora integrou, de 2010 a 2014, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, onde participou da comissão técnica nacional de diversidade para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros.

No segundo encontro, discutimos o texto potente de Kananda Eller Sousa da Paixão (07/04/2021), além de contarmos com a presença da própria pesquisadora na mediação da atividade. Mestranda em Ciências Ambientais pela USP, a pesquisadora também é influenciadora digital através do perfil “Deusa Cientista” nas redes sociais, onde torna acessíveis informações sobre a vida acadêmica e sobre a relação do povo preto com a construção do pensamento científico e produção de saberes em diversas áreas. É coordenadora de Ciência, Tecnologia e Inovação no Conselho Estadual da Juventude - CEJUVE/BA, ocupando a cadeira de lideranças feministas. No CEJUVE, órgão consultivo do Estado da Bahia, discute políticas públicas voltadas à ciência, tecnologia e inovação para a juventude baiana.

Kananda Eller Sousa da Paixão é licenciada em química pela UFBA e fundadora do pré- vestibular social Quilombo Amigos do Bem. A convidada discursou sobre o texto “Quem vai chegar primeiro: a bala ou a ciência? As dificuldades e as potencialidades que os(as) professores(as) de Química têm em relacionar o Ensino de Química e relações étnico-raciais”. Entre outras questões, a autora pontua como o contexto de necropolítica atravessa o caminho da juventude negra rumo ao conhecimento científico.

O terceiro encontro da unidade (02/06/2021) contou com a presença e mediação de Kelly Menezes Fernandes. Durante a atividade,

discutimos “Biologia, educação das relações étnico-raciais e inversão epistemológica”. Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Kelly Menezes é professora de Ciências na Prefeitura de Camaçari - Bahia e professora no curso de Licenciatura em Biologia - UNEB. Faz parte do LAHA-FRO (Laboratório de História e Cultura Afro-brasileira e Currículo Marinha Rodrigues). Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, compõe a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) dentro da área Ciências e Tecnologia. Tem Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA). Tem produzido, dentre outras temáticas, sobre a formação de professores de Biologia para a educação das relações étnico-raciais.

Durante os encontros, além das trocas de experiências e saberes com as convidadas que residem no Estado da Bahia, também foi possível realizar discussões sobre a pauta étnico-racial junto aos professores de uma escola quilombola do Paraná, docentes e discentes de outros *campi* do IFCE e professores das redes públicas municipais e estaduais de Paracuru, Fortaleza, Paraipaba, Itapipoca e São Gonçalo do Amarante.

Uma das dificuldades compartilhadas sobre a abordagem das questões étnico-raciais foi a falta de materiais didáticos norteadores. Pensando nisso, o grupo se propôs a refletir sobre a construção de procedimentos metodológicos para a abordagem das relações étnico-raciais no Ensino de Ciências. Nesse sentido, a etnobiologia, etnobotânica, o papel do povo africano, afro-brasileiro e indígena na construção do pensamento científico e as invenções tecnológicas e científicas produzidas no continente africano foram elencados como parâmetros para a reconstrução decolonial do Ensino de Ciências.

Assim, contextualizamos historicamente o Ensino de Ciências no Brasil, bem como a relação deste com a abordagem das relações étnico-raciais a partir de leis e documentos; refletimos sobre a descolonização dos currículos e sobre a construção de práticas educativas desarticuladas do racismo estrutural; e ainda, debatemos coletivamente sugestões de práticas metodológicas e conteúdos para abordagem das relações étnico raciais no Ensino de Ciências.

CONCLUSÃO

O Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações Étnico-Raciais, como um projeto de extensão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – *Campus* Paracuru, foi capaz de promover uma ação integrativa entre a construção de conhecimentos sobre as relações étnico-raciais na instituição e comunidade, configurando-se como uma ação interestadual, uma vez que conseguiu abarcar os Estados do Ceará, Bahia e Paraná.

Os objetivos esperados foram alcançados, uma vez que constatamos a participação de público diverso, discussões interinstitucionais através de convidadas(os) de outras universidades e reflexão coletiva sobre metodologias para a abordagem das relações étnico- raciais no Ensino de Ciências. Ressalta-se que essas experiências em atividades de extensão proporcionaram aos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFCE *Campus* Paracuru um momento intercultural, trazendo pesquisadores e acadêmicos de outras instituições, tornando os momentos de discussões mais interativos e interligados às diferentes realidades.

Além da leitura de textos, os encontros foram fundamentais para debater coletivamente sugestões de práticas metodológicas e con-

teúdos para abordagem das relações étnico-raciais no Ensino de Ciências. Como resultado do aprofundamento teórico e da socialização de conhecimentos coletivos sobre a descolonização dos currículos ocorreu a reflexão sobre a construção de práticas educativas desarticuladas do Racismo Estrutural e o planejamento da produção de materiais de apoio para professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.645/2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 10.639/2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo: Brasília, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

FERNANDES, Kelly Menezes. Biologia, Educação das Relações Étnico-raciais e Inversão Epistemológica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo Sem Fronteiras: Belo Horizonte, 2012.

IFCE. **Resolução nº 71**. Aprova o regimento interno dos Núcleos no Instituto Federal do Ceará. CONSUP: Fortaleza, 2017.

IFCE. **Resolução nº 100**. Aprova a Política de Extensão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. CONSUP: Fortaleza, 2019.

IFCE. **Resolução nº 41**. Aprova a Normatização da curricularização da extensão no âmbito do IFCE. CONSUP: Fortaleza, 2022.

ONU. **Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio**. Organização das Nações Unidas: Nova Iorque, 1951.



3

10 ANOS DA LEI DE COTAS E AS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Jean Luís Caetano Sousa Silva
Francisco Deivison Rodrigues
Luana Maria Moura de Oliveira
Maria Aline da Silva
Iziane Silvestre Nobrer*

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência teve como ponto de partida o evento *10 anos da Lei de Cotas e as bancas de heteroidentificação como mecanismo de controle de uma política pública*, que, por sua vez, foi resultado de uma série de discussões que surgiram no interior do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) *campus* Camocim, diante das problemáticas encontradas no decurso do processo

de aferição da heteroidentificação da presente instituição de ensino, cujo estopim foi a reprovação de uma aluna quilombola parda branca, ocorrida durante e após a avaliação de indeferimento da banca.

A partir disso, constatamos a existência de uma incompreensão de grande parte da comunidade acadêmica acerca do processo de identificação do pardo, o que nos impulsionou a pensar na construção de um evento cujo assunto tratasse, especificamente, sobre o processo de pardalização do negro no Ceará e as comissões de heteroidentificação como um mecanismo de controle das políticas de cotas para negros e pardos.

De acordo com Funes e Sobrinho Ferreira (2016), há um processo de invisibilidade do negro e do pardo negro no Ceará. Essa invisibilidade faz com que o pardo negro seja comumente associado à cor morena e/ou ao mestiço. Nisso, iniciam-se a apresentação de problemáticas no processo de identificação do pardo negro, colocando todos os ditos mestiços na categoria parda, ignorando-se todos os meandros resultantes do processo de miscigenação. Outro aspecto importante a ser destacado refere-se ao fato do racismo “à brasileira” manifestar-se pela existência de um fenótipo, logo, ter pais negros não garante que pardos brancos sejam discriminados por sua cor (NOGUEIRA, 2006).

Por essa razão, um dos critérios da banca de heteroidentificação é a reflexão se os traços apresentados pelo candidato o tornam vítima de preconceito. Tais reflexões nos ajudam a fazer o controle social das cotas raciais e que somente por meio dessa avaliação podemos garantir a efetividade dessa política pública, destinando as vagas nas universidades e concursos públicos aos candidatos negros e pardos negros.

Paralelamente a isso, ressalta-se ainda a circunstância de que as escolas, por desconhecerem o processo da heteroidentificação, peçam aos estudantes que se inscrevam como pardos. Os estudantes

tentam pleitear a vaga e durante a aferição o candidato pode ser eliminado caso não atenda aos critérios estabelecidos pela banca. O desconhecimento da metodologia empregada e a tentativa da branquitude de burlar as cotas geram inúmeros constrangimentos para os avaliadores. Determinados constrangimentos caminham, lado a lado, com a prática de assédio moral, racismo institucional, esforço de deslegitimação das bancas de heteroidentificação, enxergando os avaliadores como inimigos dos processos seletivos.

A autodeclaração disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é outro fator que corrobora para o desconhecimento de mecanismos de controles sociais. O IBGE classifica as características étnico-raciais apenas em pretas, pardas, brancas e amarelas. Assim sendo, compreende-se a limitação dessa classificação, uma vez que não atende as especificidades do biótipo da população brasileira. Existem tons de brancos, assim como existem tons de pretos. Logo, se apenas o termo pardo contempla todas essas especificidades, as cotas raciais perdem todo o sentido de sua existência e, assim, não favorecem uma equidade de acesso aos negros.

Ademais, a fim de contribuir com as discussões e buscar sanar as dúvidas em torno da temática, optamos por realizar o evento *10 anos da Lei de Cotas e as bancas de heteroidentificação como mecanismo de controle de uma política pública*. Nosso objetivo, a partir da proposição da temática, foi situar as discussões sobre o processo de pardalização no negro e os desafios das bancas de heteroidentificação com esse grupo racializado. Pretendeu-se ainda apontar que os problemas advindos da prática da aferição também são artifícios de alerta à sociedade civil, da necessidade de pensarmos e/ou propormos outros tipos de cotas para aqueles que não se enquadram nas cotas raciais e/ou cotas sociais. Nesse sentido, este controle faz-se necessário para que haja, genuinamente, a reparação histórica por todos os anos de escravidão.

METODOLOGIA

O presente artigo é um Estudo Descritivo, do tipo relato de experiência, que se configura como um tipo de estudo que descreve um fenômeno que já foi vivenciado. Nesse sentido, a feitura desse trabalho se deu a partir do evento *10 anos da Lei de Cotas e as bancas de heteroidentificação como mecanismo de controle de uma política pública*, construído pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) *Campus Camocim*.

Realizado no dia 16 de setembro de 2022, o evento teve como público-alvo os cursos de licenciatura plena em Letras (Língua Portuguesa, Inglesa e suas Respectivas Literaturas) e Química; os cursos técnicos de Manutenção e Suporte de Informática e de Restaurante e Bar; e o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental; além de docentes e servidores técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *Campus Camocim*, sendo aberto também para a comunidade local. Cerca de 70 estudantes participaram das atividades propostas, dentre eles, estavam presentes alguns servidores (docentes e técnicos) do *Campus*, representações do NEABI *Campus Sobral* e pesquisadores da temática.

A construção do evento foi resultado de discussões coletivas entre os membros do NEABI – *Campus Camocim*. A princípio, tínhamos feito o esboço de uma programação que durasse dois dias. No entanto, esse esboço não pôde ser concretizado em virtude da indisponibilidade dos espaços do *campus* para um dos dias do evento. Diante desse acontecimento, avaliamos que poderíamos realizar ajustes na programação, de modo a contemplar as atividades pensadas, concentrando-as em apenas um dia de evento, o que também contemplaria o nosso principal público do evento, tendo em vista que muitos estudantes moram em outras cidades.

A partir disso, dividimos o evento em três momentos: o primeiro momento ocorreu pela manhã, com a Mesa de Abertura, em que tivemos a fala da Direção Geral do Campus, da Pró-reitora de Extensão e da Chefia do Departamento de Extensão Social e Cultural do IFCE. Em seguida, tivemos a palestra intitulada “Morenização/pardalização do negro no Ceará”, ministrada pelo Prof^o. Hilário Ferreira; e a fala sobre os procedimentos metodológicos das comissões de heteroidentificação, com a Prof^a. Cristiane Sousa. Nesse sentido, pudemos perceber que o evento teve um caráter teórico e prático, tanto na apresentação da metodologia, quanto nas problemáticas de identificação do negro pardo e das situações-limite, mediante a apresentação de imagens de pessoas famosas, cujo fenótipo aponta para uma mistura de características físicas que poderiam remeter ao branco, pardo e/ou o indígena.

No período da tarde, propusemos uma oficina como segundo momento do evento. Suas orientações culminaram na construção da Árvore do Racismo, a partir das vivências relatadas pelos participantes, seja como vítima ou como alguém que presenciou o racismo no cotidiano. Essas reflexões nos possibilitaram o reconhecer-se enquanto negros, enquanto sujeitos que são discriminados diariamente por sua cor, pelo seu cabelo, pelo seu nariz e por todos os outros traços existentes em nós, indivíduos. À medida que pedíamos para os estudantes relatarem suas dores, observamos que o enfrentamento ao racismo é, sobretudo, uma tarefa coletiva.

O encerramento do evento ocorreu no período da noite, mediante a apresentação de um Sarau de poesias. Nele, deixamos o microfone aberto para que fossem lidos poemas de autores negros e negras, poemas autorais ou músicas que versassem sobre a pauta das opressões. O fio condutor dos diálogos foi um poema de autoria de Conceição Evaristo, presente no livro *Poemas da recordação e outros movimentos*, publicado em 2008. Após a leitura do poema,

os participantes sentiram-se à vontade para o compartilhar de dores e nisso serem afetados pelo reconhecimento de que não estamos sozinhos(as).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Lei de cotas raciais: avanços e desafios

“A carne mais barata do mercado é a carne negra [...] Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça para o subemprego”.

(Elza Soares)

Torna-se emblemático iniciar este texto sobre os avanços e desafios da Lei de Cotas Raciais – Lei nº 12.711/2012 – com a música de Elza Soares, uma vez que demonstra que, apesar da Lei de Cotas ter sido implementada há 10 anos, ela ainda não conseguiu realizar a reparação histórica pelos anos de escravidão da população negra.

Embora a sociedade brasileira tenha dado alguns passos na superação do racismo, o preconceito racial ainda é predominante, muito em consequência da desigualdade social da população negra, aviltada por condições precarizadas de existência, seja habitando lugares inabitáveis com problemas de esgotos e saneamento básico, seja acessando relações de trabalho precarizadas instáveis e sendo ainda o alvo principal da polícia.

Por essa razão, a lei de cotas raciais é uma política afirmativa importante e necessária que, juntamente com outras políticas sociais, possibilita o ingresso de jovens negros nas universidades e contribui para a inserção de melhores postos de trabalho. No entanto, falar da Lei de Cotas Raciais é falar também das tentativas da branquitude de burlar essa lei. Bento (2005, p. 1) destaca que:

[...] as barreiras interpostas aos processos de mudanças na distribuição de negros e brancos no espaço institucional são barreiras fortes, profundas, que não cedem com facilidade. A dimensão primária das forças que estão em jogo - ganância, soberba e voracidade combinam-se com instâncias mais circunstanciais, medo do desemprego, das minorias e da violência e esta aliança caracteriza alianças fortes e resistentes.

As barreiras e o medo acima discriminados são tantos que algumas pessoas até modificam características físicas a fim de receber os “benefícios” que advêm de décadas de lutas do Movimento Negro, tentando garantir condições de acessos especiais em universidades e em concursos públicos, lugares historicamente reservados para a população branca.

A inclusão de pessoas negras nas universidades públicas não se deu de graça. Ela ocorreu em decorrência da luta do Movimento Negro e como tentativa de reparar os inúmeros danos causados à população negra. Em face disso, no dia 29 de agosto de 2012, foi sancionada a Lei de nº 12711/2012, resultado de um processo de reivindicação, garantindo que 50% das vagas em institutos e universidades públicas sejam reservadas às cotas.

A finalidade das cotas é dar ao negro, pardo, quilombola e indígena os direitos que há tempos lhes foram negados, pois, conforme ressalta Vaz (2018 p. 34), “as cotas raciais para acesso ao ensino superior e ao serviço público têm se revelado como política pública indispensável para a inclusão social da população negra no Brasil”. A Lei de Cotas, extremamente necessária para a efetivação da inclusão, é limitada porque existe um trabalho anterior que precisa ser realizado, que garanta educação básica de qualidade à população negra, bem como que assegure condições de moradia para que estudantes negros considerem possível ingressar na universidade para acessar os direitos negados historicamente.

De acordo com dados do IBGE (2022), a desigualdade racial no mercado de trabalho durante o período da pandemia teve uma diferença na taxa de desemprego entre pretos, pardos e o restante da população em junho de 2022, apontando, assim, 5,45 pontos percentuais, o maior desde 2012. Para tanto, observa-se que a maior taxa de desemprego se concentra na população negra, demonstrando a incidência do racismo enquanto parte estruturante da sociedade, muito por conta da baixa escolaridade entre a população negra. Portanto, as cotas raciais visam oportunizar o acesso à educação, garantindo, por sua vez, melhores oportunidades no ingresso do mercado de trabalho.

Em 2019, a população negra ultrapassou mais da metade das vagas no ensino superior, mas em 2020, apesar do número ser bastante significativo, este número era ainda muito inferior, principalmente quando comparamos com a taxa de escolaridade dos brancos. O IBGE (2022) também aponta que em 2018, 25,2% dos jovens brasileiros estavam cursando ou já haviam concluído o ensino superior. Mediante isso, ao analisar a porcentagem da quantidade de matrículas de negros e pardos, observa-se que essa se encontra em 18,6%, enquanto a dos jovens brancos é de 36,1%.

Diante disso, observa-se que os maiores desafios das cotas estão relacionados às inúmeras fraudes, dado que subestimamos a capacidade da branquitude de burlar e deslegitimar o processo. Os brancos, em sua maioria, reconhecem-se como negros ou pardos apenas quando esta identificação pode lhes favorecer, sendo mais do que necessária a criação de mecanismos de controle de uma política social por meio das bancas de heteroidentificação.

Por estarmos em vias de implementação das bancas de heteroidentificação, percebemos, por exemplo, a necessidade de instituir cotas para estudantes quilombolas brancos devido à ausência de

acessibilidade desta população ao ensino superior. No entanto, tais políticas devem ser amplamente debatidas com toda a sociedade civil para que possamos pensar alternativas diante dos casos omissos que, por ventura, possam aparecer.

Outro aspecto que se mostra desafiador refere-se à ausência de conhecimentos da população geral sobre as cotas: o porquê foram criadas, apresentação dos dados, explicação de como funcionam as bancas de heteroidentificação, tendo em vista que as pessoas ainda confundem o funcionamento do processo, presumindo que a autodeclaração seja suficiente para a garantia das condições especiais proporcionadas pela cota. Dessa maneira, a existência desses desafios conchama um movimento educativo mais amplo a fim de construir junto às escolas, minimamente, garantias para a efetividade das bancas de heteroidentificação, permitindo, assim, que os candidatos se inscrevam porque possuem determinados traços fenotípicos, e não porque a escola solicitou que se inscrevessem nas vagas destinadas às cotas.

Na busca de contribuir com o processo educativo necessário ao movimento negro, a construção do evento foi um primeiro passo diante do desafio de envolver a sociedade civil no debate público sobre as cotas raciais. Além disso, muitos outros passos precisam ser dados a fim de que essa discussão se estenda para além dos muros das instituições de ensino.

Pardalização do negro no Ceará e no Brasil e as bancas de heteroidentificação

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas bancas de heteroidentificação atualmente é a de identificação do pardo negro. Esse, atravessado pelo condão da mestiçagem, não é lido racialmente como branco, e muitas vezes os seus traços fenotípicos não re-

velam com clareza o seu pertencimento à raça negra, gerando uma série de conflitos na sua aferição como pardo negro. Nesse sentido, é fundamental a nossa compreensão acerca dos meandros que permeiam esse grupo.

Alessandra Devulsky (2021), na sua obra *Colorismo*, contribui para essa compreensão. Segundo a autora, as pessoas de cor parda estão associadas em algum nível com a mestiçagem racial, uma vez que enquanto não são lidos socialmente como brancos de traços europeus, na balança racial os pardos ficam mais próximos ao grupo de pessoas negras.

Diante disso, falar do pardo hoje no Brasil é uma tarefa desafiadora, principalmente porque essa parcela da população foi reduzida a um não lugar de pertencimento. A classificação racial dos brasileiros, portanto, é problemática. Sua cor sempre foi uma questão de difícil entendimento para os pesquisadores raciais. Um dos primeiros exemplos quanto ao estudo racial no Brasil e, especificamente, para avaliar os impactos da escravidão, foi em 1872, quando o Império ordena que seja realizado o primeiro censo. Nessa pesquisa, quatro categorias foram utilizadas: branca, preta, parda e cabocla, sendo a cor parda utilizada para abranger os descendentes de escravizados alforriados ou nascidos livres (CAMARGO, 2009).

Com a realização do censo, pela primeira vez, sinalizava-se uma preocupação, ainda que relativa, a respeito dessa situação. Entretanto, ao utilizar o termo pardo pela primeira vez, sendo destinado para pessoas não brancas, ou seja, filhos de escravizados ou ex-escravizados, a Coroa aponta que as pessoas que se encaixassem no espectro de pardos, não teriam o mesmo tratamento e nem as oportunidades que as pessoas brancas.

A população negra sempre foi alvo de inúmeros ataques e diversas estratégias foram usadas para tentar apagar a sua existência no Brasil.

O projeto de miscigenação, entendido aqui como um projeto colonial, é uma dessas estratégias que pretendia diluir o povo negro até o seu total desaparecimento. Para isso, a mulher negra foi o alvo principal.

A violação dos corpos das mulheres escravizadas através dos estupro praticados pelos brancos da sociedade dominante, sem que elas tivessem qualquer possibilidade de defesa, geraram uma nova geração de pessoas não brancas, mas que, por outro lado, também não eram reconhecidas como negras. Surgia então o sujeito miscigenado, que servia “para solucionar a ameaça negra, [...] originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o pardavasco, o homem-de-cor, o fusco” (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Para André (2008), a miscigenação tornou-se eficaz, tendo em vista as formas de ação utilizadas para esse fim. Dentre essas, a já mencionada violência sexual praticada pelos senhores de escravos em mulheres negras e indígenas, o que demonstra o quão violento foi esse processo. Afinal, esse projeto de branqueamento, apesar de não se mostrar eficaz hoje, foi um dos responsáveis pelo grande número de pessoas pardalizadas no Brasil, gerando grande recusa dessa parte da população negra em se reconhecer como tal e assumir sua negritude.

Pesquisas demográficas realizadas apresentam a existência de pressão sobre pessoas racializadas: para o negro, a de se afirmar como pardo; para o pardo, a de se afirmar como branco, concordando com Abdias Nascimento, que diz: “os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos; pardos e mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante” (NASCIMENTO, 1978, p. 74-75).

No Ceará, o processo não foi tão diferente do restante do país. Durante muito tempo acreditava-se que não existiam negros no Estado,

o que se configura como mais uma tentativa de apagamento histórico e demográfico do povo negro. Após a abolição da escravatura no Ceará, o processo abolicionista brasileiro permite ao negro escravizado recuperar a sua “liberdade”, mas esse processo vem acompanhado de uma série de medidas controladoras, fechando-lhe todas as possibilidades de ascensão social e alcance de direitos à cidadania.

Por conta disso, os negros foram empurrados para as margens da sociedade, reforçando, assim, o distanciamento social, político e econômico que atinge historicamente a população negra no Ceará em que esta é reconhecida como “morena”, e a branca como “galega”. Esses termos nos fazem refletir sobre a construção de uma ideologia racista que faz desaparecer de nosso processo histórico outras etnias negras e indígenas, entre outras historicidades.

Nesse contexto, são desenvolvidas as políticas afirmativas, como a lei de cotas supracitada, ações essas que buscam sanar dívidas históricas que permanecem em sociedade. Com a implantação da lei de cotas, o número de pessoas que se autodeclararam negros e pardos aumentou. Isso se deve ao êxito dessa política, que instituiu o sistema de cotas no ensino superior compulsoriamente, estabelecendo, assim, o prazo até agosto de 2016 para que todas as instituições federais de educação superior cumprissem suas determinações.

Contudo, mesmo que a lei de cotas possua objetivos nítidos, também são observadas falhas no processo, sejam elas motivadas pela desinformação ou pela má-fé. Sendo assim, as bancas de heteroidentificação surgem com o compromisso complementar à autodeclaração a fim de aferir o fenótipo dos concorrentes dessas vagas e garantir que elas sejam devidamente preenchidas por pessoas racializadas, fazendo jus a quem, de fato, se destinam. Diferentemente de outros países em que a ancestralidade do indivíduo é um fator determinante para a ocorrência de discriminação racial, no Brasil, o racismo se

formou de maneira distinta, de tal maneira em que se predomina o preconceito racial de marca e modo, isto é, quando o preconceito se baseia em aspectos físicos do indivíduo, assim como sotaque, fisionomia ou gestos (NOGUEIRA, 2006).

Por esse modelo, a discriminação racial é praticada por meio de construções sociais que promovem a exclusão de determinadas pessoas em razão de suas características fenotípicas, tais como cor da pele, traços faciais e textura dos cabelos.

Logo, a banca de heteroidentificação não possui como critério de aferição a ancestralidade dos participantes. Para Jesus (2021), esse e outros dois critérios formam os êxitos norteadores para a formação das bancas. O primeiro afirma que o processo não funciona como uma verificação da autodeclaração, mas sim como ferramenta complementar a isso, enquanto o segundo diz respeito a quem se destinam as vagas, ou seja, principalmente a participantes que se enxerguem como negros e que são lidos, através dos fenótipos, como pertencentes à raça negra.

O processo de aferição nas bancas de heteroidentificação garante que o processo seja justo e coeso, pois ao destinar vagas à população negra (parda e preta) é importante salientar a importância do autocohecimento. Afinal, é aos pardos-negros que se atribuem essas vagas, considerando que perante o olhar social, aquelas pessoas com traços que mais se aproximam da população negra são as que sofrerão racismo, sofrendo, portanto, a consequente marginalização por sua cor.

CONCLUSÃO

Diante deste relato de experiência, deve-se ressaltar a valiosa contribuição do evento “10 anos da Lei de Cotas e as bancas de heteroidentificação como mecanismo de controle de uma política públi-

ca” para o debate dessa temática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Camocim, tendo em vista que há uma ausência de discussões em torno do tema proposto e, portanto, um desconhecimento dos processos que permeiam as bancas de heteroidentificação.

Podemos concluir que, para além do que já foi apontado anteriormente, a realização do evento foi bastante significativa para o grupo que compõe o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Houve um fortalecimento do grupo desde o momento da construção do evento, a socialização das problemáticas relacionadas à banca de heteroidentificação, até a compreensão da existência de um racismo institucional na medida que havia um silenciamento quanto às demandas apresentadas pelo grupo. Esse processo, portanto, desempenhou um papel educativo para o grupo, pois possibilitou uma aproximação e/ou aprofundamento do tema, fundamental, principalmente, em tempos de retrocessos tão gigantescos nas políticas sociais.

Os alunos se envolveram de forma tão engajada que foram construídas plataformas de inscrição on-line, QR-Code para controle das frequências e montagem de kits a serem entregues no momento do credenciamento. Vale apontar aqui a pouca experiência na organização de eventos aliada ao fato de ser um dos primeiros eventos depois do retorno presencial, o que nos deixou inseguros quanto à realização e, ao mesmo tempo, desafiados a procurar envolver outros atores na participação do evento, convidando pesquisadores, representantes das escolas e servidores da instituição para participarem da mesa redonda, bem como das oficinas.

Os problemas que tivemos referem-se, principalmente, ao controle do horário das atividades, até porque, devido à boa participação dos estudantes, houve alguns atrasos entre uma atividade e outra. Ademais, cabe destacar o próprio pioneirismo da instituição local em

debater uma temática tão importante e que possui um interesse público, especificamente, nas discussões relacionadas à pardalização do negro do Ceará. Através deste mergulho histórico sobre as nossas origens, pudemos refletir sobre as bancas de heteroidentificação como um mecanismo de controle da política de cotas, debatendo, justamente, no aniversário de 10 anos, sendo salutar fazer um balanço dos avanços e dos desafios a respeito da aplicabilidade da presente e necessária lei.

REFERÊNCIAS

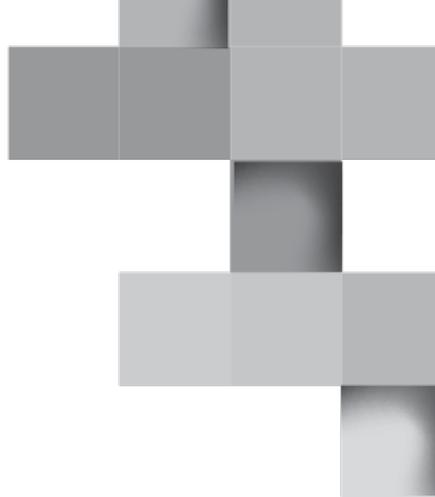
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDRÉ, M. da C. **O ser negro: a construção da subjetividade em afro-brasileiros**. Brasília: LGE, 2008.
- BENTO, M. A. S. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros.. *In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE*, 1., 2005, São Paulo. **Proceedings online...** Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100005&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, 2012.
- CAMARGO, Alexandre. **Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente**”Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 4, n. 3, p. 361-385.
- DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Editora Malê: São Paulo, 2017.
- FUNES, E.; & SOBRINHO FERREIRA, H. Vivências de negros en espacios de “morenos”y “galelos”. **A Gazeta de Antropología**, v. 32, n. 1, artículo 02, 2016. Disponível em: http://www.gazeta-antropologia.es/wp-content/uploads/GA-32-1-02-Funes_Ferreira.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2022.

JESUS, R. E. Autodeclaração e heteroidentificação racial no contexto das políticas de cotas: quem quer (pode) ser negro no Brasil? *In*: SANTOS, J. S.; COLEN, N. S.; JESUS, R. N. de. (Org.). **Dois décadas de políticas afirmativas na UFMG**: debates, implementação e acompanhamento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação sobre relações raciais no Brasil. **Revista de sociologia da USP tempo social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

VAZ, L. M. S. S. As comissões de verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. *In*: DIAS, G. R. M.; JÚNIOR, P. R. F. T. (Org.). **Heteroidentificação e Cotas Raciais**: Dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas/RS: IFRS Campus Canoas, p. 32-78, 2018.



GUERREIRAS DAS ÁGUAS: EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA MULHERES MARISQUEIRAS E PESCADORAS DO MUNICÍPIO DE PARACURU

*Iara Saraiva Martins
Lidiane Ramos Lima
Camila Maria Souza dos Santos
Paulo Gomes*

INTRODUÇÃO

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040 / 2007).

Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) reconhecidos pelo Estado brasileiro através do decreto nº 8.750/2016 são: Povos indí-

genas; Comunidades quilombolas; Povos e comunidades de terreiro; Povos ciganos; Pescadores artesanais; Marisqueiras; Extrativistas; Extrativistas costeiros e marinhos; Caiçaras; Faxinalenses; Benzedeiros; Ilhéus; Raizeiros; Geraizeiros; Caatingueiros; Vazanteiros; Veredeiros; Apanhadores de flores sempre-vivas; Pantaneiros; Morroquianos; Povo pomerano; Catadores de mangaba; Quebradeiras de coco babaçu; Retireiros do Araguaia; Comunidades de fundos e fechos de pasto; Ribeirinhos; Cipozeiros; Andirobeiros.

É importante ressaltar que esses povos e comunidades não passaram a existir no momento de seu reconhecimento legal pelo Estado através da Constituição Federal de 1988 ou da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), mas produzem e reproduzem existências, culturas e conhecimentos milenares e culturas ancestrais.

Povos e Comunidades Tradicionais são historicamente demarcados pela violência colonial que estruturou a organização social do Brasil, tanto pelos critérios étnico-raciais, como pela ameaça constante de invasão às terras tradicionalmente ocupadas por latifundiários, empresas, grileiros e Estado. Por não produzirem suas existências e subsistências pautadas na exploração predatória dos recursos naturais, as Comunidades Tradicionais atuam como guardiãs da natureza, contribuindo para a regulação do clima e conservação da biodiversidade planetária.

A Lei 13.902, de 2019, dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Segundo a norma, são consideradas marisqueiras as mulheres que realizam artesanalmente essa atividade em manguezais de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção. Faz parte das diretrizes da política, a criação de cooperativas ou associações de marisqueiras

com vistas a estimular, por intermédio da participação coletiva, o desenvolvimento da atividade.

Questões associadas ao adoecimento laboral, longas jornadas de trabalho, ausência de direitos trabalhistas, e ainda, problemáticas relacionadas às desigualdades étnico-raciais, de gênero e classe social, perpassam o cotidiano das mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru. Neste sentido, como instituição atenta às necessidades das Comunidades Tradicionais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, através do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Campus Paracuru, promove a ação “Guerreiras das águas”, no intuito de promover oficinas de educação socioambiental para marisqueiras e pescadoras de Paracuru, contribuindo com os processos de reconhecimento, valorização e (re)construção da identidade da categoria no município.

A pesca e comercialização de peixes e mariscos é a principal fonte de renda de muitas famílias que vivem no entorno do Estuário do Rio Curu. Mulheres chefes de família encontram na pesca e marisca-gem uma opção para levar alimento e dignidade aos filhos e filhas. As mulheres marisqueiras e pescadoras desenvolvem atividades extrativistas que se caracterizam pela captura e beneficiamento de peixes, mariscos e crustáceos em mares, rios e manguezais.

Em decorrência do aparecimento de grandes empreendimentos que afetam os recursos naturais, práticas de pesca predatória, bem como outros tipos de atividades que impactam o sustento e existência das Comunidades Tradicionais, pescadores, pescadoras e marisqueiras vêm sendo ameaçadas.

[...] comunidades tradicionais se veem atacadas no seu direito de permanecer e realizar a gestão do território. Vive-se uma crise ambiental planetária sem precedentes, resultante do padrão de produção e consumo inerentes ao capita-

lismo. Desta forma, valorizar o conhecimento tradicional, reconhecer os povos tradicionais como peritos na gestão ambiental, e garantir a eles o direito de uso do território tradicional são ações necessárias, no campo político, científico e social. Isto trará benefícios para toda a sociedade, seja pela qualidade ambiental decorrente da gestão comunitária e compartilhada do território, seja pelo oferecimento de alimento, proporcionando, principalmente às populações mais pobres, segurança alimentar. (p. 37).

Assim, considerando que a organização do modo de vida das marisqueiras e pescadoras são compatíveis com práticas de sustentabilidade e Segurança Alimentar e nutricional, promovendo e socializando a Cultura Alimentar tradicional e ancestral do rio, manguezal e mar paracuruense, bem como, boas práticas de manejo territorial, considerando ainda a ausência de Políticas Públicas efetivas voltadas para a valorização da categoria, o projeto Guerreira das águas se estabelece como uma contribuição significativa do IFCE Campus Paracuru, através do NEABI e entidades parceiras, para a melhoria da perspectiva de vida das mulheres marisqueiras e pescadoras do município.

A relevância deste estudo está em descrever, por meio de um relato de experiência, a aplicação de um projeto de extensão que têm como objeto de estudos a comunidade tradicional de pescadoras artesanais e marisqueiras do município de Paracuru. Atualmente estão registradas na Colônia de Pescadores Z5 um total de 70 mulheres, que são o público alvo da ação de extensão “Guerreiras das Águas”.

O desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pela necessidade de valorizar e catalogar as atividades de extensão realizadas em conjunto com a comunidade pesqueira local, pois a pesca artesanal é umas das formas de renda desta população tradicional de Paracuru. Diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento: quais atividades de extensão estão sendo desenvolvidas pelo NEABI em conjunto com as mulheres marisqueiras e pescadoras do município?

O NEABI *Campus* Paracuru faz parte de uma política institucional do IFCE e possui a missão de promover ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática étnico-racial. A partir do reconhecimento das marisqueiras e pescadoras como Comunidade Tradicional e, portanto, dotadas de características étnicas específicas ou associadas às populações afro-brasileiras e indígenas, convém reforçar que este grupo pode e deve ser atendido no escopo de nossas atividades.

Este trabalho tem como objetivo descrever as atividades extensionistas desenvolvidas junto às mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru, bem como, apresentar estratégias de difusão dos instrumentos legais e auto-organizativos para a garantia dos direitos da categoria.

METODOLOGIA

O estudo em tela configura-se como um relato de experiência orientado pela abordagem qualitativa, descritiva, crítica e reflexiva. Para a construção do texto nos ancoramos na revisão de literatura e análise documental. Os procedimentos para a descrição dos encontros foram:

- a) Listagem de temas trabalhados na ação de extensão “Guerreiras das águas: educação socioambiental para mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru”
- b) Sistematização dos encontros e temas planejados até o encerramento da ação
- c) Preenchimento de instrumento de coleta de dados;
- d) Análise de dados;
- e) Registro de resultados.

As oficinas de educação socioambiental desenvolvidas no projeto de extensão “Guerreiras das águas: educação socioambiental para mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru” estão ocorrendo mensalmente, durante as primeiras terças-feiras de cada mês, desde o mês de fevereiro do ano de 2022. As atividades estão sendo mobilizadas através de divulgação na Colônia de Pescadores Z5, rádios locais, grupos de WhatsApp, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Municipal de Saúde e Instituto Feminista Casa Lilás. Os encontros do projeto estão se desdobrando na sede da Colônia de Pescadores Z5 e no Galpão de Pescadores, localizado na comunidade Riacho Doce, município de Paracuru. Durante as oficinas, estão sendo utilizados recursos como: música, vídeos, cartolinas, pincéis, fotografias, dentre outros.

As oficinas de educação socioambiental levantarão as seguintes temáticas:

Quadro 1: Módulos do projeto

<p>Módulo 1 (primeiro semestre) Construção e fortalecimento da Identidade.</p>
<p>Temas: Comunidades Tradicionais: Tradição e Pessoal Tradicional; Mulheres das águas; Saúde das Comunidades Tradicionais; Saúde da Mulher marisqueira e pescadora; Instrumentos para a garantia dedireitos da mulher marisqueira e pescadora; Cultura Alimentar das mulheres das águas; Segurança Alimentar e Nutricional a partir da mariscagem.</p>
<p>Módulo 2 (segundo semestre) Educação Ambiental</p>
<p>Temas: Problemas ambientais e seus impactos na pesca e mariscagem; Gestão Territorial sustentável; Zoneamento Econômico e Ecológico; Estuário do Rio Curu e a gestão de Resíduos Sólidos; O plano de Manejo do Estuário do Rio Curu; Desenvolvimento sustentável e pesqueiro; Turismo Ecológico e de Base Comunitária;</p>
<p>Módulo 3 (Terceiro semestre) Conhecendo os instrumentos de organização e autonomia financeira dasmulheres das águas.</p>

Temas: Cooperativas, Associações; Feiras; Restaurantes Populares; Redes de Turismo Comunitário; Apresentação das experiências e divisão em equipes para construção de projetos; Aplicação da Matriz FOFAe análise da viabilidade de aplicação dos projetos desenvolvidos durante o módulo.
Módulo 4 (Quarto semestre) Projetos
Temas: Neste módulo, as mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru executarão um dos projetos elaborados durante o módulo “Conhecendo os instrumentos de organização das mulheres das águas». O IFCE, através do NEABI, e as instituições parceiras, deverão estar disponíveis para suporte, consultoria, divulgação e acompanhamento das atividades.
Módulo 5- (Quinto semestre) Construção do livro sobre as histórias de vida e saberes das mulheres das águas.
Temas: Produto final- encerramento da ação

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Entre os meses de fevereiro e outubro de 2022, os encontros se debruçaram na apresentação dos conceitos sobre Comunidades Tradicionais: Tradição e Pessoal Tradicional; Mulheres das águas; Saúde das Comunidades Tradicionais; Saúde da Mulher marisqueira e pescadora; Instrumentos para a garantia de direitos da mulher marisqueira e pescadora; Cultura Alimentar das mulheres das águas; Segurança Alimentar e Nutricional a partir da mariscagem.

Além dos encontros mensais, duas vivências formativas importantes ocorreram no intuito do fortalecimento da identidade das marisqueiras. No mês de junho de 2022, o IFCE *Campus* Paracuru, através do NEABI, juntamente à Secretaria Municipal de Saúde e Instituto Feminista Casa Lilás, participou de uma vivência organizativa na Barra do Rio Curu. Durante a atividade, acompanhamos um dia de pesca e coleta de mariscos, seguidos de almoço coletivo a partir dos alimentos coletados e uma roda de conversa sobre a cadeia produtiva, métodos artesanais de trabalho e Cultura Alimentar.

Ainda no mês de junho, conduzimos um grupo de marisqueiras do município de Paracuru ao III Encontro Tecendo Saberes - da Rede de Mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais do Ceará. A atividade foi organizada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, através da Gestão do Parque Estadual Marinho Pedra da Risca do Meio. O momento foi rico em interações entre marisqueiras de várias regiões do Ceará e contou com a representação do município de Paracuru pela primeira vez. Nesse sentido, elencamos as duas atividades como parte importante da análise sobre o processo de autoconhecimento e reconstrução da identidade das mulheres marisqueiras e pescadoras no município.

Destarte, não se pode deixar, portanto, de considerar a categoria participação como instrumento de análise, tendo em vista o interesse também de dialogar com as vivências dessas mulheres nas lutas diárias na construção das comunidades pesqueiras. Mas, sobretudo, entender como estas mulheres conceituam sua participação na construção da categoria “população tradicional”, tendo em questão a ausência de registros destas de forma significativa na colônia dos pescadores, em dados da atenção básica e demais fontes existentes no município. Assim, pretende-se recorrer às reflexões de Gohn (2011), sobretudo tentando alcançar a reflexão de que participação é uma lente que possibilita lançar um olhar ampliado sobre a história (apud LIMA, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os encontros com as Guerreiras das Águas nascem da necessidade de visibilidade e importância que se deve dar ao segmento no município de Paracuru. Desta forma, as primeiras atividades contaram com uma média de 10 a 15 mulheres. Inicialmente, trabalhamos a identificação de demandas trazidas para as instituições facilitadoras dos mo-

mentos formativos. Durante a execução do projeto, observamos que o discurso sobre as identidades se transmutava. Se a princípio elas se apresentavam como “mulheres de pescadores”, hoje essa definição vem sendo substituída por “sou marisqueira, com muito orgulho”.

Quadro 2: Catalogação dos encontros de Maio a Outubro de 2022

Datas dos Encontros e atividades relacionadas (2022)	Descrição da atividade
01/02	Apresentação do projeto e Diálogo com as marisqueiras
01/03	Reunião interna - planejamento
05/04	
	Reunião interna - planejamento
03/05	
	Apresentação do documentário “Marisqueiras da ilha de Deus “
07/06	
	Conversa sobre a importância das comunidades tradicionais para a preservação de nascentes
19 e 21/06	Mariscada e processo de imersão
30/06	
	Encontro das mulheres pescadoras do Ceará
02/08	
	Reunião interna - planejamento
06/09	
05/10	Diálogos sobre a importância da organização através de associação, participação em sindicatos, dentre outras estratégias

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Nos primeiros encontros, as mulheres não se identificavam como pescadoras ou marisqueiras, apenas como filhas ou esposas de pescadores. Isso ocorria mesmo que na prática diária elas identificassem suas relações de trabalho a partir da pesca artesanal. Os primeiros encontros foram espaços para a socialização das dores vividas. Foi

perceptível, inclusive, a aproximação das mulheres pelas dores que carregavam. Aos poucos, relataram suas histórias, experiências e conhecimentos. Mulheres que expressaram através de seus corpos, gestos e falas suas leituras de mundo, crenças e anseios.

Para a compreensão do que e como se pretendia intervir, chegou-se à conclusão das limitações existentes, como o ocultamento e a invisibilidade da categoria e identidade enquanto mulheres marisqueiras e pescadoras. Haja vista a naturalização de inferioridade experimentada pelos povos colonizados, como se referem Maia e Melo (2020), além de terem seus meios materiais explorados e apropriados, a colonização “[...] atuou também invisibilizando e apagando todos os aspectos que pudessem deixar florescer as origens e costumes e cultura, assim como sua fala/linguagem, suas roupas, seus rituais” (p. 232).

Atualmente, é possível identificar através de mudanças atitudinais que as mulheres marisqueiras participantes das oficinas estão mais vigilantes em relação aos seus direitos.

Começam uma aproximação com o entendimento e pertencimento às comunidades tradicionais, bem como sobre a importância destas para a história da cidade.

No entanto, ainda fica o questionamento sobre a invisibilidade das mulheres marisqueiras junto a determinados equipamentos e políticas públicas do município. É necessária a realização de um trabalho coletivo de vários agentes sociais atuantes em Paracuru, no intuito de impulsionar o registro e o reconhecimento desse grupo populacional como categoria e Comunidade Tradicional.

As causas para a invisibilidade e autoafirmação das mulheres de Paracuru enquanto marisqueiras e pescadoras das águas da barra do Rio Curu devem-se ao descaso promovido pela branquitude a partir

do processo de colonização conseqüentemente reproduzido na contemporaneidade por refrações traduzidas em feitos de opressão que foram tomando novas formas ao longo da constituição do município, portanto, perpassadas por relações construídas em meio ao poder das dimensões do patriarcado, classe, e raça.

A partir da relação entre homens e mulheres há marcadores que influenciam no ocultamento dos registros das mulheres marisqueiras e pescadoras enquanto pertencentes ao segmento tradicional, dentre estes, as relações desiguais entre os gêneros. Há extensões quanto a distribuições de papéis. Pode-se dizer ainda que as relações entre homens e mulheres, ou mesmo entre mulheres e mulheres na cidade, estão perpassadas pela visão de distribuição de responsabilidades específicas para cada gênero. Como relata Samara (1986, p. 57), quando escreveu sobre a formação da família no Brasil, há variações “nos padrões de comportamento de mulheres provenientes dos diferentes níveis sociais”, assim, pode-se também obter a leitura e alcance de certas resistências através de rebeldias ou necessidades de sobrevivência entre as mulheres a serem pesquisadas, tornando-se invisível ou oculta a condição de mulheres das águas apenas nos dados oficiais.

Os dispositivos identificados na relação entre colônia de pescadores e mulheres das águas, pode-se dizer, são os mais diversos. Portanto, há uma negação do potencial feminino, uma expropriação do saber popular, da possibilidade da mulher ir além do planejado e executado pela cultura branca, machista e misógina, racista, classista, potencializados em instituições como escolas, igrejas e outros instrumentos de controle da sociedade. Assim como todo saber constitui-se em relação de poder (MACHADO, 2012), há uma negação ao acesso de novos olhares, informações, por fim, de participação que possa gerar emancipação.

CONCLUSÃO

O projeto “Guerreiras das águas” possui a perspectiva de estimular atividades que potencializam o desenvolvimento crítico e social de discentes, servidores e comunidade externa ao IFCE *campus* Paracuru. Foi possível identificar, através de mudanças atitudinais, que as mulheres marisqueiras participantes das oficinas do projeto estão mais vigilantes em relação aos seus direitos, além de estarem em constantes diálogos e articulações para a potencialização de seus saberes.

Foi possível identificar, ainda, a construção da territorialidade a partir da perspectiva das mulheres marisqueiras, indicando que as memórias e as construções afetivas dos povos e comunidades tradicionais estão associadas à espiritualidade e ao resgate constante da ancestralidade durante a promoção de atividades básicas do dia a dia. Nessa direção, observamos que as ameaças constantes de desterritorialização ou processos de expulsão de povos tradicionais de seus territórios ou de reconfiguração destes em decorrência de situações de urbanização pela implantação de grandes empreendimentos podem acarretar dinâmicas de liquidação da identidade étnica e promover uma escalada de interferências negativas na saúde mental das comunidades.

Os objetivos deste relato de experiência foram alcançados, uma vez que descreveram-se as atividades extensionistas desenvolvidas junto às mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru, além de serem apresentadas as estratégias de difusão dos instrumentos legais e auto-organizativos para a garantia dos direitos da categoria. Estas ações de extensão podem ser consideradas como um método de valorização desta comunidade tradicional do município de Paracuru, a partir do momento que são registradas, catalogadas e divulgadas.

Os encontros, além de se caracterizarem como um momento de diálogo e troca de saberes, proporcionam a visibilidade das mulheres marisqueiras e pescadoras do município de Paracuru. Sensibilizar a comunidade local sobre o reconhecimento desta comunidade tradicional pode exigir reorganização de questões sociais e políticas. Recomenda-se a inserção de práticas de estudo relacionadas à cultura da pesca artesanal como forma de estimular os estudos nessa área, assim como, incentivar novas pesquisas sobre a problemática.

Por fim, conclui-se que o projeto auxilia academicamente essas mulheres em relação ao seu reconhecimento, entendimento e pertencimento às comunidades tradicionais, bem como, a sua importância para a construção histórica do município.

REFERÊNCIAS

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

LIMA, L. R. **Mulheres Agentes Sociais de Paracuru: uma trajetória de significados para além do espaço privado**. Fortaleza, 2015. 191f. Dissertação (Curso Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade com área de concentração em políticas públicas e sociedade) Universidade Estadual do Ceará-UECE. Fortaleza, 2015.

MACHADO, R. Introdução. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

MAIA, B.S.R.; MELO V.D.S.; **A colonialidade do poder e suas subjetividades**. *In*: TEORIA E CULTURA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 15, n. 2 Julho, 2020.

DE PAULA, C. Q. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista Nera**, n. 51, p. 180–204. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i51.6453>

SAMARA, E. de M. **A família brasileira**. Editora Brasiliense S.A., 1986.



5

EDUCAÇÃO, MÍDIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE ENSINO, APRENDIZAGEM E EXTENSÃO NO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – NEABI IFCE CAMPUS PARACURU

*Paulo Gomes Barroso
Iara Saraiva Martins
Helen Monteiro Lima*

INTRODUÇÃO

As atividades extensionistas possuem a função de promover dinâmicas de integração entre uma instituição de Ensino Superior e os outros setores da sociedade, articulando servidores, corpo discente e demandas comunitárias. No contexto contemporâneo, as mídias sociais são uma importante ferramenta de comunicação e informação,

compondo o cotidiano de muitos grupos sociais, e mais efetivamente, da juventude. Em decorrência disso, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE *Campus* Paracuru, desde a sua fundação no ano de 2019, vem utilizando as redes sociais como forma de alargar o alcance das práticas de ensino, aprendizagem e extensão ancoradas na perspectiva antirracista.

O NEABI *Campus* Paracuru faz parte de uma política institucional do IFCE e possui a missão de promover ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática étnico-racial, especialmente quanto às populações afro-brasileiras e indígenas. Dentre as redes sociais utilizadas como ferramentas pelo NEABI-Paracuru, ganharam destaque o *Instagram*[®] e o *YouTube*[®]. Entre os anos de 2019 e 2021 foram produzidos conteúdos que contaram com um alcance significativo, promovendo a valorização de saberes associados aos nomes de frutas, plantas e cidades de origem indígena; divulgação de escritores e pesquisadores africanos, afrobrasileiros e indígenas; curiosidades históricas, levantamento de termos linguísticos, além da perspectiva de elencar uma série de ações de divulgação das culturas tradicionais e originárias.

A escolha desta temática justifica-se por uma perspectiva acadêmica, tendo como uma das finalidades contribuir de forma exploratória, crítica, científica e social com o estudo da utilização de mídias sociais como ferramenta de ensino, aprendizagem e extensão, além de servir como instrumento de auxílio para implementação da lei 11.645/08 nas instituições.

A pesquisa sobre mídia, educação e relações étnico-raciais pretendeu ampliar o conhecimento sobre o tema, intercalando com as atividades de extensão, projetos e eventos realizados pelo NEABI *Campus* Paracuru de forma online e/ou remota, tendo como público-alvo a co-

munidade externa e interna à instituição, profissionais da educação e acadêmicos de licenciaturas. Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento teórico desta temática poderá cooperar significativamente na elaboração de projetos voltados para a articulação entre mídias sociais e a construção de uma educação antirracista.

Diante do exposto, surgiram os seguintes questionamentos: as mídias sociais podem funcionar como ferramenta de ensino, aprendizagem e extensão para o estudo das relações étnico-raciais? Quais ações já foram realizadas de forma virtual pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Campus Paracuru?

Este estudo tem por objetivo geral identificar de que modo as redes sociais se configuraram como método de ensino, aprendizagem e extensão para a socialização das pautas étnico-raciais junto à comunidade interna e externa ao IFCE Campus Paracuru e, especificamente, catalogar as ações de extensão realizadas de forma virtual pelo NEABI-Paracuru.

METODOLOGIA

Tipo de estudo

Trata-se de um relato de experiência, realizado por meio da abordagem documental e qualitativa. Segundo Gil (2017) a pesquisa documental se fundamenta em analisar os documentos, como arquivos e dados de instituições.

A revisão sistemática integrativa foi um suporte importante para a realização deste trabalho, e tem como objetivo reunir e sintetizar sistematicamente o conhecimento produzido sobre determinada temática em outros estudos, o que possibilita uma compreensão abrangente do tema analisado (MARINI, LOURENÇO, BARBA, 2017).

A revisão sistemática integrativa é um método que tem como objetivo reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema, contribuindo assim para o tema em questão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O levantamento ocorreu nos meses de março a abril de 2022. A pesquisa documental foi realizada por meio de dados das redes sociais (*Instagram® e YouTube®*) do NEABI Campus Paracuru. Em seguida, iniciamos a fase de análises dos dados, ocorrida no período de maio de 2022.

Para a catalogação de ações virtuais do Neabi-Campus Paracuru foram utilizadas as seguintes etapas:

- 1) Identificação das ações;
- 2) Classificação do tipo de ação;
- 3) Verificação da rede social utilizada para divulgação;
- 4) Organização por período de realização;
- 5) Análise de dados;
- 6) Catalogação e elaboração de um quadro com: ano, título da ação, tipo de atividade e rede social utilizada.

Foram selecionadas apenas ações de extensão realizadas pelo Neabi *Campus* Paracuru no período de 2019 a 2021, publicados na íntegra on-line. No que se refere aos critérios de exclusão, não foram adicionadas ações de extensão realizadas por outros *campi*, além de não analisar atividades presenciais e postagens que não estavam ligadas aos projetos de extensão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2019 e 2021, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE *Campus* Paracuru realizou 31 (trinta e uma) ações virtuais relacionadas ao Programa de Extensão Leituras Étnico-Raciais. Ao todo, se destacaram atividades como: produção de cards, encontros, lives, projetos e eventos, catalogados no quadro a seguir:

Quadro 1: Ações de extensão do NEABI em redes sociais (2019-2021)

PERÍODO	TÍTULO DE AÇÃO	TIPO DE AÇÃO	REDE SOCIAL
2019	Programa		Instagram®
	Leituras étnico-raciais		
2019	Projeto		Google meet®
	Clube de Leitura étnico-raciais		
2019-2021	Card		Instagram®
	Datas comemorativas		
2020	Live		Instagram®/ YouTube®
	Ciclos de debates alusivos ao dia da mulher negra, latino-americana e caribenha		
2020	Card		Instagram®
	Autores negros		
2020	Card		Instagram®
	Animações: Representatividade negra		
2020-2021	Live		Instagram®
	Debate alusivo ao dia internacional dos povos indígenas		
2020	Live		Instagram®
	Debate alusivo aos 37 anos da morte de Margarida Alves		

2020-	Card		Instagram®
2021	Cidades indígenas do Ceará		
2020	Card		Instagram®
	Cards especiais: abordagem das relações étnico- raciais nos cursos de licenciaturas		
2020	Conexões Neabi Atividade em parceria com um dia de realização em nossa rede	Evento live	YouTube®
2020	Cine Neabi (virtual)	Encontro	Google meet®
2020	Rios do Ceará	Card	Instagram®
2020	“A gente combinamos de não morrer”	Evento	YouTube®
2020	Papo consciente: Semana da consciência negra-Escola de Música de Paracuru	Encontro	Google meet®
2020	Jogos e brincadeiras das culturas indígenas e afro-brasileiras	Card	Instagram®
2020	Resenha do livro: tudo de bom vai acontecer	Card	Instagram®
2020	A lei 11.645/08 no cotidiano escolar	Encontro	Google meet®
2021	Segurança alimentar e nutricional: relação com a agricultura familiar – NEABI e Cáritas Itapipoca	Encontro	Google meet®
2021	Combate a intolerância religiosa	Live	YouTube®
2021		Card	Instagram®

	Autores indígenas	
2021	Projeto	Google meet®
	Grupo de estudos: comunidades tradicionais	
2021	Card	Instagram®
	Personalidade local: alusivo ao dia internacional da mulher	

2021	Card		Instagram®
	Mini Guia de sugestões para abordagem das relações étnico - raciais no ensino fundamental (livros e filmes)		
2021	Projeto		Google meet®
	Grupo de estudos: ensino de Ciências e relações étnico-raciais		
2021	Card		Instagram®
	Etnobotânica		
2021	Card		Instagram®
	Etnozoologia		
2021	Card		Instagram®
	O outro lado da história		
2021	Card		Instagram®
	Povos indígenas do Ceará		
2021	Live		YouTube®
	Mergulho na literatura indígena		
2021	Evento		YouTube®
	VII Encontro dos NEABIS		
2021	O julgamento do marco temporal no STF – Atividade em parceria realizada em nossa rede	Live	YouTube®

Fonte : Elaborado pelo autores (2022).

Diante da análise do Quadro 1 observa-se que ao todo: duas (2) ações virtuais foram realizadas no ano de 2019, além da criação do programa de extensão Leituras étnico-raciais, quinze (15) em 2020 e quatorze (14) em 2021. Fica perceptível que durante os anos de 2020 e 2021, as atividades extensionistas tiveram um crescimento significativo. Isso se deu em decorrência do isolamento imposto pelas medidas sanitárias associadas à pandemia de COVID-19.

As atividades de extensão ocorridas no modelo virtual exerceram um papel determinante na difusão da cultura e dos saberes dos po-

vos afro-brasileiros e indígenas pelo IFCE - *Campus Paracuru*. O Programa de Extensão Leituras Étnico-Raciais teve o objetivo de difundir para a comunidade interna e externa as literaturas afro-brasileiras e indígenas, trabalhar de forma lúdica o reconhecimento de uma literatura historicamente marginalizada e exercitar e difundir a escrita literária e poética de grupos étnicos populacionais específicos.

A difusão da literatura afro-brasileira e indígena se estabelece como uma das ferramentas imprescindíveis de combate ao racismo, ao preconceito e à intolerância, assim como contribui para a desconstrução dos mais variados estereótipos e valorização da autoestima de crianças, jovens e adultos negras/os e indígenas. As leis que asseguram a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileiras, africanas e indígenas nas escolas (10.639/03 alterada pela 11.645/08), encontram barreiras em sua implementação. Desse modo, o programa de extensão Leituras Étnico-Raciais se justificou pela difusão de conhecimentos importantes para as culturas dos povos considerados periféricos e por dar suporte à comunidade e suas instituições na produção, formação e difusão dos conteúdos afro-brasileiros e indígenas.

Dentre as atividades desenvolvidas pela ação: quinze (15) foram cards, seis (6) foram lives, quatro (4) foram encontros virtuais, três (3) projetos e três (3) eventos.

Para facilitar o entendimento, as ações foram catalogadas no quadro a seguir:

Quadro 2: Quantitativo de ações por atividade de extensão

Ação de Extensão	Quantidade
Card	15
Lives	6
Encontros virtuais	4
Projetos	3
Eventos	3
Total	31

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A diversidade de atividades que as redes sociais possibilitam é ampla, mas para o NEABI *Campus* Paracuru algumas tiveram mais destaques e relevância, como a produção de cards, eventos, lives.

A produção de cards teve o intuito de alcançar diferentes públicos de forma lúdica e interativa, onde foram divulgadas sugestões de livros e filmes infantis para a abordagem das relações étnico-raciais no Ensino Fundamental e Médio, além de promover a divulgação de autores afro-brasileiros e indígenas, nomes de cidades derivadas do tronco linguístico Tupi, dentre outros temas que cativaram o público externo de forma positiva, na qual foram observadas devolutivas entusiasmadas dos leitores.

Em contrapartida, as lives traziam temáticas para o público acadêmico e comunidades específicas, os temas foram: intolerância religiosa, literatura indígena, dia internacional dos povos indígenas e os 37 anos da morte de Margarida Alves. Os debates traziam convidados para a abordagem dos assuntos, e ao fim de cada exposição, o público poderia realizar perguntas de forma interativa.

Os encontros via *Google Meet*[®] foram ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas / Neabi Campus Paracuru, oferecidas à comunidade interna e externa através do Grupo de Estudos Ensino de Ciências e Relações étnico-raciais, Grupo de Estudos Comunidades Tradicionais, Questões Socioambientais e Estuário do Rio Curu e Novembro Negro. Entre as temáticas trabalhadas, abordamos a Lei 11.645/08, “Consciência Negra”, Racismo Ambiental, Segurança Alimentar e nutricional.

Dentre os eventos realizados através de parcerias intercampi, destacamos: VII Encontro dos NEABIs (2020), Conexões NEABIs (2020) e o lançamento do livro do escritor indígena Kamuu Dan Wapichana (2021), resultado de uma parceria entre a Associação Civil Alternativa

Terrazul e a Associação Manuru Paunary e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará através dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) - Campi: Camocim, Limoeiro do Norte e Paracuru. Dando continuidade à mesma parceria, também foi realizado o evento: O julgamento do Marco Temporal no STF: Por que esse debate é tão importante para os povos indígenas?

Os projetos são marcados por Grupos de Estudos e o Clube de Leituras, que promovem uma divulgação prévia do conteúdo que será discutido no dia da reunião. O foco dos projetos está em artigos e livros que possuem temática baseada na atualidade como o Racismo Ambiental.

Já o Cine NEABI é um projeto de extensão voltado para a comunidade interna e externa que tem como objetivo exibir filmes dentro da temática afro-brasileira e indígena, promovendo reflexões e ações contra o racismo e incentivando a valorização da diversidade étnico-racial. Durante a pandemia os encontros aconteceram de forma online pelo *Google Meet*®.

Segundo Fonseca (2017), atividades de extensão realizadas de forma virtual são importantes porque o debate de temáticas étnico-raciais tem a possibilidade de alcançar mais notoriedade por meio do rompimento de barreiras territoriais alargadas pelas mídias.

As ações virtuais foram um recurso emergencial fundamental para a manutenção do NEABI durante o período de isolamento social em decorrência da Pandemia da COVID-19, foi possível uma aproximação entre comunidade interna e externa, além de possibilitar a parceria do núcleo com outros projetos.

É válido ressaltar que todas as ações envolveram temáticas que contemplavam os povos originários cearenses ou as comunidades tradicionais do município de Paracuru, promovendo uma valorização

da cultura local e catalogando a influência afro-brasileira e indígena na construção e desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

A pesquisa buscou identificar de que modo as redes sociais se configuraram como método de ensino, aprendizagem e extensão para a socialização das pautas étnico-raciais junto à comunidade interna e externa ao IFCE *Campus* Paracuru, além de catalogar as ações de extensão realizadas de forma virtual pelo NEABI.

O estudo demonstrou que as atividades de extensão, realizadas de forma online, promoveram diálogos e debates favorecendo a divulgação de conteúdos relacionados às temáticas étnico-raciais de forma dinâmica e interativa.

Verificou-se também que entre os anos de 2019 e 2021, o NEABI – IFCE *Campus* Paracuru realizou 31 (trinta e uma) ações virtuais relacionadas ao Programa de Extensão Leituras Étnico-Raciais. Destacaram-se atividades como: cards, encontros, lives, projetos e eventos. A pesquisa também serviu para estimular ações de extensão nas redes sociais que possibilitem debates sobre assuntos relacionados à educação antirracista.

Por fim, nota-se que as mídias sociais podem auxiliar métodos de ensino e aprendizagem, sendo capazes de atingir um público diversificado a partir das atividades de extensão. O debate de temáticas étnico-raciais, especialmente relacionadas à literatura e à socialização de autores(as) africanos(as), afro-brasileiros(as) e indígenas alcançou um público mais amplo por meio das redes sociais. Estimular os docentes sobre o ensino das relações étnico-raciais com ações virtuais de extensão pode exigir reorganização de metodologias que rompam com modelos pedagógicos tradicionais. Recomenda-se que

as Instituições realizem cursos de capacitação de docentes relacionados à temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.645**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2008.

FONSECA, M, J, S.; *Et al.* Relações étnico-raciais e redes sociais: desafios para a educação intercultural. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, 2017.

MARINI, Bruna Pereira Ricci; LOURENÇO, Mariane Cristina; BARBA, Patrícia Carla de Souza Della. Revisão sistemática integrativa. *In: Rev. paul. pediatr.*, São Paulo , v. 35, n. 4, p. 456-463, dez. 2017.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M.; **Revisão Integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *In. Texto e Contexto*, Florianópolis, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** – 6ª Edição, São Paulo, Atlas, 2018.

6

MINICURSO HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA DURANTE A PANDEMIA

Emerson de Melo Freitas¹

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência extensionista contextualiza-se aos quinze meses após declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2). Período de agravamentos das crises sanitária e financeira mundial por conta do isolamento social em nível planetário, especificamente nos primeiros meses da pandemia, quando os estudos científicos eram reduzidos e de baixa precisão, marcados pelas ondas de contaminação do novo coronavírus causadas por novas variantes mais contagiosas, elevando o número de mortos pela contaminação e/ou sintomas associados com seus agravamentos no organismo humano.

Tal situação foi marcada, no Brasil, pelo negacionismo do governo Federal, contribuindo para o alcance de 500 mil mortes nesse período e para que o país se tornasse um dos epicentros da pandemia no mundo. O Brasil ostenta, desde então, o triste título de segundo país no número total de óbitos, ou mesmo primeiro lugar quando a relação é o número de óbitos por milhão de habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Em outro sentido, apesar do deliberado atraso governamental na compra de vacinas, as campanhas de vacinação pública encontravam-se na ação estratégica de segunda dose para grupos populacionais prioritários.

Em tal período, as comunicações privadas e governamentais restringiram-se ao espaço virtual e as atividades acadêmicas das Instituições de Ensino Superior (IES) fortaleceram no campo do remoto com aulas síncronas e assíncronas. Embora houvesse iniciativas de retomada destas mesmas atividades acadêmicas na perspectiva híbrida ou semipresencial, a virtualidade das ações de extensão no âmbito de eventos e formações continuada ganhavam força nas plataformas digitais das IES brasileiras, aproximando-se de um público diverso e heterogêneo através de práticas de extensão universitárias novas e inovadoras.

Foi nesse cenário de imprevisibilidades que a coordenação de Extensão do Instituto Federal do Ceará (IFCE), *campus* de Sobral, mediante planejamento do programa de extensão Capacita IFCE 2021, acolheu o minicurso História e Cultura Afro-Brasileira, que passou a fazer parte de um guarda-chuva extensionista de eventos/minicursos mensais. Assim, cadastrou-se o minicurso no sistema da Pró-reitoria de Extensão do IFCE (Sigproext), vinculado ao referido programa. Para tanto, estão os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) que, a partir de sua vinculação institucional e seus objetivos, promovem ações afirmativas de caráter étnico-racial para comunidade externa e interna do IFCE (INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, 2017).

Tal histórico na promoção da história e cultura afro-brasileira no IFCE *campus* de Sobral remonta a um período anterior à pandemia, quando o referido minicurso foi ofertado na modalidade presencial e sem vínculo com o referido programa institucional. Portanto, foi realizada a devida avaliação sobre essa primeira experiência, bem como foram observadas as potencialidades quanto ao acréscimo de horas/aulas na organização didática dos conteúdos a serem ministrados e ao número de cursistas inscritos. Percebeu-se uma possibilidade de inovação com a oferta deste minicurso na modalidade à distância, assim como uma nova forma de alcançar os objetivos do Neabi *campus* de Sobral.

Destarte, o minicurso História e Cultura Afro-brasileira justifica-se no âmbito dos artigos 215 e 216 da constituição brasileira e nas legislações infraconstitucionais: Artigo 26-A da Lei nº 9.394/ 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira; Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004 e Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004; Estatuto da Igualdade Racial. Tal minicurso apresenta um escopo de discussões teóricas e compreensões práticas do cotidiano das relações humanas, quanto aos valores civilizatórios afro-brasileiros historicamente construídos e culturalmente desenvolvidos durante a formação da sociedade brasileira.

Assim, este relato de experiência extensionista propõe descrever o processo de realização do minicurso História e Cultura Afro-brasileira promovido pelo Neabi e coordenação de Extensão do *campus* de Sobral no ano de 2021.

METODOLOGIA

Com a intencionalidade na introdução de discussões teóricas e compreensões práticas sobre educação para as relações étnico-raciais e ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, em seu

plano de trabalho, o referido minicurso de extensão contou com quatro períodos de execução.

No primeiro período, correspondente às duas primeiras semanas do mês de junho do ano de 2021, realizou-se o planejamento dos módulos e seus respectivos conteúdos, também como convites às pessoas externas ao *campus* com experiências teóricas – práticas no tema do minicurso. A terceira semana, correspondeu ao período de inscrição, deu-se o processo de seleção dos cursistas e divulgação do resultado. Na semana seguinte, realizaram-se as aulas do minicurso na modalidade à distância. Por fim, na quarta e última semana do mês de junho, efetuou-se o consolidado de avaliações do minicurso e seus cursistas.

Figura 1: Comunicação visual sobre o minicurso



Fonte: Facebook IFCE Sobral.

No planejamento dos módulos e seus conteúdos, para cada módulo houve uma tarde de aula virtual de duas horas, de segunda a sexta-feira. Organizaram-se diferentes materiais didáticos previamente disponíveis em formato digital e online. Assim, referenciais teóricos como o Parecer CNE/CP 003/2004; SILVA (2005); NASCI-

MENTO (2007); PACHECO (2008); PETIT e FARIAS (2015); SOBRI-
NHO (2020); conformaram as bases filosófica, epistemológica e
metodológica para nomear e caracterizar os respectivos módulos
diários, conforme quadro descritivo abaixo:

Quadro 1: Descrição dos módulos do minicurso

MODULO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
Por onde começar?	SANKOFA_ símbolo ADINKRA da sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro.	Possibilitar aos cursistas uma compreensão sobre a urgência no ensino da história e cultura afro-brasileira.
De onde viemos?	WAWA ABA_ símbolo ADINKRA da força física, resistência e perseverança.	Possibilitar aos cursistas uma compreensão histórico-cultural sobre os povos africanos escravizados para o Brasil.
Quem somos?	NKONSONKONSON - símbolo ADINKRA das relações humanas. Símbolo da unidade, interdependência, fraternidade e cooperação.	Possibilitar aos cursistas uma compreensão sobre as lutas dos movimentos negros/personalidades negras como produção de conhecimento à história e cultura afro-brasileira.
Quem somos onde não somos vistos?	NKONSONKONSON - símbolo ADINKRA das relações humanas. Símbolo da unidade, interdependência, fraternidade e cooperação.	Possibilitar aos cursistas conhecimentos sobre a história e cultura afro-cearense e o sentido de ser negro no Ceará.
Como querem os ser vistos?	NTESIEMATE MASIE- Eu ouvi e guardei. Símbolo da sabedoria, do conhecimento e da prudência.	Possibilitar aos cursistas conhecimentos sobre memórias e vivências da história e cultura afro- sobralense.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa estrutura pedagógica do minicurso esteve hospedada e disponível para organizadores e cursistas, como turma virtual no google sala de aula, e vinculada aos e-mails institucionais da coordenação de extensão e Neabi *campus* de Sobral e do autor deste artigo de experiência extensionista. Além disso, a organização do minicurso contou com elaboração prévia da coordenação de extensão junto à estrutura virtual do programa Capacita IFCE 2021, bem como envol-

veu as comunicações institucionais sobre o minicurso, a seleção e divulgação do resultado das inscrições, a organização da turma, link de acesso dos cursistas às aulas virtuais e sua certificação ao final do minicurso, possibilitando uma concentração didática do Neabi *campus* de Sobral na organização dos conteúdos, metodologias e acesso aos professores convidados.

Com inscrições de vinte e cinco cursistas, confirmados em adesão à turma no google sala de aula, realizou-se de 21 de junho a 25 de junho de 2021 o minicurso História e Cultura Afro-brasileira, com carga horária de vinte horas/aulas dividida em atividades sincrônicas, que conformam 50% de horas/conteúdo ministradas via *google meet*, acrescidas de atividades assíncrônicas, disponibilizadas no *google sala de aula*, essa tendo sido criada para a referida turma no intuito de concentrar debates, tarefas e conteúdos extras que conformaram o restante dos 50% de horas/conteúdo ministradas.

Com suporte no acolhimento dos cursistas, a coordenação de Extensão do *campus* de Sobral organizou um fórum de apresentação virtual no mural da turma no google sala de aula. Neste sentido de interação virtual entre professores e cursistas, foi disponibilizado o formulário SANKOFA, uma medida de avaliação diagnóstica correspondente a questões sobre as vivências anteriores que os cursistas tiveram em cultura e história afro-brasileira.

Sabendo-se que a educação para as relações étnico-raciais e ensino da história e cultura africana e afro-brasileira são duas medidas educativas equivalentes e indissociáveis, componentes da política curricular de ação afirmativa que organiza didaticamente os saberes produzidos pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro (BRASIL, 2005; GOMES, 2017), utilizou-se a colaboração e apoio direto de dois estudiosos do movimento negro no Ceará, José Hilário Ferreira Sobrinho, do Instituto de Formação José

Napoleão, sediado na cidade de Fortaleza, e Antônio Humberto de Sousa, do Centro de Umbanda Macaia do Caboclo Pena Verde, sediado na cidade de Sobral.

Portanto, houve uma preparação metodológica do minicurso realizada pela coordenação de Extensão e Neabi *campus* de Sobral, mediada em sala de aula pelo autor deste relato de experiência extensionista, colaborações de palestrantes convidados para ministrar os dois últimos módulos, respectivamente experiências afro-cearense e afro-sobralense. Utilizou-se, ainda, suporte de uma avaliação processual sobre os conhecimentos prévios dos cursistas quanto ao objeto do minicurso, atividades pedagógicas sincrônicas e assíncronas para compreensão das aprendizagens individuais e coletiva sobre os conteúdos disponibilizados, bem como uma avaliação final sobre o minicurso disponibilizada pela coordenação de extensão do *campus* de Sobral. Desse modo, cumpriu-se mais uma ação planejada pelo Neabi *campus* de Sobral para o ano de 2021, conforme previamente cadastrado no Sigproext.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o referido planejamento e execução do minicurso História e Cultura Afro-brasileira, foi possível observar os seguintes resultados alcançados a partir do relatório final produzido mediante avaliação conclusiva deste no Sigproext.

As dez horas/aulas ministradas de forma sincrônica, conforme descrito na Tabela 1, possibilitaram as seguintes produções de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira: Preenchimento de formulário diagnóstico sobre o conhecimento da temática por parte dos cursistas e aprofundamento sobre as legislações educacionais específicas ao tema, somado à produção e disponibilização

da videoaula #1; Conhecimento sobre diferentes sites institucionais que organizam e hospedam informações e conhecimentos científicos sobre o tema, somado à produção e disponibilização da videoaula #2; Atividade prática de produção artística individual sobre os marcadores de africanidades, somado à produção e disponibilização da videoaula #3; Realização de atividade prática sobre as palavras e expressões de origem africana presentes em nosso português brasileiro, somado à produção e disponibilização da videoaula #4; Exposição dialógica sobre as afro-sobralidades e exercício prático sobre a percepção desses marcadores das africanidades na cidade de Sobral, somado à produção e disponibilização da videoaula #5.

Outros resultados caracterizados no relatório final estão na compreensão de uma turma heterogênea, composta por cursistas com formação desde o ensino médio à pós-graduação, entre uma faixa etária de 20 a 39 anos, sendo alguns representantes da comunidade acadêmica do IFCE e outra parcela representantes da comunidade externa, abrangendo uma territorialidade desde o Ceará a outros estados brasileiros. Assim, mediante abertura de inscrições, seleção e divulgação dos resultados em dois dias, com oferta inicial de cinquenta vagas, obteve-se uma seleção de 50% destas vagas confirmadas na adesão dos cursistas à turma virtual criada para tal fim, chegou-se ao final do minicurso com dezoito cursistas concludentes e certificados pelo programa Capacita IFCE 2021.

As principais discussões registradas no relatório final do Sigproext estão caracterizadas entre potencialidades, dificuldades e estratégias de superação. Portanto, percebe-se que o minicurso de História e Cultura Afro-brasileira potencializou uma ampliação nas perspectivas de compreensão sobre o tema por parte dos cursistas, comprovada nas interações entre estes em momentos sincrônicos e assincrônicos. Como exemplo, tem-se o comentário de uma cursista

sobre a última aula ministrada pelo convidado, quando descreve que foi “muito boa a palestra, serviu para abrir a mente para quem tem preconceito, como também medo, muitas vezes a maldade está em quem está falando e não em quem frequenta algum centro ou terreiro como é comum se falar esse tipo de vocabulário.”¹

Em outro ponto sobre avaliação do minicurso, observou-se que uma das principais dificuldades esteve relacionada ao controle de participação e frequência, a exemplo do primeiro encontro, quando houve um hackeamento da aula sincrônica por parte de um intruso que desorganizou o momento inicial da aula e, mediante auxílio da coordenação de extensão, providenciou-se um novo link de sala de aula.

Neste mesmo sentido, embora todos os cursistas concludentes tenham cumprido total ou parcialmente as atividades sincrônicas e assíncronas, os formulários de frequência disponibilizados diariamente nas aulas sincrônicas não refletiram uma equivalência na dinâmica de participação e frequência, visto que as dificuldades no acesso a uma internet e equipamentos eletrônicos de qualidade foram relatadas pelos cursistas em diferentes momentos, contribuindo para uma participação interativa reduzida e às vezes repetitivas entre ministrante e cursistas.

Sobre o último ponto avaliativo, indicou-se para estratégias de superação justamente a necessidade em adequar a lista de cursistas inscritos e confirmados com as listas de frequência diária, hospedando os mesmos dados pessoais coletados na inscrição em um sistema que seria confirmado a cada uso do formulário de frequência. Também como uma devida atenção no controle das admissões nas aulas sincrônicas.

Nesta interação avaliativa entre os três pontos discursivos apresentados acima, compreende-se que para um planejamento de mi-

1 Avaliação do minicurso realizada por uma cursista registrado na turma do google sala de aula.

nicurso no formato virtual com potencialidade em atingir um número máximo de cinquenta inscritos e um mínimo de vinte e cinco inscritos, um tempo reduzido de 12 horas para inscrições e, adicionada uma divulgação restrito às redes sociais do *campus* de Sobral, contribuíram às dificuldades no acesso, permanência e êxito dos cursistas, quando vincula-se essa compreensão junto à compreensão do parágrafo imediato acima.

Portanto, uma estratégia de superação para essa observação avaliativa conjunta seria ampliar o tempo de inscrições, em conjunto com uma publicação pela comunicação social do *campus* de Sobral no site oficial como item de notícias, algo realizado para outros minicursos do mesmo programa Capacita IFCE 2021.

Ainda nesta perspectiva avaliativa, obteve-se como potencialidade as gravações e disponibilidade das cinco aulas realizadas e possibilidade para a turma seguir estudando no modelo assíncrono. A dificuldade encontrou-se no momento de resgatar tais gravações para consubstanciar este relato de experiência extensionista, assim, observa-se que devido à redução dos e-mails institucionais do IFCE na capacidade de armazenamento de arquivos por parte da Google, simplesmente tais arquivos de audiovisual produzidos neste minicurso já não se encontram disponíveis.

Destarte, outra estratégia de superação específica para tal situação seria a organização e armazenamento destes arquivos para disponibilidade dos estudantes na biblioteca do *campus* de Sobral, haja vista que se trata da produção de conhecimento mediante a realização de um minicurso novo e inovador para o campus.

Assim, compreendem-se estas últimas dificuldades contextualizadas como um tratamento diferenciado resultante do funcionamento das instituições “que passam a atuar em uma dinâmica que

confere, ainda que indiretamente desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29). Como relato de experiência extensionista, observa-se que referido minicurso esteve diante de um caso de racismo institucional.

CONCLUSÃO

Como proposta conclusiva deste relato de experiência extensionista, compreende-se que o minicurso História e Cultura Afro-brasileira, realizada na modalidade virtual com carga horária total de 20 horas/aulas, e contextualizada no período mais agudo da pandemia do novo Coronavírus, atendeu às emergências institucionais enquanto estimular docentes em ações de extensão vinculados ao programa institucional de capacitação dentro das perspectivas impostas pela pandemia.

Tal perspectiva institucional possibilitou também mudanças de paradigmas no processo de ensino – aprendizagem acadêmica, assim como os sentidos relacionais entre os sujeitos desta comunidade acadêmica para manutenção desse processo em tal contexto adverso e novo. Portanto, o planejamento, execução e avaliação do minicurso objeto deste relato de experiência extensionista fortaleceu entre os participantes a compreensão de que estão na história e cultura a chave para compreensão das realidades da população negra brasileira.

Apesar da demanda reprimida por formação continuada sobre a temática, assim como a grande oferta diversificada sobre esta durante referido período das relações virtuais acadêmicas, neste processo semanal intenso de interações pedagógicas compreenderam-se certas dificuldades ou mesmo ambiguidades sobre o sentido e significado desta oferta e demanda de formação continuada.

Cursistas com problemas na conexão de internet e acesso a equipamentos tecnológicos para um acompanhamento qualitativo confir-

mam o problema crônico no acesso, permanência e êxito na educação brasileira durante esse período pandêmico.

Entendida tal formação continuada como algo tão urgente quanto necessária a professores e professoras das redes municipal e estadual de ensino sediadas na cidade de Sobral, ainda que se tenha estabelecido os mesmos como público de interesse no projeto do minicurso cadastrado, assim como solicitada comunicação institucional direta aos possíveis interessados(as). Observou-se que as características estabelecidas para este minicurso compor o programa Capacita IFCE 2021, tais como inscrições descritas com classificação por ordem de inscrição a serem realizadas em até 12h; cinco dias de minicurso com duas horas/aulas vespertinas; comunicação institucional específica às redes sociais do *campus* de Sobral, reduziram quanti-qualitativamente o público de interesse do minicurso, haja vista que houve vinte e cinco cursistas confirmados na turma com dezoito cursistas certificados ao final, sendo uma parcela considerável de estudantes de cursos técnicos e graduações do próprio *campus*.

Embora registrado no Sigproext e descrito no relatório final do minicurso, as gravações das aulas sincrônicas e sua imediata disponibilização na turma virtual para acompanhamento dos cursistas, reconhecida como produção de conhecimento pelo movimento negro educador, que participou como ministrante deste minicurso, não se encontram mais arquivadas em nenhum suporte de armazenamento virtual, o que revela uma específica e parcial interrupção institucional na tarefa de conexão do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, recomenda-se ao IFCE, quando possibilitar o cumprimento da missão dos Neabis, que possa olhar-se e compreender o seu racismo institucional, onde ao mesmo tempo que possibilita uma formação continuada tão urgente e necessária como extensão, revelam-se dinâmicas processuais desvantajosas e normalizadas quando

se trata da implementação de políticas afirmativas de caráter étnico-racial. Este relato de experiência extensionista assim descreve uma das várias dinâmicas do racismo institucional no IFCE.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis. Vozes, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Conselho Superior (CONSUP). RESOLUÇÃO Nº 071, DE 31 DE JULHO DE 2017.**

Neabis têm regimento aprovado pelo Consup. **IFCE.** 22/08/2017. Aprova o Regimento Interno dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Instituto Federal do Ceará. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/noticias/neabis-tem-regimento-aprovado-pelo-consup>. Acesso em: 04 jun. 2021.

Memórias dos mestres de ofício da capoeira sobralense, 2021. Documentário (61min). **Canal Ponto de Cultura Capoeira Sobral.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jKR2R454ubw>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Oswaldo Cruz. Observatório Covid 19. **Boletim extraordinário.** 25 de junho de 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021_extra_ord_inario_junho_parte1.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O tempo dos povos africanos.** PEAFRO/SECAD/UNESCO, 2007. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021_extraord_inario_junho_parte1.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

PACHECO, Felipe Jorge Kopanakis. Introdução: o meio geográfico e sua influência no continente africano. *In:* MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África.** Porto Alegre: UFRS, 2008. p. 9-12, 2008.

PETIT, Sandra Haydée; FARIAS, Kellynia. Pretagogia, pertencimento e os marcadores das africanidades: conexões entre corpos e árvores afroancestrais. In: MACHADO, Adilbênia Freire; ALVES, Maria Kellynia Farias; PETIT, Sandra Haydée. **Memórias de Baobá II**. Fortaleza: IMPRECE, p. 125-145, 2015.

Religião é vivência. Entidade negro Gerson feiticeiro – médium pai Beto de Oxóssi. **Canal Diálogo com os Espíritos**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sfOi5ya_1sg. Acesso em: 05 jun. 2021.

SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabenguele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Revisada. Brasília: MEC/BID/UNESCO, p. 155-172, 2005.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. Ser descendente de vikings seria “a patologia social do branco” cearense? **Ceará Criolo**, Fortaleza, jul. 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/ser-descendente-de-vikings-seria-a-patologia-social-do-branco-cearense/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

7

PROJETO DE EXTENSÃO NEABI INDICA: INTERFACES ENTRE CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO ANTICOLONIAL

*Annalies Barbosa Borges
Antônio Wirly de Souza Lima
Marla Solara Pontes Mota
Tatiana Santos da Paz*

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada faz parte de uma das atividades realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFCE do *campus* Baturité, que possui ações voltadas para a discussão das relações étnico-raciais no IFCE. De acordo com o Regimento Interno dos NEABIs, Resolução 071/2017, o NEABI tem como missão:

[...] sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva

a superação do racismo e outras formas de discriminações, ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no Instituto Federal do Ceará (BRASIL, 2017, p. 04).

A atuação do NEABI compreende ações que contemplam e afirmam as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos da Instituição. Seu trabalho está pautado na Lei no 10.639/2003¹ e Lei nº 11.645/2008², bem como nas diretrizes curriculares³ que normatizam a inclusão de tais temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão⁴. Para isso, o Núcleo busca desenvolver reflexões e promover espaços de formação que oportunizem o acesso ao conhecimento e possibilitem a valorização da história e cultura dos povos africanos, afrobrasileiros e indígenas. Dessa maneira, pretende-se contemplar as diversas formas de contribuição desses povos para a construção histórica, cultural e social do país.

O NEABI propõe a ruptura com uma herança colonial que está presente na naturalização das imagens subalternizadas lançadas às populações africanas, afro-brasileiras e indígenas no Brasil, frequentemente associados aos lugares sociais de desprestígio e que está presente também no racismo epistêmico contido nos currículos que persistem em visibilizar apenas o conhecimento brancocêntrico (CANDAU; e OLIVEIRA, 2016). Com isso, alerta sobre a necessidade de descolonização dos currículos no sentido de superação da visão

- 1 A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da educação básica.
- 2 A lei 11645 de 2008 atualiza a lei 10639 e torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígenano Brasil.
- 3 O Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3 de 10 de março de 2004), onde são estabelecidas orientações de conteúdos a serem incluídos e trabalhados e também as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino.
- 4 A Resolução CNE/CP nº 1, publicada em 17 de junho de 2004, detalha os direitos e obrigações dos entes federados frente à implementação da Lei nº 10.639/2003.

eurocêntrica e propõe uma abertura para o diálogo com as demais culturas que compõem a identidade nacional (MUNANGA, 2013).

Consoante a essa missão geral, o projeto “NEABI Indica: ciclo de palestras e debates online sobre produções culturais com protagonismo Negro e Indígena”, do NEABI-Baturité, surge em abril de 2020, com o objetivo de contemplar e debater sobre diferentes narrativas produzidas por essas populações durante o projeto.

A proposição do projeto se deu pela necessidade de criar espaços formativos entre a comunidade interna e externa do IFCE - Baturité sobre as relações étnico-raciais, especialmente de visibilização da produção intelectual de pessoas indígenas e negras. Em virtude da situação de pandemia vivenciada no contexto internacional e local, as redes digitais tornaram-se o meio de divulgação e realização das ações do NEABI- Baturité.

No artigo aqui apresentado propomos, através de um relato de experiência, descrever como o projeto “NEABI Indica” pode contribuir para a área da educação voltada para uma abordagem das relações étnico-raciais.

METODOLOGIA

O projeto “NEABI Indica” teve como principal objetivo difundir informações sobre produções artístico-culturais de autoria indígena e negra. Consistia na indicação de obras literárias, fílmicas, produções musicais, histórias em quadrinho, entre outras linguagens de autoria de pessoas negras e indígenas ao público em geral, tendo como veículo de comunicação as plataformas digitais, mais especificamente o perfil do Instagram do NEABI-Baturité. Seu intuito também era estabelecer espaços de diálogo com a comunidade interna e externa do IFCE *campus* Baturité, no período de pandemia e distanciamento social.

Na sua primeira edição, iniciada em 2020, o projeto contou com a participação de integrantes do Núcleo e especialistas convidados que realizaram resenhas sobre obras de autoria negra e indígena. Tais resenhas foram compartilhadas por meio de *lives* nas quais os convidados debatiam sobre e indicavam uma obra para a comunidade e para membros do NEABI.

Já em sua segunda edição, em 2021, as resenhas foram elaboradas por dois bolsistas e divulgadas para a comunidade interna e externa por meio de cards compartilhados em plataformas digitais (Instagram e outras redes sociais). O projeto buscou visibilizar narrativas culturais produzidas pelas populações negras e indígenas e debatê-las no contexto da cibercultura. Com isso, suas ações se constituíram como iniciativas que questionam a persistente colonialidade dos currículos que marginaliza os conhecimentos originais desses grupos.

Tendo em vista que o relato de experiência é uma possibilidade legítima de narração científica no campo das pesquisas qualitativas que envolvem processos e produções subjetivas, como é o caso daquelas realizadas na área da educação, optamos como parte da nossa metodologia, no sentido de exposição dos dados do projeto, este formato de texto e exposição da pesquisa a ser contemplada no decorrer do artigo.

Dessa forma, inicialmente apresentaremos as teorias que fundamentam a pesquisa desenvolvida no projeto “NEABI Indica”, bem como descrevemos como ele se desenvolveu na prática e seus resultados enquanto espaço de diálogos e formação para a comunidade envolvida no projeto. As reflexões propostas neste relato de experiência localizam-se no campo das discussões sobre práticas educativas anticoloniais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As narrativas construídas nos currículos (MUNANGA, 2013; GOMES, 2010) e nas mídias (ARAÚJO, 2000, 2010) revelam historicamente a persistência da colonialidade nas imagens subalternizadas produzidas sobre as populações negras e indígenas que geram estereótipos (BHABHA, 2013), frequentemente reproduzidos pela sociedade. Estes são constantemente acionados no cotidiano na busca por uma cristalização dos papéis sociais, no caso dos negros e indígenas, frequentemente associados à inferioridade. O resultado desse processo é a cristalização dos processos de desigualdade.

No campo da educação, a visão de universal que acionamos constantemente nos currículos possui uma imposição de uma visão eurocêntrica de mundo. As ideias de Ocidente e da cultura ocidental operam na visão de mundo das pessoas como parte da dominação cultural. No trato dado ao universal, desaparecem as especificidades, ficam as categorias gerais, que são as das culturas greco-romana e judaico-cristã. Essas culturas fundamentam o eurocentrismo e anulam como relevantes as expressões de africanos e afrodescendentes (CUNHA JÚNIOR, 2006).

A dominação colonial e capitalista global se constituiu também como uma forma de dominação epistemológica que atribuía aos dominados lugares de subalternidade. Nesse sentido, as formas de dominação da colonização constituíram-se como um modelo de exclusão que permanece em nossa forma de pensar, nos nossos conceitos básicos e em nossas diretrizes fundamentais de operação do conhecimento das coisas (SANTOS, 2010). O currículo escolar é fruto dessa visão eurocêntrica de mundo. E, com isso, os valores coloniais solidificaram-se nos currículos pela interdição da diversidade de conhecimentos produzidos pelos povos do sul global, imposta pelo sexismo e racismo epistêmico (CARNEIRO, 2005; KILOMBA, 2019).

A colonialidade está presente também nos textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na seleção de obras literárias, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Os materiais didáticos carecem de revisões no que se refere à reprodução de imagens que colocam as populações negras e indígenas em lugares sociais subalternizados (MULLER, 2018; SILVA, 2004). O livro didático ainda reproduz a invisibilização do negro em lugares sociais de prestígio, como produtores de ciência e tecnologia.

Como afirma Fanon (1997), é necessário romper com o passado colonial herdado da escravidão. Nesse sentido, busca-se descolonizar as ciências, retomar visões de mundo, conteúdos e metodologias de que a ciência ocidental se apropriou, acumulou e a partir deles criou os seus próprios, deixando de mencionar as suas origens. São pouco difundidas as bases africanas, árabes, chinesas, entre outras, a partir das quais foram gerados os fundamentos das ciências e filosofias atuais (SILVA, 2003, p. 49).

Para romper com esse silenciamento é fundamental pesquisar e registrar as contribuições dessas populações nas diferentes áreas e dar visibilidade ao seu potencial intelectual. Por meio da positivação da imagem das pessoas negras e indígenas poderemos superar os constantes episódios de racismo cotidiano (KILOMBA, 2019).

De acordo com Joel Zito Araújo (2010), a televisão ocupou, a partir da década de 1950, um papel decisivo na organização dos relatos hegemônicos sobre a identidade nacional brasileira (antes ocupados pelo rádio e cinema). “A produção televisiva contribuiu com um elogio permanente às características estéticas do segmento eurodescendente, reafirmando uma espécie de vitória simbólica da ideologia do branqueamento” (idem, p. 27). Esse construto, criado pelas elites no pós-abolição, segundo o autor, orientou um universo ficcional com uma

pretensa representação do real, marcado por personagens brancas, altas e magras, que nunca fez jus à maioria da população brasileira.

Percebe-se que, nas sociedades contemporâneas, as mídias, especialmente as mídias de massa, ocupam um lugar de poder por terem a função de visibilizar aquilo que é considerado positivo ou não. Esta responsabilidade aumenta quando consideramos a existência, na sociedade brasileira, de uma persistente negação do pertencimento racial estimulado por uma histórica busca pelo ideal de branqueamento da população (NASCIMENTO, 2017). O advento das tecnologias digitais em rede, ao proporcionar uma ampla difusão de informação por parte de múltiplos polos emissores, abriu espaço para narrativas que visibilizam outros ideais referenciados também nos anseios e projetos dos povos indígenas e negros.

O contexto sociotécnico da cibercultura proporcionou mudanças nas relações entre indivíduos e espaços, e possibilitou também novas formas de narrar as experiências sociais, culturais, políticas etc., e, com isso, deu espaço de visibilidade para variadas produções intelectuais. As pessoas criam seus próprios espaços de fala, narrando seus cotidianos, suas conquistas, seus dilemas sociais, políticos, culturais com os seus dispositivos portáteis, vivenciando uma *apropriação social das tecnologias digitais* (LEMOS, 2007).

A cibercultura cria possibilidades de reencantamento através das agregações eletrônicas e de um novo fazer artístico por meio das tecnologias digitais (LEMOS, 2010) ainda que, mais do que nunca, isso tenha se tornado um forte campo de disputas com os recentes avanços de movimentos políticos fascistas, que espalham *fake news*, manifestações de ódio nas redes, dentre outros.

É importante ressaltar também que, para além da dualidade própria da discussão entre apocalípticos e integrados, as redes sociais

digitais não atuam apenas num vetor de democratização. Elas estão inseridas num contexto em que o modelo de negócios que as financia se baseia na governança dos sistemas algorítmicos que frequentemente modulam os processos de formação e formatação da opinião pública e afetam a privacidade com a vigilância pervasiva dos dispositivos (SILVEIRA, 2019).

No entanto, as redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa na internet também se tornaram o novo contexto em que os movimentos sociais do século XXI se constituem (CASTELLS, 2013) e também em que espaços formativos se constituem (SANTOS, 2011).

Os processos educacionais forjados fora das instituições de ensino, pelos movimentos sociais, por meio das tecnologias digitais em rede, por exemplo, têm se constituído como possibilidades de reinvenção no tratamento do conhecimento, ao difundir e valorizar saberes invisibilizados pelo currículo escolar. Os movimentos sociais têm disputado novas narrativas ao produzir, no seio das suas lutas, discursos contra-hegemônicos, em oposição às proposições homogeneizantes de sociedade e cultura. Ao explicitar o caráter educador do Movimento Negro, Gomes (2017) aponta a importância da trajetória deste movimento no desenvolvimento de um pensamento que se coloca contra os processos de colonização e indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico.

As tecnologias digitais em rede têm sido elementos culturais importantes para a difusão de narrativas decoloniais no contexto da cibercultura e possibilitam a criação de espaços formativos por meio das narrativas não hegemônicas circulantes no ciberespaço (PAZ, 2019).

Assim, o projeto de extensão aqui analisado compreende a necessidade de afirmar, por meio da difusão, a existência do potencial infinito da diversidade epistêmica no mundo e discutir o caráter con-

textual e incompleto do conhecimento (GOMES, 2010) ao visibilizar a produção intelectual dos povos negros e indígenas para a comunidade interna e externa do IFCE Baturité.

A experiência do Projeto de extensão NEABI Indica

O Projeto de extensão “NEABI Indica” teve início durante a pandemia de COVID-19, em abril de 2020, e se utilizou da rede social *Instagram* para realizar suas ações. O objetivo principal era transmitir palestras e debates *online* sobre diferentes produções culturais, como cinema, literatura e quadrinhos, nas quais os protagonistas e/ou criadores sejam pessoas negras ou indígenas.

Em sua primeira edição, em 2020, o projeto teve como título “NEABI Indica: ciclo de palestras e debates online sobre produções culturais com protagonismo Negro e Indígena” e realizou quatro encontros *online*. O primeiro debate aconteceu no dia 29 de abril de 2020, data da primeira *live*, cujo tema foi “Masculinidades negras no cinema por meio da análise do filme ‘Corra’”. O convidado, Andy Monroy Osório, trouxe relatos e análises da obra fílmica, baseado no seu trabalho acadêmico de mestrado, e enfatizou como o filme produz críticas à sociedade racista com destaque para os estereótipos lançados aos homens negros.

A segunda *live* foi realizada no dia 12 de maio do mesmo ano e teve como tema o debate sobre as culturas indígenas a partir das histórias em quadrinho do historiador, antropólogo e quadrinista André Toral. Este encontro, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Barbosa, trouxe uma perspectiva, a partir da literatura, sobre as concepções históricas do movimento indígena, bem como suas implicações no contexto atual. Foi possível desenvolver um diálogo que ultrapassava os caminhos do texto e imergia nas questões histórico-culturais dos povos originários.

O terceiro encontro, no dia 13 de maio de 2020, foi sobre as metáforas do desenvolvimento na música Guarani/Zyliana. Esta *live*, com a convidada Merremii Karão Jaguaribaras, trouxe um diálogo sobre o desenvolvimento indígena nos percursos históricos e os preconceitos vivenciados no contexto atual. Neste encontro foram perceptíveis questões como o racismo, os estereótipos, o questionamento cultural e outros tópicos que vão de encontro aos povos originários de maneira negativa.

Por fim, o quarto encontro *online* do projeto ocorreu no dia 20 de maio de 2020 com um debate acerca do livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus (2014), em comemoração aos sessenta anos do livro. Nesta *live*, a Profa. Annalies Barbosa Borges e a Profa. Ma. Marla Solara Mota articularam uma análise sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, apontaram a obra como uma importante crítica à sociedade brasileira e destacaram o estilo de escrita da autora como original e inovador no cenário da literatura.

Em 2021, o projeto NEABI Indica retornou ao *Instagram* em um novo formato e título: “NEABI Indica: Produções artístico-culturais com protagonismo Negro e Indígena”. Desta vez, foram realizadas postagens recomendando produções artísticas e culturais de autoria negra e indígena. Para tanto, foram realizadas resenhas das obras a serem indicadas e postadas no perfil do *Instagram* do NEABI Baturité, com o objetivo de difundir e promover uma reflexão acerca destas produções.

O desenvolvimento do projeto teve a participação de duas professoras do curso de Letras do *Campus* Baturité, integrantes da comissão gestora do NEABI Baturité, que orientaram a pesquisa, que foi realizada por dois bolsistas do NEABI Baturité e um estudante voluntário. As bolsas foram financiadas pela Pró-reitoria de Extensão do IFCE e tiveram a duração de quatro meses (outubro de 2021 a janeiro de 2022). Foram realizadas o total de 12 postagens relacionadas a três eixos temáticos: obra, personalidade e conceito.

O eixo temático *obra* tinha como objetivo indicar uma obra de autoria negra ou indígena para que a audiência do nosso Instagram pudesse conhecer e se interessar por tais obras, ampliando seu repertório literário. O eixo temático *personalidade* buscou dar visibilidade a personalidades negras e indígenas em diferentes áreas de atuação. E o eixo temático *conceito* buscou publicar definições sobre termos comumente utilizados nas discussões sobre relações étnico-raciais com base em autores de referência. Na ordem das publicações dos conteúdos, seguimos uma alternância de obras de autoria indígena e negra, assim como no eixo *personalidade*, para garantirmos um equilíbrio na visibilização das produções intelectuais destes grupos.

Ao iniciar o eixo temático *obra*, a primeira resenha publicada indicou a leitura de “*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*” de Carolina Maria de Jesus, como obra de autoria negra. A postagem incluía um card com imagem e nome da autora e um segundo card com um trecho da sua obra. O texto de legenda da postagem ressalta alguns aspectos importantes da obra, como: seu caráter de denúncia social; a narrativa em 1ª pessoa, evidenciando o ponto de vista do oprimido em meio a uma realidade de injustiças sociais e racismo; e o descaso social frente à precariedade vivida pela comunidade ali representada pela voz da autora. Além disso, é feita a contextualização histórica do lançamento do livro, com destaque a como a autora tinha na literatura uma forma de fuga da realidade, revelando seu sonho de fazer parte de um lugar mais digno.

Imagem 1 e 2



Fonte: Própria.

Posteriormente, finalizando o eixo temático *obra*, foi publicada a indicação da obra “As serpentes que roubaram a noite e outros mitos”, de Daniel Munduruku (2001), destacando a autoria indígena. Interessante ressaltar que a indicação, além de dar ênfase às narrativas dos povos originários, também teve um público-alvo mais amplo, para além do meio acadêmico adulto, pois se tratava de obra cujas histórias se voltam ao público infanto-juvenil.

A influência da literatura infanto-juvenil para as crianças indígenas.

A obra é apresentada para os leitores em uma coletânea de seis histórias, que são contadas pelos velhos da aldeia para as crianças indígenas, de seu próprio povoado. São enfatizadas as origens culturais e as raízes do povo Munduruku com o objetivo de despertar nelas o amor e o interesse pela história, lutas, conquistas e cultura de seu próprio povo, através da memória e da oralidade ancestrais que são resgatadas nesses contos. O autor possibilita uma visão do povo Munduruku contada por eles mesmos, distanciando da ideia e do olhar do colonizador. Seus hábitos, costumes e tradições são abordados ao mesmo tempo em que o autor busca desmitificar a imagem do indígena, que por muito tempo foi re-

presentada de forma estereotipada. A obra se enquadra na Literatura infanto-juvenil, e se torna uma peça fundamental na desconstrução da imagem dos povos indígenas como seres humanos inferiorizados, ajudando na luta pelo reconhecimento, e causando nas crianças indígenas e nos demais leitores um impacto de identidade e pertencimento (@neabaturite, 2022).

As duas indicações seguintes foram relacionadas ao eixo temático *personalidade*. A primeira indicação deste eixo temático foi sobre o artista Gilberto Gil, como personalidade negra, e a segunda foi sobre a líder indígena Sonia Guajajara. Ambos possuem uma relevância em âmbito nacional pelas suas lutas políticas, seja no âmbito artístico, seja no campo político.

Imagem 3 e 4 - Gilberto Gil e Sonia Guajajara



Fonte: Própria.

Visibilizar as ações e conquistas dessas personalidades foi uma escolha dos membros do projeto, que visava oportunizar aos estudantes e à comunidade externa a identificação com figuras contemporâneas que contribuem ou contribuíram com a sociedade brasileira. Isto porque historicamente a contribuição das personalidades negras

e indígenas e seus conhecimentos foram sistematicamente invisibilizadas, tanto nos espaços midiáticos quanto nos currículos escolares.

A este apagamento de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos chamamos de epistemicídio. Assim, este projeto buscou de forma objetiva romper com esse processo de apagamento, já que, como afirma Sueli Carneiro (2005), para os racialmente inferiorizados, o aparelho educacional tem sido fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. Para a autora, o epistemicídio:

É o fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p. 324).

Assim, visibilizar a trajetória de uma militante e líder indígena, como Sonia Guajajara, e evidenciar como ela trouxe pautas importantes das lutas do seu povo para a política tradicional pode ser um caminho que estimula estudantes indígenas do nosso contexto a construir caminhos de luta semelhantes ou a reconhecer os movimentos de luta e resistência contemporâneos do povo brasileiro. O mesmo pode ser vislumbrado para a visibilização das contribuições de Gilberto Gil nos campos da cultura e da política. Gil representa uma importante liderança negra no Brasil pela sua rica produção no campo da música, ao enaltecer a cultura afro-brasileira, bem como pela sua atuação ativa e na política tradicional, como ex-ministro da Cultura.

A indicação seguinte foi relacionada ao eixo *conceito* e teve como título “O que é interseccionalidade?”. O objetivo da publicação foi

incentivar a compreensão de termos frequentemente utilizados em debates sobre relações étnico-raciais, como, por exemplo, a interseccionalidade.

O conceito foi inaugurado em 1989 em artigo publicado por Kimberlé Crenshaw e, posteriormente, em 1991, a autora revisitou o conceito em um novo artigo. A interseccionalidade é presente no debate e nos estudos feministas “promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos às mulheres negras.” (AKOTIRENE, 2021, p. 59). Kimberlé Crenshaw define interseccionalidade como:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2018, p. 175).

Após esta postagem, retornamos à indicação de obras. Nesse eixo, vale destacar que o projeto trouxe a indicação do “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro, bem como de um projeto realizado pela ONG Thydêwá. Esse último trata-se de um acervo literário indígena disponibilizado gratuitamente pela ONG, com destaque especial à coletânea “Pelas Mulheres Indígenas”, com textos de 20 mulheres indígenas nordestinas, que atuam fortemente em suas comunidades (GERLIC; TAVARES; TUPINAMBÁ, 2015). Já no eixo *personalidades*, foram publicadas também as indicações de Maya Angelou como personalidade negra e de Jaider Esbell como personalidade indígena.

As duas últimas postagens foram uma indicação de *obra* e um *conceito*. A obra indicada foi “Torto Arado”, de Itamar Vieira Júnior (2019), e o conceito, que foi a última publicação, teve como título “O que é racismo estrutural?”.

Quanto à última postagem do projeto, destacamos o conceito de racismo estrutural, parte de uma teoria social, que, segundo Silvio Luiz de Almeida (2019), afirma que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo. O racismo, sempre estrutural, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, não sendo, portanto, patologia social nem desarranjo institucional. Dessa forma, os comportamentos individuais e processos institucionais racistas não seriam exceções, mas regras de uma sociedade assim estruturada (ALMEIDA, 2019).

CONCLUSÃO

O projeto apresentado neste trabalho teve como objetivo incentivar o contato com o conhecimento e a cultura não branca, pois compreendemos que durante a vida escolar, os estudantes se deparam com “o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos” (RIBEIRO, 2019, p. 61).

Basta observar as bibliografias das escolas e de cursos superiores, para se deparar com um silenciamento do conhecimento e saberes produzidos por grupos oprimidos, como pessoas negras, indígenas e mulheres. Com o objetivo de evitar que nossos estudantes do Instituto Federal do Ceará *Campus* Baturité vivenciem o que a escritora Chimamanda Ngozi Adiche chama de o perigo da história única, que, de uma forma objetiva, é a história contada apenas por um ponto de vista, o do poder, é que desenvolvemos o projeto de extensão ‘NEABI Indica’. Assim, a equipe buscou incentivar o acesso ao conhecimento

produzido por pessoas não brancas. Afinal, a sociedade brasileira não é composta de maioria branca e, portanto, deve ouvir suas diferentes vozes, de todos os grupos que a constituem, para um enriquecimento dos saberes acadêmicos, assim como do debate público, que está além das universidades.

A execução do projeto foi um marco importante para o IFCE - *Campus* Baturité e para o NEABI. Uma referência no *campus* na luta por uma educação anticolonial e no desenvolvimento de pensamentos, posicionamentos e ações antirracistas. A promoção não só de acesso ao conhecimento de forma facilitada, mas na abertura ao diálogo, dando voz a pessoas que por vezes não eram escutadas é uma demonstração da força potencializadora do projeto.

O ato de construção e divulgação desses saberes/conhecimentos através do *Instagram* é uma intervenção eficaz no combate à educação colonial dado à grande adesão dos estudantes na rede. No caminho de escolhas das temáticas e personalidades, foi pensado muito sobre a representatividade e relevância que cada um tem sobre seus povos e comunidades.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000. *In*: ARAÚJO, Joel Zito. (Org.). **O negro na TV pública**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2010.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, LUIZ Fernandes. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, Belo Horizonte, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado em educação. Universidade de São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança** - movimentos sociais na era da internet. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, v. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/317>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. *In*: COSTA, Sylvio G.; PEREIRA, Sônia. **Movimentos sociais, educação popular e escola**: a favor da diversidade. Fortaleza: UFC, 2006.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GERLIC, Sebastián; TAVARES, Joana Brandão; TUPINAMBÁ, Potyra Tê (Org.). **Pelas Mulheres Indígenas**. Ilhéus: ONG TWYDÊWÁ, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Resolução IFCE 071/ 2017** - Aprova o Regimento Interno dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proext/ acessibilidade/arquivos/071-17-aprova-o-regimento-interno- neabi.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo - diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019

LEMONS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Mídia Locativa e Territórios Informativos. *In*: SANTAELLA, Lúcia; ARANTES, Priscila. **Estéticas tecnológicas**. São Paulo: Editora PUC/SP, 2007.

MULLER, T. M. P. **Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 77-95, maio/jun. 2018.

MUNANGA, K. Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2013.

MUNDUKURU, Daniel. **As serpentes que Roubaram a Noite e Outros Mitos.** São Paulo: Peirópolis, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

NEABI BATURITÉ. Instagram: @neabibaturite. Disponível em: <https://www.instagram.com/neabibaturite/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PAZ, Tatiana Santos da. **Ativismo em rede e processos formativos de coloniais articulados por mulheres negras no YouTube.** 2019. 205f - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

RIBEIRO, Djamilá. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Edméa O. A cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. *In*: FONTOURA, Helena; SILVA, Marco. (org.). **Práticas pedagógicas, linguagem e mídias desafios à pós-graduação em educação em suas múltiplas dimensões.** Rio de Janeiro: Anped Nacional, v. 1, p. 138-160, 2011.

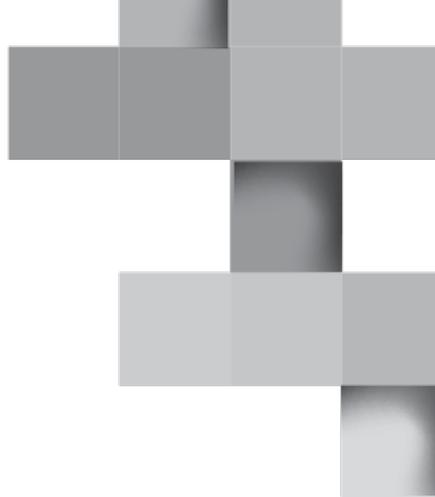
SILVA, Ana Célia da. **A Discriminação do Negro no Livro Didático.** Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas.** São Paulo: SESC, 2019.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado.** São Paulo: Todavía, 2019.





PROJETO IDENTIDADE NEGRA: CAMINHOS PARA A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO NA CIDADE DE JAGUARIBE – CE

*Francisco Mateus Bezerra Augusto
Cristiane Sousa da Silva*

INTRODUÇÃO

A educação brasileira ainda é marcada pela desigualdade em relação ao quesito da qualidade de ensino e, infelizmente, o direito de aprender ainda não está garantido a toda população brasileira. Uma marca dessa desigualdade refere-se, principalmente, ao aspecto racial. Alguns estudos relacionados à questão racial e à educação evidenciam os processos discriminatórios e de racismo que ocorrem no sistema de ensino, levando crianças, adolescentes, jovens e adultos à evasão escolar e, como consequência disto, um número diminuto de negros e negras chegam ao ensino superior do país.

O redimensionamento do papel da escola, a transversalidade de outras políticas públicas interagindo com a política de Educação e a

entrada de novos atores neste universo têm trazido para este debate a necessidade de que professores e escola apropriem-se de temáticas antes mantidas fora do ambiente escolar.

Questões relacionadas a gênero e sexualidade, ao debate étnico-racial, sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência, dentre outras, tornam-se debates recorrentes, dentro do universo educacional. Sendo assim, compreendendo o potencial transformador e estratégico da educação, enquanto direito catalisador de outros direitos, a reflexão sobre a imbricada relação entre Direitos Humanos e Educação não pode ser prescindida.

Nesse sentido, a Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001, é o grande estopim nos ganhos na esfera jurídica para a população negra, que passa a explorar sua capacidade de incluir iniciativas concretas na política educacional e nas práticas escolares. Como resultado dessa nova atitude e postura política diante da questão racial, é aprovada a Lei nº 10.639/03, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, as instituições sociais são chamadas a se posicionar contra o racismo – o movimento negro tem cobrado fortemente esse posicionamento –, e a escola é uma delas, sendo direito social e responsável pelo processo de formação humana.

Acredita-se que a superação do racismo e da desigualdade racial possibilitará transformações éticas e solidárias para toda a sociedade e permitirá o efetivo exercício da justiça social e da cidadania, que respeite e garanta o direito à diversidade. Acredita-se, também, que esse processo poderá proporcionar uma reeducação social e cultural dos brasileiros no trato com a diversidade, questionando e problematizando o mito da democracia racial. Mas para que isso aconteça, faz-se necessária a construção, na prática, de oportunidades e tratamento iguais para negros e brancos (GOMES, 2010, p. 102).

Esse novo cenário, diante da questão racial, tem gerado insegurança e desconhecimento pedagógico por parte dos/as educadores/as e da própria escola, estendendo-os para o espaço não formal e para o ensino superior. Não podemos esquecer que a educação não se limita à escolarização, ela é um processo bem mais amplo, que constrói nossa humanização e que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, entre outros.

A ampliação do direito à educação e à democratização do acesso ao ensino básico, técnico e tecnológico por meio das políticas de ações afirmativas, possibilitam entrar para o espaço educacional sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados. Sujeitos de conhecimentos, que, diante dessa realidade, chegam com seus desejos, demandas, corporeidade, valores e cultura, e passam a questionar os currículos colonizados e colonizadores, exigindo mudanças de práticas e descolonização do currículo no ensino básico, técnico e tecnológico, no tocante aos conteúdos referentes à África e aos afro-brasileiros, pois há uma necessidade de mudanças de representação e de práticas pedagógicas em relação à discussão étnico-racial neste âmbito.

De acordo com Gomes (2017), nas universidades e nos institutos federais organizam-se os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis), existentes desde meados dos anos 1990. São grupos responsáveis pela realização de pesquisas, projetos de extensão, formação de professores, pelos debates políticos e acadêmicos sobre o acesso e a permanência de estudantes cotistas nas instituições de ensino superior.

Dessa forma, o NEABI do IFCE foi criado pela Resolução nº 071, de 31 de julho de 2017, que aprova o regimento interno dos Núcleos no Instituto Federal do Ceará pelo Conselho Superior do IFCE. O regimento orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou fortalecimento dos NEABIs na rede dos Institutos Federais do Ceará.

De acordo com a Resolução acima, os NEABIs têm como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações e a ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no Instituto Federal do Ceará.

A partir deste contexto, surge o NEABI IFCE Jaguaribe, institucionalizado, a partir da Portaria N° 075, de 05 de outubro de 2017. Quanto aos membros que compõem o NEABI, especificamente no IFCE Jaguaribe, há a participação voluntária de diversos docentes das mais distintas formações (Ciências Biológicas, Educação Física, Filosofia, Pedagogia, Geografia, Literatura, entre outros), assim como técnicos/as administrativos/as (Psicóloga, Assistente social, Auxiliar Administrativo), estudantes dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnólogo em Redes de Computadores e a comunidade externa jaguaribana.

Faz-se necessário situar a cidade de Jaguaribe, localizada a 298,6 km da capital e com cerca de 35 mil habitantes, onde a população autodeclarada negra é da ordem de 22 mil habitantes, ou seja, mais da metade da população jaguaribana é composta por negros/as, refutando a ideia de que no Ceará não há negro/a, no entanto, essa construção no imaginário cearense ainda é muito reforçado nos espaços escolares.

O IFCE possui atualmente 33 *campi*, desses, 28 *campi* possuem NEABIs, sendo um na capital e o restante presente no interior do Ceará, o que possibilitou a interiorização das discussões das relações raciais, por meio dos NEABIs do IFCE, que trazem à tona narrativas e vozes até então silenciadas por parte da instituição e da falácia da inexistência de negros/as no Ceará.

O coletivo NEABI Jaguaribe é formado por discentes, técnicos-administrativos, docentes do IFCE e comunidade externa. A composição e a estruturação do Núcleo continuam aumentando e se expandido no decorrer das intervenções institucionais e de novos projetos. Tais intervenções e atividades visam contribuir e desenvolver pesquisas e ações relacionadas às discussões raciais e suas manifestações sociais, políticas e culturais, dentro da instituição e perante a comunidade externa.

Quase duas décadas após sua criação, entendemos que a lei 10.639/03 precisa se atentar às diferentes formações de ensino, a partir disso, já se pode propor reflexões sobre história africana, cultura afro-brasileira deve ser somada ao debate de raça e racismo na sociedade brasileira. Para tal, diferentes áreas profissionais devem ser expostas às leituras e práticas que contribuam para uma sociedade sem desigualdades raciais e sem racismo.

Dessa forma, surge o projeto Identidade Negra, uma parceria entre uma escola pública do interior do Ceará e o IFCE, ambas produtoras de conhecimento e reprodutoras de estereótipos racistas. Para o desenvolvimento das primeiras atividades foi escolhida uma escola que se encontra em uma zona periférica da cidade de Jaguaribe-CE, recebendo alunos dos bairros vizinhos e de sítios próximos, sendo composta por maioria de alunos negros – pretos e pardos -, mas que não se reconhecem como tal. As atividades desenvolvidas objetivaram contribuir na formação da identidade racial de estudantes negros e não-negros, na tentativa de romper com o pacto pedagógico do silêncio, tão permanente nas escolas.

As intervenções desenvolvidas no projeto identidade negra inserem-se na extensão do NEABI –Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas –do IFCE/Jaguaribe, sendo executado através de intervenções pedagógicas semanais, por integrantes do grupo, atravessando

diversos temas, como: ser negro no Brasil, cientistas negros (as), religiões afro-brasileiras, cultura negra e negros e negras na ciência.

A partir da realização do projeto, os discentes puderam, pela primeira vez, conhecer o outro lado da história da população negra, compreendendo que esta possui dois lados e que não se resume apenas ao que é apresentado nos livros didáticos da disciplina de história, que aborda apenas o lado da escravidão, deixando de lado aspectos como a luta e a resistência desse povo. Os livros dedicam-se a relatar a visão branca da escravidão, eurocêntrica, dedicando escassamente pequenos textos sobre a luta e resistência desse povo. Para entendermos a importância do projeto, precisamos questionar: qual a dificuldade das escolas em falar sobre o tema racismo? Qual a dificuldade de inserir este conteúdo nas aulas? É preciso considerar a diversidade, melhor dizendo, existem diversos contextos vividos por distintos/as jovens e adolescentes, por isso, faz-se necessário fazer valer a lei 10639/03, visto que há uma ausência de discussão das questões raciais, nessa fase da vida e no processo de escolarização. Esses grupos são fundamentais para a construção de uma nova humanidade sem racismo, que preza pelo respeito ao próximo, o com - viver com a diferença e o diálogo.

Este artigo tem como objetivo relatar experiências antirracistas exitosas, a partir de ações formativas para estudantes do ensino fundamental nos anos finais como forma de promoção da equidade étnico-racial e contribuir com novas formas de execução da Lei 10.639/03 em uma escola pública da rede municipal de Jaguaribe-Ce.

METODOLOGIA

O projeto identidade negra apoiou-se na abordagem qualitativa, a que, segundo Bogdan e Biklen (1994), exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, de que tudo tem potencial para

construir uma pista que nos permita estabelecer uma noção mais esclarecedora do nosso objeto de pesquisa.

Nesse sentido, a metodologia escolhida e mais adequada foi a pesquisa-intervenção, uma tendência dos estudos participativos, que têm estratégias de participação dos grupos sociais na busca de resolução para as problemáticas vividas – abarca-se, assim, um processo de compreensão e mudança da realidade, ou seja, todos são integrantes ativos do processo de diagnóstico da situação-problema e da construção de meios que possam resolver tais questões.

De acordo com Minayo (2012), a entrada no campo aproxima o pesquisador da realidade sobre a qual se problematizou, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade. Assim sendo, constitui um conhecimento empírico importantíssimo.

Diante desse cenário, faz-se necessário um maior cuidado e preocupação científica por parte dos pesquisadores, ao colher os dados, tanto os observados quanto os coletados, bem como na escolha das técnicas/instrumentos para realizar o trabalho de campo. A coleta de dados ocorreu principalmente através da observação participante dos encontros de formação e das ações de intervenção na escola, nos seus enfoques teórico e prático, além dos registros fotográficos e videográficos previamente consentidos. Os cuidados éticos compreendem a condução da pesquisa de forma responsável e compromissada com a dignidade pessoal e transparência de objetivos e resultados do trabalho.

Na prática, nossa metodologia teve as ações cotidianas como ponto de partida - conhecimento prévio, teoria por meio das rodas de conversas e o retorno à prática cotidiana, oficina pedagógica antirracista com o foco no cotidiano escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Educação para relações étnico-raciais na cidade de Jaguaribe

Educar em direitos humanos, além de um compromisso assumido pelos países em documentos internacionais, deve ser uma das prioridades dos governos democráticos, pois sua adoção como política pública é essencial à democracia e ao Estado Democrático de Direito (TAVARES, 2016, p. 01).

O caráter singular da educação, dentro do debate sobre direitos humanos, está justamente no duplo papel que articula. Tanto é direito humano como é por meio dela que outros direitos podem ser conhecidos, garantidos e fortalecidos. Este direito é articulador de outros tantos, não somente a partir da concepção indivisível dos direitos humanos, mas como potencializador, como espaço de fortalecimento da capacidade crítica, política e cidadã de homens e mulheres, que por meio também da educação podem compartilhar os conhecimentos socialmente construídos pela humanidade, construir outros na busca por uma sociedade justa socialmente e emancipada.

Diante desta perspectiva, a educação, enquanto direito garantidor de outros direitos, tem sido considerada um dos estandartes para o fortalecimento dos direitos humanos, seja do ponto de vista da implementação de políticas públicas educacionais, a partir da intervenção do Estado como agente promovedor destes direitos em diálogo com a sociedade civil, seja enquanto catalisadora que promova a mudança de atitudes, o compartilhamento de valores e princípios de respeito aos direitos humanos.

A universidade tem ocupado lugar de destaque e de vanguarda na produção de novas tecnologias e práticas sociais que possam redimensionar a cultura de respeito aos Direitos Humanos. Conquanto

um preceito de caráter nacional, a Lei nº10.639/03 se volta para a correção de uma desigualdade histórica que recai sobre um segmento populacional e étnico-racial específico, ou seja, os negros brasileiros. Ao fazer tal movimento, o Estado brasileiro, por meio de uma ação educacional, sai do lugar da neutralidade estatal diante dos efeitos nefastos do racismo na educação escolar e na produção do conhecimento e se coloca no lugar de um Estado democrático, que reconhece e respeita as diferenças étnico-raciais e sabe da importância da sua intervenção na mudança positiva dessa situação.

Espera-se que, ao longo dos anos, o caráter emergencial dessa medida de ação afirmativa dê lugar ao seu total enraizamento enquanto lei nacional, a ponto de passar a fazer parte do imaginário pedagógico e da política educacional brasileira, e não mais ser vista como uma legislação específica. Nesse caso, entendida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº10.639/03 poderá garantir aquilo que os defensores das ações afirmativas pleiteiam, ou melhor, que as políticas universais brasileiras incluam e garantam, de forma explícita, o direito à equidade.

De acordo com Gomes (2012), todo esse processo e a própria existência da Lei nº10.639/03 localizam-se em um campo mais complexo e tenso, isto é, o contexto das relações étnico-raciais. Mas, afinal, o que queremos dizer com o termo “relações étnico-raciais” ao pensarmos em projetos, políticas e práticas voltadas para a implementação da Lei nº10.639/03, enquanto uma alteração da Lei nº 9394/96 – LDB? São relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras, nos quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária. Trata-se, portanto, de relações construídas no processo histórico, social, político, econômico e cultural.

Na visão de Silva (2008), vivemos imbricados, desde a nossa educação básica, em saber a história e cultura de apenas um povo. Ao chegarmos ao ensino superior, seja ele público ou privado, repete-se o mesmo roteiro e pensamento: não somos convidados a pensar de outra maneira. Apesar dos avanços nos marcos legais, o trato com a questão racial naturaliza-se e se reproduz o racismo, prevalecendo o mito da democracia racial e silenciando mais uma vez o debate e o diálogo.

Vivemos numa sociedade que introjeta e perpetua um pensamento racista, desde o tempo da escravização, um imaginário que é reforçado no âmbito social e nas instituições escolares. São importantes e necessários espaços de formação, no que concerne à questão racial, para desconstruir pensamentos enraizados que relatam e enaltecem uma história apenas a europeia/ocidental. Por isso, a Lei nº 10.639/03 é um conhecimento que deve ser ministrado em todos os níveis e modalidades de ensino de forma integrada e interdisciplinar. De autoria de Amauri Mendes Pereira (2005), o texto intitulado “Quem não pode atrapalhar, arroteia: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da Lei nº 10.639/03” retrata o fruto da luta do movimento negro, a legalidade foi uma vitória de muitas reivindicações no que se refere à educação – entretanto, a ineficiência do seu cumprimento nas instituições educacionais ainda é enorme. Há uma perpetuação dessa omissão e a falta do cumprimento legal. Temos uma carência nesse âmbito e um abismo pedagógico no que concerne à implementação da lei nas escolas e na universidade, o que compromete e fragiliza sua aplicabilidade.

Para tanto, precisamos, antes de mais nada, compreender que vivemos num país pluricultural e atentarmos para as experiências educativas que o professor propicia aos seus estudantes. A partir do momento em que considero apenas uma forma de saber, como

afirmaram Gonçalves e Silva (2011), a diferença torna-se invisível, caímos na velha ilusão e falácia da democracia racial, de que somos todos iguais, incapazes de perceber as vozes e os conhecimentos ocultos e apagados nos currículos escolares.

A Lei nº 10.639, o Parecer CNE/CP 03/2004, a Resolução CNE/CP 01/2004 e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais trazem possibilidades de reafirmação e ressignificação da importância da nossa pertença étnica, além de permitir o conhecimento da nossa própria história e cultura. Pode-se considerar que a inclusão dos conhecimentos sobre a cultura e história africana e afro-brasileira, no âmbito do currículo escolar, representa um progresso na educação brasileira.

Dessa forma, Silva (2008) afirma que no ensinamento da cultura africana, só terá sentido o que for aprendido pela ação, ou seja, aprende-se o que se vive, e muito pouco sobre o que se ouve falar. Dito de outra forma, de pouco adianta falar de consciência negra, valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, se não há como colocá-la em prática, executar a tarefa, vivenciá-la com ações concretas, a fim de desenvolver estratégias de combate ao racismo na educação brasileira. Ou seja, esse pensamento coaduna com o que Cavalleiro (2001) chamou de educação antirracista, o reconhecimento positivo da diversidade racial, um cotidiano que respeite a diferença não apenas no discurso, mas na prática.

A execução do projeto ocorreu nos dois semestres letivos de 2019, através da parceria IFCE, por meio do NEABI, e a escola pública EEF Professor Gutenberg Barbosa Silva. Nesse período, atendemos cerca de 120 educandos, do 8º e 9º anos. No total, atendemos, em média, 120 alunos da referida escola.

As atividades buscavam a reflexão dos educandos, propondo mudanças de comportamento e assim agir no combate ao racismo que

envolve a sociedade brasileira. Para tal, os integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas reuniam-se às quartas-feiras, para apresentar resultados das atividades e o planejamento da equipe responsável pela execução da atividade na semana seguinte.

As rodas de conversas e oficinas pedagógicas antirracistas aconteceram de forma lúdica e dialogada, uma vez por semana, com professores e estudantes dos anos finais do ensino fundamental II. No primeiro momento, os bolsistas faziam o levantamento do conhecimento prévio dos estudantes. Nesse momento, foi tratado do assunto como conteúdo, através de explanação teórica e debates. Já na segunda etapa, das oficinas pedagógicas antirracistas, foram propostas dinâmicas para debater os assuntos sobre os quais já tinham conhecimento teórico, buscando sempre desmistificar os mitos criados sobre a população negra.

As intervenções propostas passavam pelos temas listados, a saber: Ser negro no Brasil, Negros e Negras nas ciências, Cultura Afro-brasileira, Religiões de Matriz Africana e, por fim, Negros e Negras na universidade, sendo as primeiras semanas destinadas às rodas de conversas e, por conseguinte, abordagem das oficinas pedagógicas antirracistas.

Neste artigo escolhemos os dois primeiros temas que foram abordados no projeto Identidade Negra para relatar a experiência vivida no âmbito da educação das relações étnico-raciais.

Na primeira semana, foi realizada uma pesquisa com os educandos, buscando entender como o racismo afetava suas vidas. Por conta do racismo velado existente no Brasil, eles não conseguiam perceber o racismo no seu dia a dia. Além da pesquisa, foi realizada a apresentação do projeto com a proposta de atividades a serem executadas naquelas semanas seguintes.

Ao chegar na segunda semana, entramos nos temas elencados acima, o tema ser negro no Brasil utilizou de duas semanas para sua execução teórica, por ser complexo e a quantidade de reflexões existentes nas questões étnico-raciais no Brasil.

Na primeira parte, foram colocados no chão do auditório da escola, situações de racismo que acontecem no dia a dia e muitas vezes são repassadas como brincadeira inofensivas. Os educandos tinham de pegar essas situações, debater em grupo o que estavam vendo naquelas folhas, depois promover um processo de socialização e discussão para a percepção do racismo no cotidiano.

Na semana seguinte, ainda no tema anterior, os estudantes foram levados ao pátio, colocados de ombro a ombro, eram realizadas algumas perguntas. Cada vez que um deles tivessem passado por aquela situação, daria um passo para trás, enquanto os que não sofreram com aquelas questões em suas vidas, davam um passo à frente, no fim, eles podiam olhar para trás e observar as diferenças entre eles. Na segunda parte daquele dia, no auditório da escola, eles debateram sobre as situações, analisando como o racismo afeta a vida de brancos e negros. Ainda no auditório da escola, os alunos tinham uma árvore onde colocavam em partes específicas situações de racismo, locais onde acontecem, razões para tais acontecimentos e possíveis ações de combate.

Munanga (2009) entende que a identidade negra não é apenas uma divisão de luta dos oprimidos, pois a população negra tem questões particulares e específicas que apenas ela pode solucionar, embora conte com a solidariedade de outros grupos da sociedade. Entre as especificidades dos/as negro/as/as estão a alienação de seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história, ocasionando sua “inferioridade”, baixa autoestima, não conhecimento e falta de consciência histórica e política.

Ainda para esse autor, na busca incessante de sua identidade, o/a negro/a/a poderá desvincular-se de sua imagem de inferioridade, a partir do momento em que ele se coloca no mesmo patamar de igualdade com os demais oprimidos, pois, para o autor, essa é a condição inicial para uma luta coletiva.

Gomes (2003) afirma que a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural. Significa a construção do olhar de um grupo ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro, ou seja, partindo desse pressuposto, essa construção da identidade negra se dá pelo olhar de si e do outro.

Conforme os estudos de Gomes (2003), faz-se necessário constituir uma identidade positivada em uma sociedade racista que, historicamente, sempre negou e silenciou esse ser negro/a, pois, para se integrar e ser aceito socialmente, primeiro é preciso negar-se a si mesmo. A produção da invisibilidade, tanto histórica quanto cultural, naturaliza o tratamento e o sentimento discriminatório e racista sobre a população negra.

Na semana seguinte, tratamos dos negros e negras na ciência, o objetivo era debater os estereótipos de cientista masculino e branco, observando que pessoas negras podem e são cientistas e produzem conhecimento. Para esse debate foram apresentados cientistas negras(os). Com isso, revela-se cada vez mais urgente pensar o rompimento do silêncio dos currículos sobre as questões raciais. É necessário tornar público o “falar”, e Ribeiro (2017) aponta no seu trabalho quais vozes são legitimadas e quais não o são sobre a questão africana e afro-brasileira nas áreas de humanas, exatas e saúde. Como bem afirma Fanon (1997), é necessário romper com o passado colonial herdado da escravidão. Este, com seu extermínio físico e simbólico, significa, para as universidades, compartimentar as ciências em disciplinas isoladas em relação aos pro-

blemas da realidade – assim, o saber científico ganha um status superior em detrimento dos saberes de novos grupos e pessoas constituídas cientificamente e socialmente como diferentes.

O rompimento se dá com essa ciência e tecnologia que conta uma única história, de uma única população e que já não nos contempla, uma epistemologia permeada de equívocos e silenciamentos a respeito de outras formas de se fazer ciência. No entanto, sabemos que ao pensar um cientista, por exemplo, o que nos vem à cabeça? Um homem, branco, de jaleco, no laboratório fazendo seus experimentos. Esse pensamento é fruto de uma construção e reprodução do racismo estrutural que a escola precisa desconstruir para reescrever novas narrativas científico-acadêmico.

Afinal, o processo formativo e de conhecimento é um processo de transformação e de libertação. Nesse sentido, a descolonização do conhecimento é fundamental para promoção da pluralidade no campo das ciências e tecnologias na escola. Aliando a questão de gênero à étnico-racial, ao fazer essa referência, apresentaremos outras histórias a partir de mulheres negras, tirando-as do lugar de subalternização e opressão para ocupar o lugar de intelectuais e produtoras de epistemologias no enfrentamento do racismo e patriarcado que impedem, muitas vezes, sua ascensão social e profissional.

Faz-se necessário entender que as mulheres negras e brancas não partem do mesmo lugar. Além de enfrentarem o machismo, as mulheres negras também têm que lidar com o racismo. Se observarmos os dados sociais, econômicos, elas lideram os piores índices de trabalho, saúde, renda, escolaridade. Para mudar a estrutura da nossa sociedade, precisamos mexer na base dessa pirâmide da desigualdade. As áreas científica e tecnológica sempre foram vistas por um viés da elite, um lugar socialmente criado para ser ocupado por não-negros, pois o lugar social construído para a população negra foram os subempregos,

sub-servir aos outros. Ao mexer nessa base da pirâmide, a sociedade começa a se mover no sentido de romper com as barreiras impostas do racismo que estrutura e é estrutural na nossa sociedade.

Após as rodas de conversas, os estudantes participaram das oficinas pedagógicas antirracistas, de forma lúdica e dinâmica, na construção de ações e atitudes antirracistas, a partir dos assuntos abordados anteriormente como foi relatado até aqui, buscando sempre caminhos para a desconstrução do racismo.

Trouxemos a experiência da oficina pedagógica antirracista de turbantes. Inicialmente, dialogou-se com os alunos sobre a cultura africana, mais especificamente sobre turbantes. Para se discutir sobre seu significado e o seu uso, expuseram-se imagens de pessoas utilizando este adorno, como príncipes, princesas, religiosos entre outros. Vale ressaltar que, nas imagens apresentadas, havia tanto mulheres como homens, a fim de desconstruir um possível preconceito a respeito do uso do turbante como um elemento exclusivamente feminino.

Para a realização da oficina, foi explicado o contexto da criação do turbante, como também seu uso e significado. Considerando e optando-se por ressaltar principalmente o uso do turbante relacionado ao significado de empoderamento, de importância social e de riqueza, e de sua representação e uso por reis, rainhas, príncipes e princesas, foi possível ressignificar o uso dessa indumentária, a fim de promover e proporcionar valorização à cultura e ao povo africano e afrobrasileiro.

Após toda a discussão introdutória deste elemento cultural, deu-se continuidade à atividade por meio da vivência afro pedagógica. Para tal procedimento, organizaram-se os alunos em duplas e/ou individualmente. Posteriormente, foram entregues tecidos para darem início às amarrações dos turbantes, a partir da explicação dos bolsistas responsáveis pela atividade.

Dessa forma, foram trabalhados três tipos de amarrações de turbantes, em que os bolsistas responsáveis ensinavam cada uma atra-

vés de demonstrações e exemplificações. A partir disso, os estudantes tinham a opção de ou realizarem em si mesmas ou entre si. Vale ressaltar que também se discutiu o viés e a importância do cunho religioso do turbante, especialmente para a religião do Candomblé. Porém, não gerou reação negativa ou problemática referente ao contexto ou significado do uso do adorno.

É importante frisar que todos os estudantes, unanimemente, tanto meninos como meninas, quiseram e fizeram os turbantes, o que evidencia que elas não tiveram estereótipos preconceituosos ou alusões de gênero. Isso, provavelmente, pode ser explicado pelo processo dialógico que possibilitou um outro olhar, a partir do processo histórico do uso do turbante, ao qual primordialmente era restrito aos homens, e não às mulheres.

Posteriormente é que o adorno foi permitido às mulheres para serem usados, sem mais nenhuma distinção ou restrição. Todavia, Lody (2004, p. 19) afirma que “o espaço da cabeça identifica a pessoa. A cabeça e os cabelos têm esse poder sobre as pessoas: quem é, o que faz, qual o seu lugar no grupo, na sua comunidade, na sociedade”.

O uso desse adorno implica também uma prática política dos movimentos afro-diaspóricos, tendo a África como referencial identitário, histórico e estético que legitima práticas e costumes. Lody (2004) é categórico ao afirmar a influência da cultura africana na cabeça dos negros brasileiros. Os penteados e turbantes são, na opinião do autor, “um dos nossos fortes elos com a África e [...] um modo criativo de ser ‘africano’ no Brasil” (LODY, 2004, p. 19).

Por fim, reiteramos a necessidade “descolonizar as nossas mentes para poder produzir algo que distinga, em uma diferença, o que é produto da hierarquia e o que não é” (SANTOS, 2007, p. 35), daí a relevância de abordar temas acerca da questão racial, assim há a transformação das experiências em objetos presentes,

em novos conhecimentos. O epistemicídio com a história e cultura da população negra não é de hoje, é desde o sequestro dos africanos para cá, o processo de colonização foi muito cruel com nossos corpos e nossas narrativas.

CONCLUSÕES

As rodas de conversas e as oficinas pedagógicas antirracistas foram de extrema relevância para que pudéssemos refletir a respeito das bases racistas que a instituição escolar foi fundada. Notamos que com o decorrer das oficinas, os educandos puderam reconhecer o racismo e desnaturalizar as “brincadeiras” racista do dia a dia.

O projeto identidade negra tomou importância social, pela primeira vez no município foi discutida a questão do racismo de maneira tão intensa, ele atravessou os muros escolares e chegou até as casas dos educandos através do diálogo, os participantes deixaram de ser ouvintes, e passaram ao papel de protagonistas do conhecimento.

Com o projeto Identidade Negra, colocamos em prática uma educação antirracista em parceria com o NEABI Jaguaribe, demonstrando a importância de a instituição superior estar em parceria com as escolas, criando e fortalecendo laços, e através desses ir aos poucos desconstruindo o racismo na instituição escolar.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico cultural. *In: Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. *In: Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. 1. ed. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *In: FONSECA, Marcus Vinícius (Org.). Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LODY, Raul. **Cabelos de axé: identidade e resistência**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades, 2009.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetórias e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Alerj, 2005.

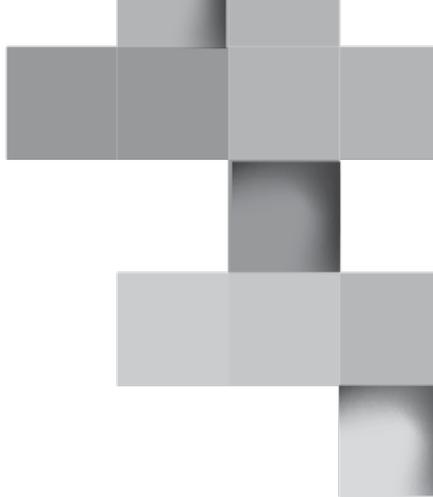
RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SILVA, Petronilha B. G. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. *In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TAVARES, Christiane Andrade Régis; FREITAS, Kátia Siqueira de. **Extensão Universitária: o patinho feio da academia?** Jundiá: Paco, 2016.





LEMBRANÇAS DE INFÂNCIA: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA

*Cristiane de Sousa Florêncio
Francélio Angelo de Oliveira*

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), Campus Acaraú, está inserido em uma comunidade marcada por histórias de povos indígenas e quilombolas que vivem lutas recentes pelo direito à terra, à educação escolar diferenciada, à saúde, dentre outros direitos.

Na região do Baixo Vale do Acaraú, constituída pelos municípios de Acaraú, Itarema, Cruz, Bela Cruz, Jijoca de Jericoacara, Marco, Morrinhos e Santana do Acaraú, há forte presença dos povos indígenas da etnia Tremembé, distribuídos entre os municípios de Acaraú e Itarema e que habitam atualmente as áreas indígenas de Tremembé de Queimadas (Acaraú), Córrego João Pereira (Itarema e Acaraú), Córrego das

Telhas (Acará) e Tremembé de Almofala (Itarema). Além da presença indígena na região, há comunidades onde vivem remanescentes de quilombos, como a comunidade de Córrego dos Iús, localizada no distrito de Aranaú, a 42 quilômetros da sede do município.

Apesar da existência dessas comunidades na região, percebe-se ainda a carência de espaços e recursos que possibilitem à população local o acesso à história cultural dos povos remanescentes quilombolas e das comunidades indígenas existentes nos municípios de Acaraú e Itarema, como forma de reconhecimento de sua ancestralidade e origens, valorização dessas heranças e visibilidade das problemáticas presentes nessas comunidades tradicionais advindas do processo de construção social e econômica da região.

Esses espaços de debates tornam-se relevantes porque reconhecem os processos de construção, manutenção e transformação da região a partir das memórias coletivas, do processo histórico e das estratégias adotadas para resistência e sobrevivência dos povos quilombolas e indígenas no Baixo Vale do Acaraú.

Nesse contexto surgiu a proposta de desenvolver no IFCE o projeto de extensão “Lembranças de infância: valorização do patrimônio cultural afrodescendente e indígena”, submetido e aprovado no edital PAPEX de Nº 02/2019 do Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão - PROEXT/ IFCE e que terá suas vivências compartilhadas no referido relato de experiência.

O projeto teve a pretensão de compartilhar saberes do patrimônio cultural e histórico dos povos afro-brasileiros e indígenas dos municípios de Itarema e Acaraú, de forma reflexiva e com experimentações diversas que despertaram memórias afetivas onde estão presentes heranças da cultura afrodescendente e indígena relacionadas à culinária, manifestações religiosas e artísticas, brincadeiras, den-

tre outros saberes e costumes, favorecendo o respeito, valorização e promoção das diversas culturas existentes na região, tendo como culminância a realização de um evento e exposição itinerante como fruto da pesquisa realizada nas comunidades Tremembés da Varjota e Quilombolas do Córrego dos Iús.

Portanto, o referido artigo se propõe a relatar a experiência vivida a partir do desenvolvimento do projeto “Lembrança de Infância: valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e indígena”, bem como discutir seus resultados.

A realização do projeto, objeto do relato de experiência, justifica-se pela possibilidade de levar ao público assistido, o reconhecimento quanto à importância dos povos indígenas para a construção da identidade brasileira e sua influência cultural, e enraizamento de sua herança, presente em nosso dia a dia, como: hábitos, costumes, crenças, vocabulário, culinária dentre outros, além de colaborar com o debate quanto ao desenvolvimento de ações que caminhem para a preservação da história indígena que se ancora na aprendizagem baseada no respeito e na valorização das diferenças culturais, visando conhecer e valorizar os povos indígenas e sua cultura.

O referido artigo em formato de relato de experiência oferece a possibilidade de compartilhamento e disseminação de uma prática de empoderamento da cultura negra e indígena, ampliando o acesso de seus resultados aos estudantes e gerando outras possibilidades de interagir com a diversidade cultural e as questões basilares da região.

A história e a cultura afro-brasileira e indígena estão longe de serem temas valorizados pela comunidade em geral, passando a ser unanimidade no contexto brasileiro. Mesmo que estas temáticas tenham ganhado certa visibilidade e impulso por meio do documento

legal da Lei 11.645/08, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e indígena”, sua efetividade continua tendo uma frágil e difícil presença na sociedade brasileira. Não obstante, o empoderamento das histórias e disseminação das culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros nas diversas instituições de ensino, principal foco da Lei, ainda se reverbera de forma muito tímida, não sistemática e pouco institucionalizada (BRASIL, 2008).

Entretanto, o processo de debate sobre o seu papel e importância tem se iniciado por todos os lugares do país, o que não deixa de ser animador e esperançoso. Os espaços educativos, por sua vez, devem ter como uma de suas funções sociais a adequação e articulação do cidadão às suas realidades regionais e históricas, consubstanciadas pela promoção da vida em coletividade, na medida do avanço para a valorização do seu patrimônio cultural.

Dessa forma, tematizar essas questões não se restringe puramente ao acesso dessa história cultural dos povos afro-brasileiros e indígenas em si, mas na oportunidade de conhecer um saber reconhecidamente regional e tradicional no Ceará, que envolve desde os costumes, culinárias até as manifestações religiosas e artísticas dessa comunidade. O reconhecimento da presença das heranças ancestrais e valorização de tais elementos fortalecem a identidade social dessa região e promovem o encontro da população com suas origens por meio das memórias e narrativas dos povos.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva exerce significativo papel social, que é a preservação de uma “comunidade afetiva”, observada no processo de coesão social. O autor afirma ainda que o processo de constituição da memória ocorre de forma seletiva, considerando e se apropriando dos elementos que surgem do acordo entre a memória individual e a memória coletiva. Portanto, a memória é vista como uma construção não somente ligada ao que é lembrado,

mas também ao que foi esquecido ou silenciado e o resultado dessa negociação entre os pontos de comum acordo são compartilhados, o que é aceito e o que não é.

Na perspectiva apontada por Pollak (1989), memorar seria a reinterpretação constante do passado em razão do presente e também do futuro, e a memória, o resultado de estratégias ou lutas que buscam uma definição para determinadas narrativas, normalmente escondidas e negadas pela legitimidade de memórias oficiais, que envolve pessoas, grupos e instituições acerca de determinadas categorias êmicas. Nessa perspectiva, o autor enfatiza que as memórias coletivas de grupos marginalizados e minorias sofrem a influência das tentativas de silenciamento de suas lembranças por memórias oficiais, ou seja, a memória construída por atores que possuem o interesse de que essas lembranças sejam esquecidas ou renegadas.

Na perspectiva apontada por Pollak (1989), percebe-se que nas memórias coletivas dos povos pesquisados não há presença de histórias que apresentam relatos de sofrimentos advindos da escravização dos negros ou da tentativa de colonização, catequização e aculturação dos indígenas, ou ainda a censura ou o silenciamento das pessoas entrevistadas ao serem questionadas sobre as práticas de religiões de matriz africana.

A memória enquanto construção coletiva dos acontecimentos anteriores e das suas interpretações, também possui o papel de construir laços afetivos, reforçando a pertença das pessoas em relação ao seu grupo, em que a referência ao passado serve para definir e reforçar sentimentos de coletividade.

No estudo da memória, o presente e o passado são conectados graças às narrativas transmitidas de geração a geração, narrativas que variam de narrador para narrador, sempre relativas, pois cada um deles introduz alguma singularidade particular, agregando outros elementos às narrativas que vai desencadear na elaboração da memória coletiva através da transmissão das experiências. O trabalho

da memória, então, percebe fragmentos, pequenos acontecimentos, e os tece em uma rede de significados representativos pelo grupo em questão (HAERTER, 2010).

A memória, dentro desta perspectiva, é importante porque ajuda a perceber os elementos culturais que se apresentam como comuns ao grupo e aqueles diferentes do mesmo, constituindo, assim, uma categoria antropológica fundamental para a compreensão da pertença e da manutenção de fronteiras étnicas. A Ancestralidade, por sua vez, traduz numa experiência de forma cultural que, por ser experiência, para além do conceito, tornou-se uma categoria capaz de dialogar com a experiência africana em solo brasileiro (OLIVEIRA, 2012).

A ancestralidade é um território sobre o qual se dão as trocas de experiências: sígnicas, materiais, linguísticas etc., que se dá e continua num processo contínuo de movimentos, assim se renova a cada instante, ligando e religando passado e presente, possibilitando um futuro. Fruto do agora, a ancestralidade ressignifica o tempo do ontem. Como experiência do passado, ela atualiza o presente e desdenha do futuro, pois não há futuro no mundo da experiência (OLIVEIRA, 2007).

Ancestralidade é uma teia constituída de movimento, pensamento, sentimento, ação, tendo um significado para além de uma relação de parentesco consanguíneo, como no início do século XX, mas como o principal elemento da cosmovisão africana no Brasil. É histórica e geográfica, que conecta o visível e o invisível, espalhando-se entre os africanos e, especialmente, nos filhos das diásporas que, enraizados em suas culturas, ultrapassam o tempo, reconhecem sua origem e encantam-se, é sensibilidade e saudade (MACHADO, 2014).

Nesse contexto, a ancestralidade de negros escravizados e povos originários, as suas estratégias de territorialização e a própria memória coletiva, são elementos que contribuem para que os membros do quilombo e do aldeamento pesquisados se autoidentifiquem como

comunidades tradicionais e continuem coesos em suas tradições e lutas. Portanto, o contato com esse passado que ainda se faz presente nos conecta à valorização do patrimônio imaterial dos povos afro-brasileiros e indígenas e o reencontro com as nossas origens a partir das narrativas e memórias compartilhadas por seus representantes.

METODOLOGIA

A apresentação e caracterização do projeto evidencia uma escolha por uma metodologia de base qualitativa, ancorada na premissa de que as pesquisas qualitativas atendem a questões muito particulares, com nível de realidade que não prevê a quantificação (MINAYO, 2009). Por esse motivo, a característica deste trabalho é descritiva, pois fomenta a essência qualitativa de natureza descritiva que possibilita a análise da comunidade, seus traços característicos, descrevendo seus fenômenos, buscando descobrir sua natureza, causas e relações com outros fatos.

Com o intuito de realizar o projeto, estruturaram-se as seguintes ações: 1) Composição e sensibilização da equipe de trabalho; 2) Aproximação do patrimônio histórico e cultural dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios de Itarema e Acaraú; 3) Planejamento do evento de culminância a partir do levantamento realizado nas comunidades dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios de Itarema e Acaraú; e 4) Exposição sobre o acervo histórico cultural dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios de Itarema e Acaraú.

A primeira etapa deu-se com a composição da equipe de execução, que contou com membros do Neabi, formado por servidores, discentes e representantes da comunidade externa. Após formação e sensibilização dos envolvidos, houve a etapa de planejamento das ações necessárias à realização do levantamento do patrimônio cul-

tural e histórico indígena e afro-brasileiro, bem como a definição da exposição dos resultados obtidos por meio da pesquisa.

Para realizar o mapeamento dos aspectos culturais indígenas e afrodescendentes, foi realizada uma pesquisa de campo por meio da visita à comunidade indígena Tremembé da Varjota, localizada em Itarema, e à comunidade de remanescentes quilombolas do Córrego dos Iús, situada em Acaraú.

Em Itarema, especificamente no distrito de Almofala, está concentrada uma população da etnia Tremembé estimada de 3.500 pessoas, compreendendo uma faixa de 4.900 hectares, subdividida em duas áreas: Região da Praia e Região da Mata (CABRAL, 2014). A escolha pelo aldeamento da Varjota deve-se à sua representatividade populacional dentre as aldeias do Povo Tremembé da Região Norte, além da possibilidade de dar visibilidade à comunidade.

A Comunidade Córrego dos Iús está localizada no distrito acarauense de Aranaú, a 42 quilômetros da sede do município. De acordo com as narrativas de moradores mais antigos, os 61 primeiros moradores do Córrego dos Iús teriam vindo da Bahia para buscar refúgio nas matas da província do Ceará. Em 2014, a comunidade conquistou o documento emitido pela Fundação Palmares, afirmando a autodefinição dos moradores do Córrego dos Iús como remanescentes de quilombo, onde atualmente vivem aproximadamente 80 famílias (LIMA, 2018). O levantamento da história dos povos pesquisados foi realizado a partir de entrevistas com representantes das comunidades realizadas durante os meses de setembro e novembro de 2020. A fase de planejamento do evento e exposição foi composta por ações voltadas à logística necessárias ao momento, tais como agendamento de transporte, aquisição de materiais e serviços por meio da utilização de recursos oriundos da PROEXT, bem como a definição da programação do evento e comunicação na comunidade acadêmica e externa sobre sua realização. A

sede do Campus Acaraú foi escolhida como local para realização do evento de culminância do projeto pelo fato de receber frequentemente pessoas dos municípios circunvizinhos.

As atividades foram destinadas a 50 pessoas, compreendidas pelas famílias indígenas e quilombolas que foram convidadas a participar do evento com traslado oferecido pelo IFCE; ao público interno, composto por aluno(a)s regularmente matriculados na instituição, docentes, servidore(a)s em geral; alunos e docentes da educação básica municipal e estadual, bem como, à comunidade externa.

A divulgação do evento foi realizada por meio das mídias digitais (*Facebook, Instagram, mala direta de e-mails*) e compartilhamento de mensagens por aplicativos (*WhatsApp*), bem como por canais de comunicação local, como a rádio Acaraú FM 91.5.

O evento foi realizado no dia 27 de novembro de 2020, tendo sua programação composta por apresentações culturais, realização de narrativas conduzidas por representantes das comunidades quilombola e indígena, palestra sobre a origem e história de Acaraú, além de exposição do patrimônio cultural afrobrasileiro e indígena.

Após realização do evento, a equipe de realização do projeto avaliou os resultados, bem como as estratégias de divulgação dos resultados pela área de comunicação social do campus e durante o Seminário de Extensão (SEMEX) ocorrido em dezembro de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a elaboração do projeto, foram propostos como resultados possibilitados pela realização da ação de extensão: 1) Aproximação dos alunos e comunidade externa ao patrimônio histórico imaterial e cultural dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios Acaraú e Itarema; 2) Visibilidade e valorização da história e da cultura afrodescen-

dente e indígena pela comunidade em geral; 3) Articulação e intercâmbio cultural do IFCE, Campus Acaraú, junto às comunidades indígenas e quilombos e comunidade externa de forma geral; 4) Documentação das memórias e saberes indígenas e afrodescendentes obtidas a partir da pesquisa de campo para realização do evento para contribuir com a preservação da cultura e rituais de resistência existentes nestas comunidades; 5) Criação de um inventário com dados e informações sobre aspectos relacionados à culinária, manifestações religiosas e artísticas dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios de Itarema e Acaraú como forma de preservar e compartilhar posteriormente estes saberes entre outras instituições da rede federal de ensino, bem como escolas da educação básica, Neabis entre outros grupos e organizações; 6) Elaboração de banco de imagens e artefatos sobre a cultura dos povos indígenas e quilombolas e o 7) Fortalecimento das ações do Neabi no IFCE Campus Acaraú e na rede como um todo. Diante da exposição dos resultados esperados pelo projeto, serão compartilhados deste ponto em diante as etapas, experiências e resultados obtidos por meio da promoção do referido projeto.

A etapa de pesquisa de campo colaborou com a construção de um vínculo entre o IFCE e Neabi e Comunidades Tremembé da Varjota e Quilombola do Córrego dos Ius. Tal aproximação possibilitou um conhecimento maior sobre a realidade vivenciada nessas localidades e uma perspectiva sobre como o IFCE e o Neabi poderão colaborar com o trabalho dessas comunidades. Tal aproximação poderá favorecer a realização de projetos futuros para a promoção das memórias e valorização da cultura afrobrasileira e indígena na região.

Durante as visitas para mapeamento do patrimônio cultural indígena e afrobrasileiro, os pesquisadores puderam perceber o interesse das lideranças e representantes entrevistados quanto à participação e colaboração no projeto.

Na pesquisa de campo na comunidade quilombola do Corrego dos Iús foi possível conhecer a origem do quilombo e sua luta pelo direito às terras e demarcação, momento que os levou a se organizarem em busca da autoidentificação e reconhecimento como remanescentes do quilombo.

As heranças culturais africanas também estiveram fortemente presentes na descrição das manifestações culturais, como o samba, ritmo originário dos antigos batuques trazidos pelos africanos que vieram como escravizados para o Brasil, e que foi relatado pelos entrevistados como uma de suas formas de expressão artística, presente nas comemorações ou lazer dos moradores. Os mais antigos que tocam instrumentos de batuque são autodidatas ou aprenderam a tocar através dos seus pais e avós.

Na culinária também há forte presença do grão de milho, seja como farinha ou pipoca, bem como se mantém a tradição do processo de produção de farinha de mandioca nas tradicionais casas de farinha. Há presença de artefatos confeccionados com palha da carnaúba e galhos de árvore e cordões extraídos da natureza. Houve também alguns relatos sobre manifestações religiosas que remetem às religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, praticadas em tempos antigos, mas que atualmente são práticas extintas, em que comentários sobre esse passado são censurados ou falados em sigilo.

Um dos pontos críticos observados durante a pesquisa de campo é a vulnerabilidade social presente na comunidade, também foi percebida a desassistência por políticas e serviços públicos, tais como atendimentos por profissionais da área da saúde, que só conseguem ser obtidos na sede de Acaraú, bem como a ausência do serviço de saneamento básico e a precariedade no serviço de coleta de lixo.

A primeira visita ao aldeamento dos Tremembés da Varjota foi realizada na Escola Indígena Tremembé José Cabral de Sousa, onde os

pesquisadores foram acolhidos pela diretora, professora Dadinha, que convidou duas lideranças para participar do momento, a D. Diana e o Sr. Maroca. Durante a conversa, foi mencionado o processo pela luta de território quando a agroindústria Ducoco invadiu das terras do aldeamento para plantio de coqueirais. A implantação da indústria impactou negativamente na fauna e flora da região, e consequentemente, nas principais atividades econômicas de seus moradores: agricultura e pesca. Assim como no Córrego dos Iús, a autoidentificação e reconhecimento surgiu a partir da luta por direito à terra.

As lembranças da avó com o terço na mão rezando e cantando, reunindo as crianças às 18 horas para rezar o rosário em devoção à Nossa Senhora de frente ao oratório de madeira, as novenas e festejos nos dias de santo durante a juventude, relatados nas narrativas do Sr. Maroca e D. Diana demonstram a forte influência do catolicismo do período colonial. Mas também há herança de seus parentes indígenas nas manifestações religiosas, mantendo a fé nas forças da natureza e nos espíritos dos antepassados, chamados de encantados, bem como a cura por meio da reza e das rezadeiras, a produção de garrafadas com ervas, raízes e sementes para uso medicinal.

O uso da palha, madeira e barro na produção de utensílios de uso doméstico ou para produção alimentícia de subsistência ou para fins comerciais também está presente nas narrativas dos entrevistados.

Também há reconhecimento da escola de educação diferenciada que assiste alunos desde o ensino infantil ao ensino médio como uma grande conquista da comunidade e forma de preservação e perpetuação de sua cultura, conforme escritos na parede da escola inspirados nas palavras de D. Diana: “Queremos uma escola que não mude o nosso jeito de ser”.

Para a conversa também foram convidados representantes do corpo docente da escola, que trouxeram relatos semelhantes aos

narrados pelos mais velhos. Os professores comentaram sobre suas experiências durante a realização do Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (Mits), ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), conquistado por meio da articulação da comunidade e construído a partir da vivência dos professores Tremembé.

A segunda visita realizada na comunidade Tremembé da Varjota possibilitou o acompanhamento de manifestações culturais realizadas por crianças da comunidade e orientada pelos mais velhos, como o ritual do Torém e o rezo, uma versão Tremembé do reisado. Também foi possível acompanhar a reunião na associação comunitária de moradores entre agentes de saúde, representantes da Prefeitura de Itarema e membros da comunidade, compartilhando saberes relacionados à cura por meio da espiritualidade indígena e natureza.

Diante do exposto, a realização da pesquisa de campo possibilitou a documentação das memórias e saberes indígenas e afrodescendentes, a criação de um inventário com dados e informações sobre aspectos relacionados à culinária, manifestações religiosas e artísticas dos remanescentes indígenas e quilombolas e a elaboração de banco de imagens e artefatos sobre a cultura dos povos indígenas e quilombolas.

A culminância do projeto ocorreu durante a realização do evento no Campus Acaraú no dia 27 de novembro, durante os períodos da tarde e da noite. Para oportunizar a representatividade dos povos quilombolas e Tremembés e gerar aproximação entre as comunidades e alunos, foi disponibilizado traslado até o local, o IFCE, onde ocorreu o evento, tendo a participação de 27 moradores do Córrego dos Iús e 26 representantes do povo Tremembé de Varjota.

A programação do evento iniciou no auditório, com as palavras do Diretor Geral do campus, da coordenação de extensão e conduzido pela coordenadora do Neabi. Na abertura do evento, houve a apresentação cultural: “Verso”, danças e cantigas antigas das festas da

época realizada pelas moradoras da comunidade do Córrego dos Iús, acompanhadas pela Banda tradicional. O momento foi rico e repleto de significado, as pessoas presentes no auditório acompanharam atentos e ao final pediram a continuidade da apresentação cultural, que se estendeu atendendo aos pedidos.

Após apresentação, foi dada continuidade com a atividade: “Narrativas e memórias - histórias e vivências do povo Tremembé da Varjota e remanescentes de quilombo do Córrego dos Iús”, que contou com a presença de 118 participantes. O momento foi mediado por duas representantes do Neabi, que participaram da pesquisa de campo e que conduziram a narrativa com D. Diana, professor Elinaldo (representantes da etnia Tremembé da Varjota) e o Sr. Manoel Cipriano (Córrego dos Iús) compartilhando, através da oralidade, a experiência e conhecimentos de suas vidas e a vida de seu povo. Consideramos que esse espaço de compartilhamento dos saberes, tradições e a história contribui para a aproximação dos ouvintes à ancestralidade e o reconhecimento das heranças indígenas e africanas em seu cotidiano.

Em seguida, os participantes foram direcionados à área externa do Campus para realização do ritual do Torém. Antes da apresentação houve explanação sobre a representação do Torém na comunidade Tremembé, como um ritual espiritual e ancestral, símbolo de resistência e elemento de afirmação étnica e cultural, passado de geração em geração e resistindo ao processo de aculturação iniciado na colonização (MATIAS, 2014). O ritual do Torém foi puxado pelos professores da Escola Indígena Tremembé José Cabral de Sousa. Ao acompanhar a realização da atividade, a reação dos participantes envolvidos no ritual e dos espectadores, pôde-se perceber a interação entre presentes com o patrimônio imaterial indígena e reconhecimento de sua importância como símbolo de identidade e resistência.

Como forma de contribuir com a valorização do patrimônio histórico imaterial e cultural dos remanescentes indígenas e quilombolas, foi organizada durante o evento a exposição Lembranças de infâncias, dividida em duas salas temáticas, tendo como temática 1: a Cultura afrobrasileira (Córrego dos Iús) e a temática 2: a Cultura indígena (Tremembé da Varjota). Nas salas, houve a exposição de artefatos e elementos das culturas afrobrasileira e indígenas doadas ou emprestados pelas comunidades pesquisadas. As salas ficaram abertas para o público entre as 15h e 21h, permitindo a visita de 136 pessoas aproximadamente.

Nesses espaços também foram expostos os registros, em formato de fotos e vídeos, realizados durante a pesquisa de campo com descrições que ofereciam aos leitores informações sobre as tradições e histórias dos povos quilombola do Córrego dos Iús e Tremembés de Almofala e relacionados às imagens. Alguns alunos e professores da Escola Indígena Tremembé José Cabral de Sousa se dispuseram a recepcionar os visitantes da sala e compartilhar saberes sobre os objetos expostos. Uma representante do Neabi, que é da etnia Tremembé, realizou pintura corporal em alguns visitantes como forma de aproximação e interação entre participantes e a cultura indígena.

Durante o intervalo das programações e realização das atividades em espaços abertos, pôde-se perceber que o evento possibilitou o intercâmbio entre os representantes das comunidades quilombola e Tremembés, por meio de conversas e ações em colaboração. No período noturno foi realizada a palestra com o tema: “Memória e identidade no Vale do Acaraú”, conduzida pela cientista social Brisa Pires Moura, que realizou sua pesquisa de graduação e mestrado nessa temática. O momento foi realizado no auditório, contando com a participação de 75 pessoas, entre discentes do IFCE e de outras instituições, bem como profissionais da educação e estudiosos da

temática. Houve grande interação entre o público e a palestrante, evidenciada pela quantidade de perguntas e dúvidas manifestadas durante o evento. O conteúdo dos questionamentos demonstrou o desconhecimento dos presentes sobre a origem e formação histórica do município e região, bem como o interesse e curiosidade sobre o assunto e a necessidade da continuidade de projetos que contribuam com a disseminação da temática na região.

Um dos produtos gerados a partir da realização do projeto foi o portfólio digital apresentado durante a conclusão do evento. Trata-se de um banco de imagens e registros com os saberes e conhecimentos das tradições e culturas dos povos indígenas e afrobrasileiros do município de Acaraú e regiões circunvizinhas como uma forma de ultrapassar os muros do IFCE Campus Acaraú e dar acesso a outros públicos que não tiveram a oportunidade de participar do evento (rede federal, Neabis, alunos da educação básica, dentre outros públicos), bem como contribuir com a conscientização dos alunos do IFCE e de outras instituições de ensino local sobre a importância de conhecer e respeitar nossa ancestralidade, visto que o reconhecimento da herança indígena e africana e a valorização de nossas origens colabora com a redução do racismo e outras formas de discriminação, que geram impactos negativos na sociedade como um todo.

Participar da concepção e realização do projeto Lembranças de infância oportunizou também o fortalecimento do Neabi Campus Acaraú, ao passo que a experiência possibilitou aos membros o estudo e aprofundamento sobre o patrimônio imaterial e cultural das comunidades indígena e quilombola presentes na região do baixo Acaraú. Considerando que no decorrer do planejamento e execução do projeto ocorreu a seleção de novos membros para o núcleo, o desenvolvimento do projeto também favoreceu a integração dos representantes recém-chegados ao grupo e o reconhecimento sobre o papel do

Neabi na disseminação de conhecimentos e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil.

CONCLUSÃO

Reconhecer nossas origens a partir das experiências, memórias e narrativas compartilhadas de geração após geração pelas comunidades de remanescentes indígenas e quilombolas presentes na região do baixo Acaraú nos permite vivenciar, sentir e reviver nossa ancestralidade, possibilita a valorização da contribuição dos povos originários para a construção da nossa história e nossa cultura.

A sistematização de saberes e conhecimento sobre a cultura afro-brasileira e indígena é o caminho para a superação do racismo e outras formas de discriminação. Nesse sentido, surge o projeto de extensão “Lembranças de infância, da necessidade de visibilização e valorização da história e da cultura afrodescendente e indígena pela comunidade em geral”, a partir da aproximação da comunidade acadêmica e externa ao imaterial e cultural dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios Acaraú e Itarema.

O referido projeto objetivou descrever as lembranças da infância e da valorização do patrimônio cultural dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios de Itarema e Acaraú, possibilitando ao público participante o conhecimento sobre o patrimônio histórico e cultural dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios de Itarema e Acaraú; a vivência dos aspectos relacionados à culinária, manifestações religiosas e artísticas dos remanescentes indígenas e quilombolas dos municípios de Itarema e Acaraú. Desta

forma, a partir do relato de experiência e da análise e discussão de seus resultados, pode-se concluir que os objetivos propostos pelo projeto “Lembranças de infância: valorização o patrimônio cultural afrobrasileiro e indígena” foram alcançados, considerando que a realização da pesquisa de campo possibilitou o levantamento e documentação do patrimônio histórico imaterial e cultural dos Tremembé da Varjota e quilombolas do Córrego dos Iús por meio das narrativas e vivências de lideranças e representações do seu povo, além de gerar como produtos, o portfólio de registros no formato de imagens e vídeos que poderão ser utilizados para compartilhar e disseminar saberes e conhecimento sobre o patrimônio cultural afrobrasileiro e indígena.

O desenvolvimento do evento possibilitou a aproximação entre as comunidades remanescentes, o IFCE, corpo discente, docente e técnico da instituição, Neabi e comunidade externa. Durante a programação do evento foi registrada a participação de 237 pessoas e 53 representantes das comunidades Tremembé e Quilombo do Córrego dos Iús.

As narrativas realizadas pelos representantes das comunidades remanescentes, as apresentações culturais, como o verso e o ritual do Torém e as exposições temáticas de artefatos e fotografias possibilitaram aos participantes o reconhecimento e valorização da contribuição histórica e cultural no processo de formação de Acaraú e as heranças que permanecem no cotidiano dos moradores da região.

Acreditamos ser oportuno que ações voltadas ao debate reflexivo sobre questões étnico- raciais ocorram frequentemente no meio acadêmico com o envolvimento de alunos, docentes e servidores para a construção de uma cultura antirracista e a promoção de um ambiente inclusivo, que acolha e respeite a diversidade e valorize suas origens e ancestralidade.

Como contribuição no âmbito acadêmico, percebe-se a importância da publicação de editais de incentivo à promoção de atividades culturais e artísticas como forma de viabilizar a realização de projetos de extensão como o descrito neste trabalho, a disponibilidade de recursos é essencial para o desenvolvimento das ações de extensão no meio acadêmico e aproximação dos discentes à realidade exterior à instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CABRAL, A. C. **História dos Tremembé**: memórias dos próprios índios. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

HAERTER, L. **Uma etnografia na comunidade negra rural Cerro das Velhas**: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola, 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas- RS, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LIMA, M. C. W.; BARBOSA, I. M. **Povo Tremembé e remanescentes de quilombo vivendo em Acaraú**: histórias de luta por direitos e reconhecimento. Fortaleza: IFCE, 2018.

MACHADO, A. F. **Ancestralidade e Encantamento como inspirações formativas**: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. 2014. 240f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2014.

MATIAS, M. M.; SANTOS, M. I.; JACINTO, R. F. **Luta e resistência dos Tremembé da região da mata pelo seu território**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

MINAYO, C. S. **Pesquisa Social**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, E. D. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. *In: Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 18, p. 28-47, 2012.

OLIVEIRA, E. D. **Filosofia da Ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 2007.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

10

O IMPACTO DA COVID-19 NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE DO CEARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COLETIVA

*Cristiane de Sousa Florêncio
Iziane Silvestre Nobre
Emerson de Melo Freitas*

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 apresentou um grande desafio para o mundo e, em especial, para o Brasil. A pandemia da Covid-19 expõe com mais nitidez a grave crise que atravessamos, que envolve questões sociais e econômicas. A letalidade e o perigo do vírus estão, desde o início, mais relacionados à capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em suportar as demandas de saúde dos pacientes do que às suas características em si, onde a falta de investimento público tornou-se um problema ainda mais evidente, bem como as desigualdades estruturais, que têm impactado os grupos vulnerabilizados, afetando forte-

mente as populações tradicionais e as regiões interioranas do Brasil. Aquilo que já vinha sendo alertado pelos movimentos sociais teve um ápice didático negativo para parte da população brasileira. Dentre os grupos historicamente excluídos, encontram-se as diversas etnias que compõem a população indígena, que vivenciam lutas ancestrais pelo direito à terra, à educação escolar diferenciada, à saúde, dentre outros direitos humanos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem hoje 35 unidades, distribuídas em todas as regiões do estado e inseridas em territórios onde há forte presença de povos e comunidades indígenas. De acordo com dados da Funai (Fundação Nacional do Índio), o Ceará é geograficamente habitado pelos seguintes povos indígenas: Anacé (Caucaia e São Gonçalo do Amarante), Gavião (Monsenhor Tabosa), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Kalabaça (Poranga, Crateús), Kanindé (Aratuba, Canindé), Kariri (Crateús), Pitaguary (Maracanaú), Potyguara (Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril), Tabajara (Poranga, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Crateús e Quiterianópolis), Tapeba (Caucaia), Tapuya-Kariri (São Benedito), Tremembé (Acará, Itarema, Itapipoca) e Tubiba-Tapuya (Monsenhor Tabosa), contando com uma população de 19.336 habitantes classificados como indígenas (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021).

Na região Norte do Ceará, onde se encontram instalados *campi* nos municípios de Acará, Camocim, Itapipoca, Sobral e, assim como na Serra da Ibiapaba, onde estão instalados os *campi* em Tianguá e Ubajara, respectivamente, há presença dos povos indígenas das etnias Tremembés e os Tapuya-Kariri.

De acordo com pesquisa de campo feita em 2014 por Araújo (2015), os Tremembé somam hoje 4.579 pessoas vivendo na região Norte do estado, divididos entre os municípios de Itarema, Acará e Itapipoca, sendo Almofala o seu distrito mais conhecido. Quanto aos

números, é necessário considerar que essa quantidade seja significativamente maior, uma vez que desde a realização do censo, nasceram novas pessoas e também não foram contados os Tremembés que vivem nas áreas urbanas de Fortaleza. Além do Ceará, há registro da presença dos Tremembés em Tutóia, no Maranhão (ARAÚJO, 2015).

Em Itarema, a comunidade encontra-se subdividida em duas áreas: Região da Praia e Região da Mata, separadas pelo rio Aracati-mirim. Tais regiões têm diversos ecossistemas, compreendendo variedade ambiental, tanto no que se refere à vegetação como aos animais, tipos de solo e relevo. Além da faixa litorânea e do rio supracitado, encontram-se vários córregos e lagoas (FONTELES FILHO *et al.*, 2014).

De um lado, a Região da Mata, que é constituída pelas comunidades de Varjota, Tapera, Batedeira I, Batedeira II; Do outro lado, a Região da Praia, constituída pelas comunidades de Panã, Sítio Urubu, Saquinho, Lameirão, Curral do Peixe, Mangue alto, Praia e Passagem Rasa, Camboa da Lama, Aningas do Mulato, Cabeça do Boi, Barro Vermelho e Praia do Caburé, tendo a aldeia da Varjota a maior representatividade populacional dentre as demais (FONTELES FILHO *et al.*, 2014). Além disso, existem três aldeias que estão fora dos limites oficiais da Terra indígena, são elas: Santo Antônio, Camundongo e Lagoa Seca (ADELCO, 2015).

No município de Itapipoca, localiza-se a terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, situada no distrito de Marinheiros, composta pelas aldeias São José, Munguba, Buriti do Meio e Buriti de Baixo (LUSTOSA, 2017). Atualmente, estas aldeias contam com aproximadamente 150 famílias, que lutam por seus direitos garantidos por lei, mais especificamente pela demarcação de seu território sagrado (SECULT, 2022).

No município de Acaraú, há presença dos povos Tremembé em área já regularizada pela Funai e conhecida por Córrego do João Pereira, que compreende o Capim-açu, São José e Telhas. Diversas ou-

tras localidades próximas do Córrego do João Pereira foram apontadas mais recentemente como lugares de referência étnica, tal como a Lagoa dos Negros e Queimadas, que estão em conflito com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) devido a projeto de irrigação. Seus habitantes estão buscando reconhecimento oficial pela Funai (VALLE, 2021).

O povo Tapuya Kariri vive na Serra da Ibiapaba, nos municípios de São Benedito e Carnaubal, na aldeia Gameleira, localizada a cerca de 14 quilômetros da cidade de São Benedito-CE (CARNEIRO, 2017). Segundo dados do Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS, em 28 de outubro de 2016, eram 736 pessoas vivendo neste território indígena. Trabalhavam habitualmente para os fazendeiros como arrendatários, pagando a metade da sua produção para os posseiros, numa terra que originalmente lhes pertence (ADELCO, 2015). Apesar do reconhecimento como indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2007, o processo de demarcação territorial não ocorreu. Consequentemente, ainda há três posseiros naquele território (RODRIGUES, 2020).

Apesar da existência dessas comunidades na região, percebe-se ainda o desconhecimento da população local e invisibilidade das problemáticas presentes nessas comunidades tradicionais advindas do processo de construção social e econômica do estado, especificamente a discussão sobre o enfrentamento vivenciado pelas comunidades indígenas da região Norte diante da pandemia.

Os povos originários possuem os piores indicadores de saúde, educação e emprego; representam 30% da população em situação de extrema pobreza (OIT, 2020). Além disso, cerca de 82% dos indígenas estão submetidos à informalidade no mundo do trabalho. Nesse contexto, os indígenas que vivem nas cidades são os mais vulneráveis, já que a maioria não possui condições de manter o distanciamento social (AGUIAR; VARÃO; IGREJA, 2020).

Somando-se a isso, estudos em várias partes do mundo e no Brasil atestam que os indígenas são mais vulneráveis a epidemias em função de condições sociais, econômicas e de saúde piores do que as dos não indígenas, o que potencializa a disseminação de doenças.

Os impactos da Covid-19 ultrapassaram a esfera das vias respiratórias e a pandemia afetou subjetivamente a população indígena, sendo perceptível o aumento do número de pessoas que vieram a sofrer transtornos psíquicos, com o aparecimento de casos de suicídio em algumas aldeias indígenas, mais precisamente no território dos índios Tremembé.

Portanto, diante das problemáticas vivenciadas por estes povos e agravadas durante a pandemia da Covid-19, tornou-se urgente a criação de um espaço de discussão sobre o tema como forma de dar luz aos movimentos democráticos e proteção de direitos dos povos indígenas no contexto da pandemia. Nesse cenário foi planejado e realizado o evento “O impacto da Covid-19 nos territórios indígenas da Região Norte do Ceará”, fruto da articulação entre as coordenações dos Neabis dos *campi* Acaraú, Camocim, Itapipoca, Sobral e Tianguá, que ocorreu em setembro de 2020 na modalidade remota, transmitido por meio da plataforma online Youtube. Frente a esses pressupostos, o objetivo deste artigo foi descrever a experiência vivida a partir do desenvolvimento de tal ação extensionista, bem como discutir seus resultados.

A realização do projeto, objeto do relato de experiência, justificou-se pela necessidade de tornar públicas as dificuldades agravadas pelo contexto de pandemia e a crise sanitária que ocorre no Brasil, afetando fortemente as populações tradicionais nas regiões interiores do Ceará. Considerando que esta região foi uma das primeiras do estado afetadas pela pandemia, associado a todos os outros problemas existentes nas comunidades indígenas que compõem esta

região, os NEABIs, por meio do referido evento de extensão, possibilitou a discussão acerca da questão étnico-racial frente à necessidade institucional, social e intelectual com a promoção de debates reflexivos acerca do impacto da pandemia da Covid-19 para estas comunidades indígenas.

METODOLOGIA

Com o intuito de realizar o evento, estruturaram-se as seguintes ações: 1) Composição e sensibilização da equipe de trabalho; 2) Planejamento do evento; 3) Divulgação do evento; 5) Realização do evento e 6) Avaliação da ação e elaboração do relatório final.

A primeira etapa deu-se com a composição da equipe de execução, que contou com membros dos NEABIs dos *campi* Acaraú, Camocim, Itapipoca, Sobral e Tianguá, constituída por servidores(as) e estudantes do IFCE, assim como representantes da comunidade externa. Após a formação e sensibilização dos envolvidos, houve a etapa de planejamento das ações necessárias para a realização do evento.

A fase de planejamento iniciou-se no mês de junho e foi composta por ações voltadas à logística de transmissão do evento, que devido às medidas de prevenção e distanciamento social foi realizado remotamente, bem como a definição da programação e comunicação social à comunidade acadêmica e externa sobre sua realização.

A partir de reuniões remotas entre as coordenações destes núcleos, houve a divisão de tarefas organizadas por comissões entre a equipe institucional realizadora do evento. A criação artístico-visual foi realizada por dois estudantes membros do NEABI campus Camocim, Francisca Paula de Oliveira Ferreira e Ivo Rodrigues Alexandrino; a ação articuladora da participação externa, pesquisadores e representantes indígenas, ficou a cargo das coordenações dos NEABIs de

Tianguá, Itapipoca e Acaraú. A coordenação deste último núcleo organizou e gerenciou a plataforma on-line de inscrição e certificação do evento - www.even3.com.br/neabiifce/.

Nessa etapa também houve a articulação junto à coordenação audiovisual e mídias digitais do núcleo de áudio, vídeo e imagem (NAVI) para viabilização da transmissão do evento online na plataforma YouTube. A coordenação do NAVI Campus Sobral organizou e gerenciou os recursos e ferramentas de audiovisual e mídias digitais, possibilitando que o evento acontecesse através de reuniões virtuais no formato de mesa redonda pelo Google meet, com transmissão simultânea para acompanhamento dos inscritos pelo Youtube no canal do audiovisual.sobral IFCE.

As atividades foram destinadas à comunidade acadêmica, composta por estudantes regularmente matriculados na instituição, docentes, servidore(a)s em geral; estudantes e docentes da educação básica municipal e estadual, bem como à comunidade externa de forma geral, onde a participação foi amplificada pela modalidade remota.

Com o intuito de chegar a um perfil de público externo heterogêneo, a divulgação do evento foi realizada por meio das mídias digitais (*Facebook e Instagram*) e compartilhamento de mensagens por aplicativos (*WhatsApp*).

O evento foi realizado nos dias 16 e 17 de setembro de 2020, tendo sua programação composta por duas mesas redondas com as seguintes temáticas: “Contexto da pandemia da Covid-19 para as populações indígenas da região Norte do Ceará” e “Contexto histórico da população indígena da região Norte do Ceará”, transmitidas ao vivo no primeiro e segundo dia, respectivamente.

Posteriormente, executado o evento de extensão, a equipe de realização do projeto avaliou os resultados alcançados, bem como as

estratégias de divulgação dos resultados posteriormente avaliados. Assim, este evento de extensão em formato de Webinário foi cadastrado no sistema da Pró-Reitoria de extensão (SigproExt) e encerrado com seu relatório final pela coordenação do Neabi campus Sobral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao finalizar o projeto, percebeu-se que as ações executadas alcançaram os objetivos propostos pelo evento, pois através dos encontros e do contato com lideranças das comunidades indígenas e estudiosos de instituições de ensino da região, ocorreu a criação de vínculos, permitindo uma maior aceitação das propostas metodológicas que foram utilizadas.

Nosso objetivo inicial consistia principalmente em identificar e mapear os territórios indígenas desta região, como forma de mensurar os impactos da Covid-19 em seus habitantes, até porque a região Norte do estado do Ceará foi uma das principais atingidas pelo avanço da doença.

Devido ao recorte geográfico, focado em fomentar o debate, mais precisamente na região Norte, elegeu-se discutir a problemática de saúde indígena na pandemia a partir do diálogo com os povos Tremembé e os Tapuya-Kariri, localizados nos territórios de Itarema, Itapipoca, Acaraú e na região de São Benedito, respectivamente.

A partir da identificação destes territórios, fomos investigar o efeito da Covid-19 nestas comunidades indígenas, sabendo que a população indígena, devido a todo um legado de violação e violência deixados como herança da colonização europeia, são povos historicamente vulneráveis a estas doenças infectocontagiosas. Após este apanhado, verificou-se, através da tabela do REGIC (IBGE, 2018), que o município de Itapipoca, por exemplo, pertence ao polo de aten-

dimento em saúde de Fortaleza, tendo uma média de distância de 134 quilômetros entre as cidades. Já Acaraú e Itarema pertencem ao polo de atendimento de saúde de Sobral, considerada uma cidade polo por dispor de sua rede hospitalar apta a receber pacientes com problemas de saúde de alta complexidade (IBGE, 2018).

A distância de Acaraú e Itarema para Sobral é de, em média, 120 quilômetros cada uma, levando, aproximadamente, de uma a duas horas para chegar ao Hospital Regional de Sobral. Já o município de São Benedito não consta na relação daqueles atendidos por Sobral, mas devido à sua proximidade com Poranga, seu polo de atendimento regional realmente deva ser Sobral, conformando uma distância de 88 quilômetros.

Isso é um demonstrativo da dificuldade do estado do Ceará em prover atendimento médico hospitalar de média e alta complexidades às comunidades indígenas, haja vista que tampouco o município de Sobral comportaria, em caso de colapso do sistema de saúde, a população indígena e não-indígena da região Norte do Estado. Esta dificuldade de atendimento pode ter contribuído para elevar o número de óbitos, uma vez que o tempo, distância e as condições das estradas podem piorar os casos graves da doença. Observa-se que para uma situação de normalidade, o atendimento complexo de saúde é historicamente dificultoso, acrescenta-se a uma situação de pandemia, quando o SUS colapsou durante os meses de março a junho de 2020 e novamente no início de 2021.

Portanto, são Acaraú, Itarema, Itapipoca e São Benedito os municípios de origem e o município de Sobral o destino, onde, conforme explicam Damasco, Antunes e Azevedo (2020), são municípios de destino “aqueles para os quais a população residente se dirige em busca dos serviços de saúde, sem considerar os serviços recebidos no próprio município”, e municípios de origem “aqueles de onde parte

a população em busca dos serviços de saúde”. Na ausência de hospitais em seus municípios de origem, muitos indígenas precisaram se deslocar até Sobral para receber atendimento, inviabilizando o socorro imediato para casos mais graves de falta de ar.

De acordo com o gráfico de infecções por Covid-19 extraído dos dados apresentados por Damasco, Antunes e Azevedo (2020), o Ceará ocupava a terceira posição no ranking de mais infectados pela doença, registrando 14.956 casos, 966 óbitos e taxa de letalidade de 6,46%. Estes dados demonstram a urgência, conforme apontam os autores acima citados, da necessidade de construir um polo de atendimento em Itarema, visando atender esta população minimamente com oferta em saúde de serviços de baixa e média complexidade. Paralelamente a isso, cabe ressaltar a necessidade de se trabalhar atividades socioeducativas, seja por meio de representações indígenas com formação em saúde ou por meio dos agentes de saúde, visando diminuir a incidência dos casos de acometimentos de transtornos psíquicos.

Os efeitos da pandemia para a população indígena transcende a ausência de atendimentos em saúde, uma vez que ela altera a organização sociocultural da aldeia devido às medidas de isolamento social. Conforme relatado no evento de extensão, as representações indígenas articularam, por meio dos seus órgãos de representação (associações e fóruns), medidas de isolamento social, construção de barreiras sanitárias e a construção das redes de solidariedade. Contudo, diante do genocídio a que está submetida historicamente, esta população necessita de garantias de direitos humanos mediante políticas públicas articuladas e preventivas no cuidado e atenção à saúde.

Durante a realização do evento dividiram-se as discussões em dois dias: no primeiro dia, o momento foi mediado pela servidora e, na ocasião, coordenadora do Neabi Campus Tianguá, Maria de Jesus do Nascimento, quando dedicou-se ao debate sobre a história dessas

comunidades e os índices de infecção pela Covid-19 na população indígena de modo geral. Como convidados, houve a participação de Neto Witko Pitaguary, com seus conhecimentos sobre a saúde integral da população indígena, e do professor Carlos Augusto Pereira dos Santos, com a contextualização historiográfica sobre os povos indígenas da região Norte do Ceará. Referida mesa redonda teve 39 pessoas inscritas em formulário disponível na plataforma on-line e participação simultânea pelo Youtube de servidores(as) e estudantes do IFCE dos cursos de Teatro, Ciências Biológicas, assim como pesquisadores(as) e estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú, a exemplo dos cursos Geografia e Ciências Sociais. A gravação da live encontra-se disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=OVomwC8uq78>.

As discussões realizadas nesse primeiro dia versaram, inicialmente, pelo resgate histórico das comunidades indígenas representadas com a apresentação de dados da história de Camocim, São Benedito, Acaraú e Sobral. De acordo com Carlos Augusto Pereira dos Santos, historiador e professor da Universidade Vale do Acaraú (UVA), o município de Camocim, por estar localizado no meio de duas regiões que possuem dois povos indígenas distintos, é, portanto, uma região de inúmeros conflitos territoriais. O resgate dessa história foi importante para contextualizar os meandros que ligam os municípios da região Norte a fim, inclusive, de resgatar a ancestralidade indígena de seus habitantes.

Posteriormente, Neto Pitaguary, representando a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Estado (SESAI), com a finalidade de apresentar o quadro geral da Covid-19 nos territórios indígenas e sobre como os povos indígenas estavam sofrendo com as medidas restritivas do isolamento social, afetando, por sua vez, a saúde mental devido à ausência de interação social, falta de perspectivas, levando, em casos extremos, ao suicídio. A apresentação dos dados, associada à

ausência de políticas públicas para os povos indígenas, trouxe uma possibilidade em correlacionar que a ausência de atenção à saúde dos povos indígenas nesse período faz parte da estratégia de uma política genocida de Estado, cujos alvos principais são historicamente os povos originários.

No segundo dia, foi criado espaço para diálogo com as lideranças indígenas dos referidos territórios, quando foi possível conhecer as ações desenvolvidas para conter a infecção da Covid-19 junto às suas comunidades e sobre como as medidas de isolamento social afetam psicologicamente os indígenas, alterando, por sua vez, a forma que os membros desses grupos se relacionam uns com os outros. A referida mesa redonda foi mediada pela servidora e no momento vice-coordenadora do NEABI Campus Acaraú, Maria Elisângela de Sousa, contando com as participações da cacique Erbene Rosa Veríssimo (liderança da aldeia Buriti-terra indígena Tremembé da Barra do Mundaú, Itaipoca), do professor Luiz Marcos Gomes do Nascimento (liderança indígena Tapuya Kariri), do professor José Itamar Teixeira Barbosa (Escola Indígena Tremembé Rosa Suzanna da Rocha) e do historiador Daniel de Sá Aguiar (professor da rede estadual de ensino). Esta ação teve 31 pessoas inscritas e participação simultânea pelo canal do Youtube similar ao público do primeiro dia. A gravação da live está disponível no canal do IFCE Campus Sobral no Youtube através do link: https://www.youtube.com/watch?v=tm_2HETV4ns.

De forma geral, o evento alcançou um público de 81 pessoas, que participaram da transmissão ao vivo pela plataforma Youtube, além de 445 visualizações até o momento dos vídeos produzidos a partir das mesas redondas realizadas e disponíveis no canal audiovisual IFCE Sobral no Youtube, dois anos após realização do evento.

O referido debate constituiu-se em um momento extremamente importante pelas narrativas sobre as carências, histórias e vivências

das lideranças indígenas, bem como os efeitos do isolamento social sobre a cultura, as dificuldades de acesso à internet, quando a interação ficou prioritariamente virtual, e as iniciativas comunitárias que possuíam o intuito de conscientizar a população sobre a necessidade de manter o isolamento social.

Conforme mencionado anteriormente, a saúde indígena é um dos pontos nevrálgicos do SUS em decorrência da falta de acessibilidade aos hospitais e o próprio desconhecimento da doença até então. À medida que aumentou-se a informação, as possibilidades de prevenção se tornaram de conhecimento das comunidades, ao passo que verificou-se necessário rever ações de saúde integral com foco na saúde mental para minimizar os efeitos do isolamento social sobre a vida comunitária.

Este evento de extensão foi de suma importância no fortalecimento de parceria entre os NEABIs, onde cada núcleo contribui com suas potencialidades, seja fornecendo toda a estrutura necessária para a realização dos eventos virtuais, confecção dos cards, convite aos pesquisados e a participação de toda a comunidade acadêmica e dos demais interessados na temática.

De fato, a parceria efetivada com essa gama de participantes para um evento de extensão no formato virtual Webinar trouxe inúmeros desafios, dentre estes, a própria coordenação em tempos de pandemia, com a exigência de realização no formato remoto e articulação das datas em acordo com o tempo possível dos referidos participantes e suas emergências pessoais dentro do referido contexto. Neste sentido, a acessibilidade de conexão de internet dos participantes, a gestão coletiva do evento e sua permeabilidade institucional na pré-produção, produção e pós-produção são alguns exemplos.

Por fim, as estratégias de superação destas principais dificuldades resultam das aprendizagens no processo de realização, que durou

quatro meses, parte devido ao próprio contexto de pandemia, que exigiu criatividade e perseverança coletiva, onde a principal potencialidade foi a articulação interinstitucional, intercampi e internúcleos.

CONCLUSÃO

A avaliação coletiva sobre o processo de realização deste evento, pela temática abordada e pela mobilização realizada entre os NEABIS da região Norte e com as comunidades indígenas, embora internamente tenhamos qualificado como uma boa ação de extensão, este é um tema que precisa ser mais discutido. A utilização da plataforma online Youtube, com gravação para visualizar em outros momentos, é um artefato que foi visto como positivo, pois pode ser utilizado como ferramenta pedagógica por docentes em outros momentos.

Portanto, pode-se concluir que os objetivos propostos pela ação extensionista foram alcançados com êxito, considerando que sua realização criou um espaço de diálogo sobre as principais questões dos povos indígenas da Região Norte, bem como o estreitamento entre a comunidade acadêmica e interessados na temática, dos problemas que os tremembés e tapuya-kariri enfrentam durante o período da pandemia e conhecimento sobre o contexto histórico de políticas públicas e a necessidade de proteção dos direitos indígenas.

O processo de planejamento e realização do evento possibilitou também o fortalecimento de parcerias institucionais que dialogam com a temática indígena com propriedade discursiva sobre os territórios da região Norte, a partir da participação de lideranças indígenas das comunidades tremembé e tapuya-kariri, representantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), da Escola Indígena Tremembé José Cabral de Sousa e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Podemos afirmar que este evento foi um marco por várias razões: primeiro porque pudemos nos fortalecer enquanto coletivo NEABI em um contexto especialmente duro por conta do isolamento social decorrente da Covid-19, segundo, porque pudemos nos aproximar dos povos indígenas da região e, terceiro, porque fomos construindo a proposta coletivamente, desde a construção da live transmitida pelos canais de Youtube do campus Sobral, quanto pelas articulações que fomos construindo internamente para que este evento fosse possível.

A proposta do evento foi inovadora por trazer algo que estava atingindo diretamente os povos indígenas, procurando apresentar dados concretos dos efeitos da Covid-19 para as comunidades com o intuito de dar voz para as angústias sentidas pelos povos indígenas, procurando costurar uma rede de solidariedade em torno da pauta entre estes povos, movimentos sociais, pesquisadores, o Instituto Federal e o conjunto da sociedade civil como um todo.

Recomenda-se, portanto, uma coordenada divulgação institucional para um acesso democrático à comunidade acadêmica e indígena e a realização de atividades similares à ação descrita no relato para dar visibilidade às problemáticas e outras temáticas que envolvem questões étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ADELCO. Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido. **Tapuya Kariri de Gameleira**. 2015. Disponível em: <http://adelco.org.br/centro-documentacao/terra-indigena-tapuya-kariri-de-gameleira/>. Acesso em: 20 out. 2022.

AGUIAR, Marcos; VARÃO, Lorena; IGREJA, Rebecca. **Indígenas em Contextos Urbanos no Brasil e os impactos da pandemia da Covid-19**. Red de Investigaciones Sobre Indígenas Urbanos – RISIU, 2020. Disponível em: https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3448/1/CP7_20220.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

ARAÚJO, Maria Souza de. **Contribuição indígena Tremembé no processo de formação socioespacial do Ceará**. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2015.

CARNEIRO, Francisca Jeannié Gomes. **“Nós enverga, mas não quebra”**: identificação, organização e territorialidade entre os Tapuya Kariri. 2017. 165 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2017.

DAMASCO, Fernando; ANTUNES, Marta; AZEVEDO, Marta. Deslocamentos da população indígena para acesso aos serviços de saúde: elementos para ações emergenciais de enfrentamento à COVID 19. **Revista Geographia - Universidade Federal Fluminense**, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/42681>. Acesso em: 07 abr. 2021.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. Turismo e povos indígenas na zona costeira do Ceará: entre impactos e acordos. *In*: RODRIGUES, Lea Carvalho; SILVA, Isabelle Braz Peixoto da (Orgs.). **Saberes locais, experiências transnacionais**: interfaces do fazer antropológico. Fortaleza: ABA Publicações, 2017. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Saberes_locais_experiencias_transnacionais.pdf#page=207. Acesso em: 15 set. 2022.

FONTELES FILHO, José Mendes; MATIAS, Márcia Maria; SANTOS, Maria Ivonete dos; JACINTO, Raimundo Félix **Luta e resistência dos Tremembé da região da mata pelo seu território**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 07 out. 2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. OIT: 55 milhões de indígenas na América Latina e no Caribe são afetados pela alta vulnerabilidade diante da crise de COVID-19 (2020). Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_747033/lang--pt/index.htm. Acesso em: 19 out. 2022.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Quadro Geral dos Povos. (2021)** Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 19 out. 2022.

RODRIGUES, Táynna Maria de Assis. O abastecimento de água na aldeia Gameleira e a apropriação do Rio dos Grilos do povo Tapuya Kariri de São Benedito (CE). **Revista Zabelê – PPGANT-UFPI**, Teresina-PI, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/REVIZAB/article/view/10795/pdf>. Acesso em: 9 out. 2022.

SECULT. Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Ceará. **Mapa Cultura do Ceará**. Povo Indígena Tremembé da Barra do Mundaú. 2022. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/58706/>. Acesso em: 16 out. 2022.

VALLE. Carlos Guilherme do. **Povos Indígenas no Brasil**. Tremembé. 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%C3%A9>. Acesso em: 03 out. 2022.



ORGANIZADORAS



Cristiane Sousa da Silva

Doutora em Educação (UFC) e Mestra em Educação (UFC), focado na linha de pesquisa vinculada a movimentos sociais, educação popular e escola no eixo de relações étnico-raciais. Professora do IFCE campus Jaguaribe e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), atuando em projetos de pesquisa e extensão que contribuem para a construção de identidades negras e a luta por uma educação mais inclusiva e anti-racista no vale do Jaguaribe.



Daniela Fernandes Rodrigues

Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Especialização em psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos – FIP. Mestre em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) FAFIDAM/FECLESC/ UECE. Docente do Instituto Federal do Ceará - Campus Cedro. Doutoranda no programa de pós-graduação em Educação da Unicamp, linha de pesquisa Psicologia e Educação. Exerceu a função de coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFCE Campus Cedro.



Tatiana Santos da Paz

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Mestra em Educação pela Universidade do Estado da Bahia, graduada em Pedagogia pela mesma universidade e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas do IFCE Campus Baturité.



SOBRE OS AUTORES

Annalies Barbosa Borges

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, mestranda em Artes pelo Mestrado Profissional em Artes do IFCE, pós-graduanda na Especialização em Semiótica aplicada à Literatura e áreas afins pela UECE, graduada em Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa/Literatura pela UECE, integrante pesquisadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas do IFCE Campus Baturité.

Antônio Wirly de Souza Lima

Graduando do curso de Letras do IFCE - Campus Baturité e de Psicologia na Uicatólica – Quixadá. Pesquisa e estuda a língua indígena do seu povo, Karão Jaguaibaras. É extensionista do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI, do Núcleo de Estudos em Avaliação Psicológica - NEAPSI, do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde - PET-Saúde e do Programa de Residência Pedagógica - PRP.

Beatriz de Sousa Vieira

Graduanda em Ciências Biológicas (IFCE). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (IFCE- *Campus Paracuru*).

Camila Maria Souza dos Santos

Graduanda em Gestão Ambiental (IFCE). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (IFCE - *Campus Paracuru*).

Cristiane de Sousa Florêncio

Graduada em Administração pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), MBA em Gerenciamento de Projetos pela Faculdade Darcy Ribeiro e Especialista em Docência na Educação

Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFCE/UAB). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) *Campus Sobral*.

Deyseane Pereira dos Santos Araújo

Doutora em Literatura e Interculturalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba. Professora efetiva de Língua Portuguesa do Instituto Federal da Paraíba. Realiza pesquisas na área de Literatura, com ênfase na relação entre a literatura e outras mídias, atuando, principalmente, nas seguintes áreas: Literatura e Intersemiose, narrativas midiáticas e literatura e interculturalidade.

Emerson de Melo Freitas

Licenciatura plena em Educação Física e Esportes pela Escuela Internacional de Educación Física y Deporte (EIEFD/CUBA). Especialista em Laboratório de Gestão Cultural pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Francélio Angelo de Oliveira

Graduado em Pedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil (FAIBRA), em Licenciatura Plena em Ciências da Religião pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Tecnologia em Hotelaria pelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Psicomotricidade Clínica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialista em Psicologia Social e Antropologia pela Faculdade Metropolitana (FAMEESP). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) *Campus Quixadá*.

Francisco Deivison Rodrigues

Graduando em Licenciatura em Letras ortuguês e Inglês no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará - *Campus Camocim*.

Francisco Mateus Bezerra Augusto

Graduado em licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará, UECE, conclusão no ano de 2022, um dos autores do projeto identidade negra - a educação no combate ao racismo, executado na EEF Professor Gutenberg Barbosa Silva, na cidade de Jaguaribe-CE. Professor de história do município de Jaguaribe.

Helen Monteiro Lima

Graduanda em Ciências Biológicas (IFCE). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (IFCE - *Campus Paracuru*).

Iara Saraiva Martins

Doutorado em andamento pelo Programa de Pós Graduação em Geografia (UFC). Mestre em Educação Brasileira pelo PPGEB/UFC. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Graduação em andamento em Gestão Ambiental (UNIFANOR). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Exerceu a função de coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFCE Campus Paracuru. Atua com as discussões sobre: Relações étnico-raciais; Questões socioambientais; Comunidades Tradicionais; Direitos Humanos; Psicologia da Educação e História da Educação.

Ileane Oliveira Barros

Possui graduação em licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará e mestrado em Ecologia e Recursos Naturais pela mesma Universidade. Atualmente é professora no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no Campus Paracuru. Tem experiência nas áreas de Botânica, Ecologia, Educação Ambiental e Ensino de Ciências e Biologia. Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (IFCE - *Campus Paracuru*).

Iziane Silvestre Nobre

Professora efetiva do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu. Doutora em Educação. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2012). Atua nas áreas de Trabalho, Educação, Práxis e Movimentos Sociais.

Jean Luis Sousa Caetano Silva

Graduando em Licenciatura em Letras Português e Inglês no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará - Campus Camocim.

Lidiane Ramos Lima

Graduada em Serviço Social (UECE). Servidora da Prefeitura Municipal de Paracuru. Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (IFCE - *Campus Paracuru*).

Luana Maria Moura de Oliveira

Graduanda em Licenciatura em Letras Português e Inglês no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará - Campus Camocim.

Maria Aline da Silva

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Ceará e professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Camocim, na subárea Fundamentos da Educação, Política e Gestão Educacional. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Campus Camocim.

Marla Solara Pontes Mota

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, mestra em Linguística Aplicada na Universidade Estadual do Ceará, graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Ceará e vice-coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas do IFCE Campus Baturité.

Paulo Gomes Barroso

Graduando em Ciências Biológicas (IFCE). Graduado em Enfermagem (FATENE). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (IFCE - *Campus Paracuru*). Docente Formador da Educação Integral na disciplina de Promoção à saúde humana e Desenvolvimento Sustentável e meio ambiente no município de São Gonçalo do Amarante



Este livro foi composto em fonte IBM Plex Sans, impresso no formato
15 x 21 cm em Off set 75g/m², com 188 páginas e em e-book formato pdf.
Novembro de 2023.

ISBN 978-658479212-8



9

786584

792128